

# Tribuna

## Secretário defende CPMF e diz que imposto ajuda a combater crime

(HENRIQUE BRINCO E RODRIGO DANIEL SILVA)

O economista Manoel Vitório da Silva Filho, titular da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), defendeu a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), em entrevista exclusiva à **Tribuna**, que será publicada na integra próxima segunda-feira, dia 27, na qual ele detalha o seu pensamento.

Vitório fez questão de ressaltar que é uma opinião pessoal. "A CPMF, para quem toca a área fazendária, é uma tentação. Não tanto para a arrecadação, porque você pode regular a alíquota para que a carga dela fique reduzida. Mas ela é interessante porque quando você lança um imposto desse você começa a colocar todo o pessoal do fisco

olhando a movimentação financeira — que é efetiva para o combate à lavagem de dinheiro, ao tráfico", avaliou.

"É um imposto interessante porque ajuda até no batimento de dados para checar se está tendo evasão de receitas. Não sou contra. Agora essa é uma opinião pessoal. Não é uma opinião do governo do Estado e não sei qual é a opinião do governador (Rui Costa) a respeito. Mas quem dirige a Fazenda, acaba sendo um instrumento interessante para combater outros crimes", completou.

O imposto foi uma cobrança que incidiu sobre todas as movimentações bancárias — exceto nas negociações de ações na bolsa, saques de aposentadorias, seguro-desemprego, salários e transferências entre contas correntes de mesma titularidade — e vigorou no Brasil por 11 anos. Apesar de ter sido criada para finan-

ciar a saúde, não havia essa obrigação na lei, e R\$ 33,5 bilhões foram usados para financiar outros setores — tendo sido oficialmente extinta em 2007, ainda durante o governo Lula.

O vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, defendeu recentemente a recriação de um novo imposto, desde que seja baixo e em troca de desoneração da folha de pagamentos. A ideia repercutiu entre parlamentares. Para Mourão, a CPMF carrega uma conotação "amaldiçoada" pelo que ocorreu nas décadas de 1990 e 2000. O vice-presidente disse acreditar, no entanto, que há chances de o novo imposto prosperar no Congresso, desde que seja bem moldado.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, é o principal entusiasta da medida. Ele propõe substituir os tributos cobrados sobre a folha de

**MANOEL VITÓRIO**  
fez questão de ressaltar que é uma opinião pessoal



pagamento das empresas por um imposto sobre transações digitais. Em entrevista à Rádio Jovem Pan, Guedes sugeriu que a alíquota seria "pequenininha", de 0,2%. Entretanto, ele não deu detalhes de como deve ser a cobrança. "Um imposto, uma alíquota pequenininha, de 0,2% sobre o comércio eletrônico, tem uma capacidade de arrecadação bastante importante", declarou.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), por sua vez, avisou que, se insistir em propor uma nova

CPMF, o Planalto será derrotado. Para ele, não há espaço para aumento da carga tributária no País. "O governo precisa encaminhar as propostas. Se o governo quiser mandar a CPMF, que encaminhe, vai ser uma derrota desnecessária", alertou.

O prefeito de Salvador, ACM Neto, declarou que o seu partido, o DEM, do qual é presidente nacional, é contrário à recriação do imposto. Ao ser questionado sobre assunto em sua participação na CNN Brasil, ele destacou, ainda, a necessi-

dade da reforma tributária. "Precisamos de simplificação do sistema tributário urgentemente. Quero deixar clara a posição do Democratas: somos contrários à recriação da CPMF. Não vamos aceitar aumento de impostos. O caminho não é sacrificar o setor produtivo. O pequeno e o médio empresários já estão com a água no nariz porque estão sem crédito. Não dá para pensar em nenhum imposto. A CPMF é um péssimo imposto para o país", afirmou.

O economista Manoel Vitória, titular da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), projeta um cenário pouco animador do ponto de vista fiscal na Bahia até o fim da pandemia da Covid-19. Em entrevista exclusiva à **Tribuna**, o baiano afirmou que o Estado pode perder mais de R\$ 3 bilhões de receitas em 2020 na comparação com o ano anterior. Ele revelou que foram empregados até agora R\$ 812 milhões para as ações de combate ao vírus, sobretudo, na área da Saúde. A estimativa é que ultrapasse a marca de R\$ 1 bilhão até o fim do ano. E a expectativa é que, mesmo após o término da crise, os cofres estaduais sejam impactados. "Sabemos que existe uma retenção de situações, de necessidade de cirurgias, eletivas ou não. Muita gente está deixando de recorrer ao atendimento de alta complexidade dos hospitais em função do coronavírus. Essa demanda represada vai acontecer em algum momento", prevê. O titular da Sefaz também faz projeções sobre a queda no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. "Diria que começamos a trabalhar num horizonte entre 5% e 6%. Naverdade, nós nunca enfrentamos nada igual", lamenta. Vitória também comenta outros assuntos e opina sobre o projeto de reforma tributária em discussão no Congresso Nacional, e defende a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).



**SECRETÁRIO**  
estima queda de até  
6% do PIB baiano  
neste ano

ENTREVISTA

**MANOEL VITÓRIO**

## Bahia deve gastar mais de R\$ 1 bilhão no combate à Covid-19 em 2020, diz secretário

RODRIGO DANIEL SILVA  
(EDITOR INTERINO)  
HENRIQUE FERRO  
(REPORTER)  
PAULO ROBERTO SAMPAIO  
(DIRETOR DE REDAÇÃO)

**T**RIBUNA DA BAHIA – O Governo divulgou que a Bahia terá nos últimos três meses, R\$ 1,5 bilhão em receitas. Qual é o cenário que o senhor desenha para o futuro? Acha que vai ser possível retomar as receitas?

**MANOEL VITÓRIO** – Quando a gente fala em perder receitas, estamos falando em relação a 2019. Estamos em 2020 e, até hoje, sempre tem um crescimento das despesas e das necessidades. E isso também dentro de um cenário em que o Estado é chamado a ficar mais perto da população, seja no acolhimento, nos serviços sociais e principalmente na Saúde. Também, na segurança pública, o reflexo é grande. Quando a gente fala em perda de R\$ 1,5 bilhão de receita é em relação a 2019, o que ainda deixa uma margem de frustração em relação a 2020. Se a gente calculasse com relação a 2020, a perda é ainda maior.

**Tribuna – De quanto seria?**

**Manoel Vitória** – Nós sempre trabalhamos, em princípio, o aumento da despesa com o aumento da arrecadação. Mas hoje pensar nisso é trabalhar completamente fora da realidade. Então, estamos trabalhando para pelo menos conseguir chegar ao pedaço da arrecadação de 2019. Quanto a sua pergunta com relação a perspectiva, vou deixar e acordo todo dia pensando nisso, sobre como seria a expectativa futura. Nós estamos vendo que, num primeiro momento, a economia fluiu de maneira normal em janeiro e fevereiro. Em março, houve modificação na postura dos agentes econômicos, no perfil de consumo, no susto inicial da repercussão da pandemia. Como aconteceu em março, para a gente reflete mais em abril, porque tem sempre o efeito de relação a arrecadação. Então, num primeiro momento, os consumidores e as empresas não brearam novas compras e o consumo de maneira geral. Houve um frio muito grande na economia, que se traduziu na queda de arrecadação do ICMS, que é nosso principal imposto, de quase 30%. Agora, o que a gente está vendo é um retorno progressivo dos consumidores, da atividade econômica. Ela vai retomando ainda mesmo com o cenário de quarentena. Qual vai ser o patamar que ela vai alcançar, se ela vai conseguir fazer uma recuperação? Com certeza, não esse ano. Em 2021, por exemplo, se ela vai prosperar ou ter um crescimento mais vigoroso, a gente não sabe. A expectativa é que não. A expectativa é que o retorno ao patamar

de 2019 ocorra até o final do ano. Essa expectativa de queda de arrecadação pode chegar à casa de mais de R\$ 3 bilhões em relação a 2019.

**Tribuna – R\$ 3 bilhões no ano todo?**

**Manoel Vitória** – Isso no ano todo. Nós trabalhamos com três cenários sempre. O cenário mais otimista, que não é esse. Um cenário mais pessimista, que eu não quero nem falar. E um cenário realista, que é esse que nós falamos, com uma perda que pode alcançar essa faixa de R\$ 3 bilhões. A expectativa é que a atividade vá se retomando aos poucos. Há uma preocupação muito grande com o nível de emprego, porque o desemprego acaba trazendo uma retração muito grande no PIB. Isso é uma preocupação, como um todo. Mas isso é um lado da moeda, que é a retração na arrecadação. O outro lado da moeda é que, apesar da retração na arrecadação, nós precisamos continuar a prover os serviços públicos para a população baiana e até ampliar, como é o caso da saúde.

**Tribuna – Quanto já foi destinado de recurso para o combate ao coronavírus?**

**Manoel Vitória** – Por enquanto, até agora, R\$ 812 milhões nos quais R\$ 482 dos cofres do Tesouro. Esses R\$ 400 milhões do Estado não estavam previstos.

**Tribuna – O governo deve gastar mais. Qual é a estimativa de gastos até o fim da pandemia?**

**Manoel Vitória** – Nós temos socorrido as áreas de acordo com a necessidade delas. O carro-chefe aí é a Saúde. O que eles têm apontado é a necessidade de continuar os investimentos, com recursos fluindo para a Saúde, por duas razões principais: primeiro, quando nós falamos de controle da pandemia, nós estamos falando de manter uma capacidade de recepção da população. Aquelas pessoas que precisam ser respiradores, a gente tem que continuar mantendo leitos e a capacidade de atendimento. Foi o que aconteceu em outros países, com gente morrendo dentro de casa sem a menor perspectiva de ter socorro. Esse é um lado.

Por outro lado, nós sabemos que existe uma retenção de situações, de necessidade de cirurgias, eletivas ou não. Muita gente está deixando de recorrer ao atendimento de alta complexidade dos hospitais em função do coronavírus. Essa demanda represada vai acontecer em algum momento. Ou seja, a repercussão do aumento de volume de atendimento da saúde em função da pandemia deve continuar ainda que a gente tenha um maior controle do atendimento aos pacientes com covid, mas deve continuar uma pressão por outros tipos de atendimento. Então, não vejo uma perspectiva, num curto prazo, do Estado não continuar apoiando a Saúde. Isso vai perdurar de alguma forma, ou diretamente com o Covid, ou com outros aten-

dimentos. Isso deve se prorrogar até o ano de 2021 também.

Então, a perspectiva em relação ao gasto da saúde, com o covid especificamente, até o final do ano, vamos ter pelo menos mais R\$ 200 milhões ou R\$ 300 milhões – fora todos os outros atendimentos em Saúde.

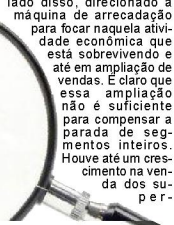
**Tribuna – Então, vai passar de R\$ 1 bilhão o gasto com o combate ao coronavírus?**

**Manoel Vitória** – Com absoluta certeza. Será maior que R\$ 1 bilhão em 2020.

**Tribuna – O PIB do Brasil deve cair de 6% a 9% em 2020. Qual é a estimativa aqui para a Bahia?**

**Manoel Vitória** – Não sei a última avaliação da SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais). Diria que começamos a trabalhar num horizonte entre 5% e 6%. Na verdade, nós nunca enfrentamos nada igual. Já enfrentamos crises econômicas decorrentes de uma crise financeira. Em 2008, teve a bolha especulativa nos EUA e outras situações que aca-

precisa. Mas qualquer aumento de despesa precisa ser muito bem avaliado. Aumento de despesa para atender a população, nós temos feito. Agora qualquer tipo de aumento de despesa pode levar um colapso das contas. E um colapso das contas tem duas principais consequências: a primeira é deixar de existir a população e recuar a presença do Estado na população; a segunda, se você imaginar, as despesas do Estado, seja no seu custeio ou investimentos, estavam correspondendo a 18% do PIB baiano e se você começa a não pagar fornecedor e empresas têm uma repercussão negativa em toda a economia. Então, nós precisamos conter. A Sefaz tem ido pelos dois vieses: uma contenção de custeio com despesa e uma contenção da aplicação de gastos fosse para o covid; e o direcionamento da arrecadação para tudo o que efetivamente estava funcionando. E se apertar também o combate à sonegação. Essas foram as diretrizes. Isso tem dado resultado. Temos priorizado o combate à pandemia e, ao lado disso, direcionado a máquina de arrecadação para focar naquela atividade econômica que está sobrevivendo e até em ampliação de vendas. E claro que essa ampliação não é suficiente para compensar a perda de vendas. Houve até um crescimento na venda dos super-



mercados, mas isso não compensa. Por exemplo, o fechamento dos shoppings centers.

**Tribuna – Na Europa, países como Alemanha e Itália decretaram lockdown. Ficaram dois meses e agora estão retomando a atividade econômica. O senhor acha que o cenário nacional acabou prejudicando as finanças dos Estados e municípios?**

**Manoel Vitória** – Acho que faltou uma liderança centralizada que efetivamente pudesse coordenar as ações. As ações poderiam ter sido mais econômicas se o governo tivesse concentrado as ações e repassado aos Estados. Poderiam ter sido mais efetivas. Aqui tivemos diversas tentativas de bloquear fronteiras para evitar o contágio. Mas você controlar aqui e ali não evitou que viessem pessoas de outros estados. O que a gente vê em outros países é que, quando se detecta a região, você age rápido para que isso não se dissemine. Você consegue atuar dentro da nação para que isso não se espalhe. Aqui não conseguimos fazer isso. O governo, inclusive, era contra qualquer tipo de quarentena e a coisa acabou explodindo. Se nós tivéssemos feito uma coisa mais forte nacionalmente, estaríamos em uma situação mais controlada e não caminhando para

100 mil mortes oficiais.

**Tribuna – O governador Rui Costa fez no início do ano uma reforma da Previdência. Isso já afetou de alguma maneira as contas?**

**Manoel Vitória** – Afetou sim. Melhorou um pouco o déficit, que ainda é grande. Não deu para se fazer uma reforma que zerasse esse déficit, mas já ajuda um pouco. Claro que, sem uma reforma da Previdência, nós estaríamos em uma situação muito pior. Mas isso, por si só, não resolve.

**Tribuna – O senhor acha haverá recursos para conter a Ponte Salvador-Itaparica?**

**Manoel Vitória** – A ponte é um compromisso nosso. Não tem achar. Ela vai acontecer. Quando consideramos o interesse no projeto e a participação na construção, isso foi construído de uma forma para garantir que a ponte ocorra. Com certeza, nós vamos conseguir implementar.

**Tribuna – E outros investimentos, como ficam? O senhor acha que vai ser uma escolha. Veja como foi acertada a escolha do Estado da Bahia em investir na Saúde. O que aumentou em número de leitos, o novo conceito de policlínicas e hospitais que foram montados. Todo o investimento foi importante. Imagine se não tivéssemos feito? É igual a Ponte Salvador-Itaparica. Muita gente fala apenas na ponte, mas o projeto trata do sistema viário.**

**Tribuna – Como está a questão dos repasses federais?**

**Manoel Vitória** – Estamos com problemas há muitos anos. Desde o governo Temer, tínhamos compromissos do governo federal para muitas obras, e isso acabou não acontecendo. Também insistimos com relação à liberação de recursos. Entendemos que, em parte, se configurou para todos os estados. Mas em especial, no caso da Bahia, não entendemos por que alguns recursos não foram liberados. Infelizmente, deve ter tido algum problema desde o governo Temer.

**Tribuna – O governador Rui Costa chegou a R\$ 500 milhões repassados. O senhor acha que isso mesmo. E, para que não parem as obras, temos colocado dinheiro do Tesouro. E agora estamos com mais dificuldades. Imagine fazer uma desmobilização de uma obra, o prejuízo que se tem para mobilizar é muito grande. Então, temos conseguido manter os investimentos. Manter as coisas funcionando normalmente tem sido um desafio diário. E com a pandemia tem sido um desafio maior.**

**Tribuna – O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, declarou recentemente que vai fazer uma reforma tributária no Estado. Tem em vista alguma reforma desse tipo na Bahia?**

**Manoel Vitória** – Não sei o que ele está falando que vai fazer de reforma tributária. É estranho, porque o principal tributo dos estados é o ICMS. Para qualquer modificação, depende de um convênio com o Confaz, que tem que validar. A possibilidade de um estado sozinho fazer uma reforma significativa é quase zero. Você pode fazer algumas modificações. Para fazer uma reforma significativa, é preciso de um projeto nacional, que tem sido discutido nos últimos tempos. Não sei de que forma o Rio Grande do Sul está pensando.

**Tribuna – E o que o senhor pensa da reforma tributária pensada pelo governo federal?**

**Manoel Vitória** – Acho que o que se está encaminhando é uma montanha para ir. O governo poderia partir para fazer uma discussão de reforma tributária que fosse consistente para os próximos anos. Se tributa muito o consumo, a produção... Então, poderia mudar esse viés. A atitude que indicam uma mudança na carga tributária, com uma nova divisão, que levaria ao crescimento econômico. Acho que deveria chamar os estados, os entes federativos, para a mesa e fazer uma discussão sem preconceitos, tributando quem pode pagar mais e exonerando quem pode pagar menos.

**Tribuna – O senhor defende a tributação de lucros e dividendos?**

**Manoel Vitória** – Sim, não vejo por que não. O Brasil é o único país que tenho conhecimento que não faz. Isso é uma exceção. Acho que não é pontual. Deveria se fazer uma discussão geral sobre a questão tributária no Brasil, inclusive a divisão, porque quem está mais próximo da população são estados e municípios. No entanto, as condições se concentram na União. Acho que a gente não deveria perder a oportunidade de se fazer uma reforma tributária efetiva, para contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

**Tribuna – O senhor é a favor da volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)?**

**Manoel Vitória** – A CPMF, para quem toca a área fazendária, é uma tentação. Não tanto para a arrecadação, porque você pode regular a alíquota para que a carga fique reduzida. Mas ela é interessante porque quando você lança um imposto desse tipo começa a colocar todo o pessoal do fisco olhando a movimentação financeira. É efetiva para o combate à lavagem de dinheiro, ao tráfico. E um imposto interessante porque ajuda até no batimento de dados para chegar se está tendo evasão de receitas. Não sou contra. Agora essa é uma opinião pessoal. Não é uma opinião do governo do Estado e não sei qual é a opinião do governador a respeito. Mas quem dirige a Fazenda, acaba sendo um instrumento interessante para combater outros crimes.

Veículo: TV Bahia	
Data: 24/07/2020	Programa: BA TV
Assunto: <b>Sonegação de ICMS na Bahia: estado deixa de arrecadar R\$457 milhões em 2019. Cita a Sefaz. Sonora com José Luiz Souza, superintendente da Sefaz.</b>	

**Data:** 24/07/2020

**Hora:** 19:27:06

**Duração:** 03:21

**Emissora:** TV BAHIA

**Programa:** ISSO É BAHIA

**Apresentador(a):** FERNANDO SODAKE

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Sonegação de ICMS na Bahia: estado deixa de arrecadar R\$457 milhões em 2019. Cita a **Sefaz. Sonora com José Luiz Souza, superintendente da Sefaz.**

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 25 e 26/07/2020	Página:

**Correio\***

## **BAHIA PERDE R\$ 500 MILHÕES COM SONEGAÇÃO FISCAL**

**Crime** A Bahia deixou de arrecadar quase R\$ 500 milhões no ano passado por causa da sonegação de impostos, segundo a Secretaria da Fazenda. De acordo com a Sefaz, os setores de postos combustíveis, comércio de grãos e atacadista são os que mais sonegam no estado. O órgão informou que o governo arrecadou mais R\$ 24,6 bilhões em (ICMS), mas em cerca de 10% desse valor, a Sefaz viu algum indício de sonegação.

# Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

24/07/2020 16:10

## App Preço da Hora Bahia subsidia pesquisa de preços ao consumidor da SEI

Aliado do consumidor no momento de pesquisar, em tempo real, os valores mais baixos de remédios, combustíveis e outros milhares de produtos, o aplicativo Preço da Hora Bahia, lançado em abril pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), está contribuindo também para a Pesquisa de Preços ao Consumidor (PPC), realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

“Esse trabalho nos apresenta uma significativa vantagem que é a apresentação de preços fidedignos dos produtos, pois são oriundos das Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas, o que tende a diminuir de maneira expressiva os erros que naturalmente ocorrem nas coletas feitas em campo”, explica o coordenador da PPC/SEI, Denilson Lima.

O app pode ser baixado em dispositivos móveis na Apple Store e no Google Play, além de estar disponível no site [precodahora.ba.gov.br](http://precodahora.ba.gov.br). Com o Preço da Hora Bahia é possível pesquisar os preços de mais de 500 mil produtos, tomando por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-BA.

A Pesquisa de Preços ao Consumidor da SEI engloba dois levantamentos. O primeiro verifica os valores das mercadorias da cesta básica, o que inclui o cálculo do gasto mensal, de acordo com um percentual do salário mínimo líquido, e o tempo de trabalho necessário que um trabalhador teria que despende para adquirir os produtos da cesta. O segundo levantamento é feito para calcular o Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

Desde 1977 a SEI calcula e divulga o IPC de Salvador. O IPC-SEI tem por objetivo acompanhar a inflação de um conjunto de bens e serviços consumidos pelas famílias com rendimentos mensais compreendidos entre um e 40 salários mínimos. A pesquisa realiza mensalmente em torno de 15 mil cotações de preços de um conjunto de 375 bens e serviços.

### Continuidade da pesquisa

“O Preço da Hora Bahia permitiu à SEI dar continuidade à coleta de preços para a PPC, uma vez que a pandemia do Covid-19 inviabilizou a permanência do trabalho de campo que era realizado por entrevistadores nos estabelecimentos. Agora, parte da pesquisa é feita via Preço da Hora Bahia em home office”, acrescenta Denilson Lima.

De acordo com o coordenador, o levantamento é feito semanalmente em cerca de 700 estabelecimentos comerciais. Os resultados são publicados todo mês no [site da superintendência](#), vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan), e divulgados para a imprensa. “A coleta dos preços via Preço da Hora Bahia protegeu os técnicos da SEI da exposição ao Covid-19. Para o objetivo para o qual foi criado, considero o aplicativo de grande valia. É realmente uma excelente solução. Possibilita ao consumidor pesquisar preços dos mais diversos produtos e serviços na comodidade do lar, bastando ter um computador, um tablet ou smartphone”, assinala.

Lima destaca ainda que, em bairros onde existem diversos estabelecimentos comerciais, a ferramenta ajuda o consumidor a visualizar preços dos produtos sem exigir muito deslocamento, pois será poupado de pesquisa de porta em porta. “Quando finalmente resolver comprar, irá aos locais certos”, diz.

O coordenador da PPC/SEI sinaliza, por fim, que o aplicativo é útil não somente para o consumidor, mas também para todo o comércio varejista. Segundo Lima, o Preço da Hora Bahia possibilita aos empresários do segmento acompanharem os preços dos seus concorrentes em tempo real e com base em uma fonte de informação extremamente confiável. “Na medida do possível, poderão acontecer reduções de preços ou pelo menos promoções, dentre outras coisas”, conclui.

### Funcionalidades

O usuário do Preço da Hora Bahia pode ver na tela do app, após realizar a pesquisa do valor de um determinado produto, o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está à venda. É possível também acessar um gráfico com o histórico de preços do produto e cotar rapidamente uma lista de até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

Outra função muito útil do app, que permite aos consumidores baianos economizarem e ficarem o mínimo possível de tempo na rua em tempos de pandemia, é a que apresenta um mapa apontando os três estabelecimentos com os preços mais baixos por produto na região delimitada pelo usuário, que pode ter o diâmetro de um a trinta quilômetros. Vale lembrar que o diâmetro busca em linha reta a partir da sua localização, mas a distância do trajeto será um pouco superior em função do traçado das ruas.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt, esclarece que os preços que aparecem no app são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas que o estabelecimento não é obrigado a garantir um valor que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras.

O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal.

**Fonte: Ascom/Sefaz-BA**

## Reforma da Previdência acabou com aposentadoria compulsória como sanção disciplinar



**Direito previdenciário**  
**Luciano Martinez**

Juiz do Trabalho, professor de Direito do Trabalho e Previdenciário da UFBA  
lucianomartinez.ba@gmail.com  
@lucianomartinezba

**Magistrados ou membros do Ministério Público que tenham praticado atos ilícitos no uso das atribuições podem, por interesse público, sofrer aposentadoria**

forçada?

**Resposta:** A Emenda Constitucional número 103, de 2019, mudou a redação dos artigos 93, VIII; § 4º do art. 103-B e §2º, III, do art. 130-A da Constituição da República. A alteração normativa retirou do texto constitucional a referência à aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de contribuição como penalidade aos magistrados e membros do Ministério Público caracterizados como transgressores. Tudo mais nele se manteve. A intenção

do legislador reformador foi justamente a de evitar oneração dos cofres previdenciários por conta da aplica-

**A intenção do legislador reformador foi justamente a de evitar oneração dos cofres previdenciários**

ção de sanções. A lógica da modificação normativa foi a de colocar longe dos interesses previdenciários qualquer sanção a magistrados ou membros do Ministério Público. Se eles tiverem de ser punidos que seja de outra maneira. É importante observar que a aposentadoria forçada era, sim, uma sanção dura e indesejada por quem a sofria e não tinha muito tempo de contribuição. Afinal, independentemente do comportamento censurável do magistrado ou membro do Ministério Público, o tempo de contribuição que ele

formou é efetivamente um patrimônio seu e a aposentadoria coacta com proventos proporcionais retirava dele a possibilidade de melhorar o seu jubramento com futuras contribuições. Essa sanção poderia transformar-se, entretanto, em prêmio se o magistrado ou membro do Ministério Público estivessem perto de conquistar a aposentadoria. O seu ato de transgressão, afinal, apenas anteciparia algo que ele conquistaria pouco tempo mais adiante. É sempre bom deixar anotado que, nos termos da LOMAN

[Lei Orgânica da Magistratura Nacional], art. 56, o Conselho Nacional da Magistratura determinava a aposentadoria, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, do magistrado manifestadamente negligente no cumprimento dos deveres do cargo; de procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções; e de escassa ou insuficiente capacidade de trabalho, ou cujo procedimento funcional fosse incompatível com o bom desempenho das atividades do Poder Judiciário.

**IMPOSTOS** Proposta do governo unifica PIS/Cofins na forma de uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)

# Empresários criticam reforma tributária

**MARJORIE MOURA**

Com um texto inicial que trata apenas da unificação dos impostos federais PIS/Cofins na forma de uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12% – ponto de maior consenso, na avaliação da equipe econômica, e que pode reduzir o nível de burocracia e os custos de empresas com o recolhimento de tributos – o projeto de reforma tributária conseguiu desagradar empresários e especialistas do setor. Uma das maiores críticas é quanto à apresentação das propostas em duas etapas.

Presidente da Associação Brasileira das Agências de Publicidade capítulo Bahia (Abap-BA), Cláudio Carvalho explica que a entidade reúne as 15 principais agências do mercado baiano e administra 80% do investimento em publicidade do estado.

“Primeiro, a reforma tributária está sendo colocada em etapas. Esta primeira etapa é muito ruim para a prestação de serviços e em especial para a publicidade. No lucro presumido está colocada uma proposta de mudança de alíquota de 3,65% do PIS Cofins para 12%. É muito difícil hoje uma agência de publicidade, especialmente nos mercados regionais, suportar um aumento de impostos desta dimensão”, avalia. Diz ainda que, “de outro lado precisamos

## PRINCIPAIS PONTOS

**1** Alíquota geral de 12% e de 5,8% para entidades financeiras, sem apropriação de créditos

**2** Base de cálculo: receita bruta e acréscimos como multas e encargos, podendo ser excluídos ICMS e ISS destacados no documento fiscal e a própria CBS

**3** Não será tributado sobre exportação, garantida a manutenção dos créditos vinculados

**4** Tributado sobre operações de importação de bens e serviços

**5** Sem alteração no Simples Nacional

**6** Vencimento até o dia 20 do mês seguinte (exceto na importação)

FONTE: CENOFISCO



Gabriel Alencar / Divulgação



Ietta Fotografia / Divulgação



Wendell Galter / Divulgação

Líderes de diferentes segmentos questionaram a proposta do governo Bolsonaro

olhar a floresta toda e não de árvore em árvore, como está acontecendo”.

Para Carvalho, é necessário ter uma compreensão da completude da reforma para um posicionamento mais completo. “O governo promete desonerar a folha de pagamento, mas ainda não está na mesa com clareza como se daria e fala-se também em taxaço de distribuição de dividendos, mas também não sabemos ainda se vai acontecer e de que forma”, acrescenta. O empresário diz que a reforma representa até então um aumento de carga fiscal para o negó-

cio, que poderá ter fortes efeitos na realidade das agências.

“Estamos nos articulando para colocar nossa visão de forma clara junto ao Congresso e lutar por nossa sobrevivência, mas por outro lado estamos acompanhando o envio da reforma completa para uma análise melhor. É possível que estejamos juntos com outras categorias, até porque impacta o prestador de serviços como um todo”, finaliza.

### Serviços

Luciano Lopes, presidente da Associação Brasileira da

Indústria de Hotéis (ABIH Bahia), avalia que as regras estão sendo muito duras para o setor de serviços e aumentam substancialmente a carga tributária da alíquota. “Vinte anos atrás era 3,65%, já pagamos 9,65% e agora chega a 12%, num momento de grave pandemia, com muitas perdas de até 70% da renda”, diz.

Lopes também defende a organização da classe para buscar os parlamentares baianos com o objetivo de pressionar o governo pela alteração da proposta. “Precisamos ver o projeto completo para verificar que per-

das podemos ter. Nos preocupa muito a reforma tributária em duas ou três etapas. Vamos ter que voltar a nos mobilizar, procurar os deputados federais de nossa bancada da Bahia para sensibilizar o Congresso e buscar alternativas”, afirma.

O presidente da ABIH Bahia reconhece que a reforma tributária é de vital importância, mas critica um sistema de cálculo confuso. “São multas muito altas. Quando você não paga o imposto, incide multa de 20% ao ano”, critica.

Carlos Sérgio Falcão, sócio da Winers Engenheiros Associados e líder do Business Bahia, diz que a reforma atinge fortemente o setor de serviços, que emprega 50 milhões de pessoas e gera 70% do Produto Interno Bruto (PIB).

“Teremos aumento de até 250% da alíquota, passando do percentual de 3,65% para a proposta de 12%. Faltou sensibilidade da equipe econômica. A proposta faz sentido para o setor industrial que possui uma cadeia produtiva e pode utilizar outros créditos. Pedimos que os congressistas baianos impeçam esta proposta de prosperar no Congresso Nacional”, apela Falcão. Ele integra o movimento Made in Bahia, apoiado pela Associação Comercial da Bahia (ACB) com a intenção de estimular o consumo de bens e serviços por parte dos baianos.

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 25/07/2020	Página: B2

## E o Marco do Saneamento vai resolver? No mínimo, é avanço

Diz Wladimir Antonio Ribeiro, uma das maiores autoridades do Brasil em saneamento básico, advogado, ativo na modelagem de diversos serviços de saneamento básico e de resíduos sólidos pelo Brasil, inclusive as PPPs, que na Suíça o nível de sofisticação em matéria de saneamento básico é tal que eles não querem mais saber de água tratada, agora é água in natura.

— Eles estão proibindo a agricultura com o uso de agrotóxicos nos arredores das nascentes. Querem a

água pura, como ela é.

Vá lá que os suíços construíram os seus elevados padrões educacionais acoitando nos seus bancos os ladrões de cá, e também que é um país pequeno, bem mais fácil de controlar, mas exhibe tudo o que se quer e por tabela a imensidão do caminho que temos até chegar lá.

**PASSIVO** — Os números do saneamento e tratamento de resíduos sólidos no Brasil são patéticos. 83,3% têm água e 51,9% esgoto. São índices piores que

Peru, Bolívia, Iraque, Jordânia e Círia, a lanterna. E será que dá para chegar a 2033 investindo R\$ 7 bilhões e botando a iniciativa privada, atingindo os 90% de cobertura pretendidos?

Wladimir acha que a nova lei abre muito espaço pra questionamentos jurídicos, mas é um avanço. É a chance do Brasil se redimir daquele negócio de que esgoto não dá voto porque é obra enterrada. Não é bem isso. Na real, por ficar enterrada vira um apanágio para corruptos. O remédio é simples, transparência total.



Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 27/07/2020	Página: 02

# Tribuna

## Medidas econômicas

O prefeito ACM Neto (DEM) anuncia hoje, em coletiva virtual, mais dois pilares do conjunto de 101 ações visando estimular a economia na cidade nesse momento de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. São ações de curto prazo, que entram em vigor imediatamente. Na semana passada, o prefeito anunciou as ações relacionadas ao pilar soluções urbanas. São, no total, sete pilares, com R\$7 bilhões em investimentos, sendo R\$6 bilhões captados junto ao setor privado, e 50 mil empregos gerados.

## Crise econômica

Para o economista Affonso Celso Pastore, o Brasil não deve sair tão cedo da crise econômica causada pela pandemia. "Nós estamos vivendo a recessão mais profunda da história, que tem um risco de um vírus que não foi dominado, que indica que a recuperação será lenta. Então, não vamos sonhar com recuperação em V, que essa recuperação em V existe na cabeça de quem não parou um minuto para poder raciocinar sobre a natureza do fenômeno", disse ao UOL. O ministro Paulo Guedes tem dito acreditar que o Brasil pode surpreender o mundo e se recuperar em forma de "V", ou seja, com uma rápida retomada da economia após forte declínio.

## ABIH projeta cenário desafiador para hotéis baianos

LÍCIO FERREIRA/REPORTER

**N**esse 1º semestre de 2020, o faturamento dos hotéis em Salvador reduziu 81%, quando comparado com o mesmo período de 2019, afetando diretamente ao empresário e aumentando cada vez mais as dificuldades para o segmento hoteleiro. Estamos vivendo um cenário muito desafiador para nosso segmento e sem boas perspectivas nos próximos meses.

As palavras de decepção são do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia (ABIH-BA), Luciano Lopes que confessa: "Nunca poderíamos imaginar que estaríamos vivendo uma crise econômica desta dimensão. A pandemia chegou e atingiu os mais diversos setores de forma súbita e assustadora. O setor hoteleiro na Bahia interrompeu praticamente todas as atividades".

Luciano Lopes revela, ainda, que, atualmente, 95% dos hotéis no Estado estão fechados sem faturamento há quatro meses e que milhares de pessoas estão sem os seus empregos (mais de 30 mil pessoas foram demitidas na Bahia). "Em Salvador, por exemplo, a ocupação hoteleira, no primeiro semestre de 2020, foi

de apenas 32,18%. Nesse mesmo período de 2019, a ocupação foi de 81,55%", refletiu.

Nesse momento tão crucial do Covid 19, as expectativas para os próximos três meses não são nada animadoras para o setor hoteleiro na Bahia. "Muitos hotéis ainda continuarão fechados nas treze (13) zonas turísticas, seja por decretos municipais ou por falta de hóspedes, considerando que as pessoas não estão viajando a lazer" reforça Luciano Lopes, presidente de ABIH-BA.

### CAMPANHA

No último sábado, 25, a ABIH-BA realizou o pré-lançamento do portal [reserveseuonho.com.br](http://reserveseuonho.com.br), um evento inédito no segmento. A novidade, que integra a campanha "Reserve Seu Sonho e Venha de Lá", foi anunciada por meio dos canais digitais da entidade e o cliente ao adquirir um "voucher" de duas diárias, no portal, ganha a terçoira. O lançamento oficial será no próximo dia 14 de agosto, quando a entidade completa exatos 50 anos de fundação.

A ação conta com a participação de diversos empreendimentos hoteleiros da Bahia, como Costa do Saupe Resorts, Fera Palace Hotel, Hotel Fasano Salvador, Floral Inn Family Hotel, Hotel La Dolce Vita, Al-

deia da Mata Eco-Lodge, Pousada Aldeola, Mar Brasil Hotel, Monte Pascoal Praia Hotel, Fiesta Bahia Hotel, Quality Hotel, Mercure Salvador, Wish Hotel da Bahia, Portobello Praia Resort, Hotel Malibu Plaza, Gran Hotel Stella Maris, dentre outros hotéis distribuídos pelas zonas turísticas do estado da Bahia.

O presidente da ABIH-BA e também diretor executivo da Prima Empreendimentos disse que o objetivo "é minimizar os impactos causados pela pandemia no setor turístico, estimulando o desejo de viajar, capitalizando hotéis e pousadas e acelerando o retorno das atividades turísticas na Bahia. Com isso, também vamos ajudar os pequenos e médios meios de hospedagem distribuídos pelas 13 zonas turísticas".

E informou, neste domingo 26. "O pré-lançamento animou o setor hoteleiro e unidades que estavam há 130 dias sem vender nenhuma ocupação, já conseguiram seus primeiros clientes, através do portal. Agora, é hora de manter o foco e acreditar em dias melhores", finaliza.

### PESQUISA

Sempre atenta à situação do trade, a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur), através do Observatório do Turismo, realizou uma pesquisa vir-



Foto: Ronaldo de Jesus

### QUEDA

Ocupação hoteleira em Salvador foi de 32,18% no primeiro semestre de 2020

tual sobre "Os Impactos da Pandemia Covid-19 no Setor". Esta revelou em dados: "Na Bahia, 84,8%, das empresas de turismo fecharam suas portas neste período e, entre os guias de turismo, a totalidade ficou sem exercer a atividade. Antes dessa crise, a maior parte das empresas possuía até cinco colaboradores, correspondendo a 58%, e mais que três quartos do total, ou seja, 76%, possuíam até 10

colaboradores".

Para a grande maioria dos empresários (90%) houve uma redução do faturamento acima de 50%, em relação ao mesmo período do ano anterior. "Estes números comprovam o quanto o segmento foi impactado pela pandemia, mas, passada esta fase difícil, vamos trabalhar para promover a retomada da melhor maneira, com cautela e segurança, para que o turismo na

Bahia volte a ser expressivo como sempre foi", antecipa o secretário estadual do Turismo, Fausto Franco.

Entre os pesquisados, a maioria foi representada por microempresas e microempreendedores individuais, totalizando 72%. Já, as de grande porte representaram apenas 1%. Entre os guias, a amostra foi de 110 dos que atuam no setor, no âmbito do Estado da Bahia.

# Tribuna

## ARTIGO

Roberta Maia Broder

### \*A carga tributária e a pandemia\*

**A**lguns entes da administração pública, sensíveis à grave crise mundial desencadeada pela pandemia do COVID-19, editaram leis e atos normativos a fim de mitigar os efeitos da carga tributária. Exemplos mais evidentes disso foram os atos da União que prorrogaram os vencimentos de tributos federais, dos meses de abril maio e junho, para empresas optantes do Simples Nacional (tidas como mais frágeis e suscetíveis aos efeitos da crise), de diversos tributos para empresas em geral e a prorrogação de vencimento das parcelas dos parcelamentos em vigência. Postura comple-

tamente diferente foi a adotada pelo Estado da Bahia que, apesar de determinar o fechamento total de diversos setores da economia, permanece a exigir os tributos, a exemplo do IPVA e da Taxa de Incêndio (de duvidosa constitucionalidade), como se nada estivesse acontecendo. O Município de Salvador segue a mesma linha do Estado, cobrando IPTU e TFF de imóveis comerciais fechados por sua própria determinação. Estabelecimentos inativos e sem quaisquer receitas seguem sendo objeto de tais tributos de forma integral, sem que possuam qualquer capacidade contributiva para lastrear o pagamento dos tributos. Se de um lado o Município proíbe o funciona-

to de bares, restaurantes, salões de beleza e academias, de outro permanece a cobrar o valor integral do IPTU incidente sobre os imóveis em que funcionam tais estabelecimentos e TFF incidente sobre a fiscalização de atividade cujo exercício foi proibido através de atos normativos. Contratos da iniciativa privada estão sendo revistos de forma voluntária entre as partes envolvidas: escolas reduzindo suas mensalidades diante da evidente redução de custos na prestação de seus serviços à distância; contratos de aluguéis comerciais reduzidos de forma drástica (chegando até em 90% de redução em alguns casos) em virtude da alteração da situação econômica dos locatários. Entretanto, o ICMS, ITD, IPVA, Taxa de Incêndio, IPTU, e TFF permanecem sendo cobrados de forma integral, ignorando o que talvez seja a mais grave crise econômica enfrentada

pela humanidade. Soa absurdo o Estado da Bahia prosseguir com a cobrança de ICMS incidente sobre as mercadorias doadas por estabelecimentos comerciais em auxílio ao combate ao Covid-19, enquanto outros Estados já se sensibilizaram com a situação, isentando-as. O Município de Salvador consegue surpreender ao exigir a TFF e o IPTU de forma total, sem desconto, sobre imóveis que permanecem fechados em razão de sua própria determinação, sendo muito pouco a prorrogação do vencimento da parcela de IPTU do mês de agosto para os imóveis comerciais, como se a pandemia não tivesse afetado o comércio desde março quando se iniciaram as medidas restritivas impostas pelo Município. Em que pese serem tributos com previsão constitucional suas bases de cálculo foram sensivelmente modificadas em virtude de situação extraordinária pela

qual o mundo está passando. O valor de mercado dos imóveis e veículos – base de cálculo de IPTU e IPVA respectivamente –, como em qualquer crise de grandes proporções, sofre desvalorização, mas isso não é sequer ventilado pelo Município e Estado. É curioso observar que o Estado da Bahia e tantos outros Estados da Federação ajuizaram ações visando a suspensão dos pagamentos das dívidas com a União, alegando déficit de arrecadação, mas não se sensibilizam com a situação de seus contribuintes, deixando de oferecer benefício similar ao que pretende e que já foi liminarmente concedido pelo STF (ACO 3365). O resultado dessas posturas intransigentes já está sendo visto: empresas fechando, demissões em massa, endividamentos elevados e total falta de perspectiva na recuperação a curto prazo. O Poder público deveria cessar essa sangria de

pretensão arrecadatória sob pena de "matar sua galinha dos ovos de ouro"! A União e entes federativos devem buscar a mitigação da carga tributária durante e após o término da pandemia, seja através de normas que alterem prazos de vencimentos, reduzam a base de cálculo proporcionalmente ao período da pandemia e mesmo durante certo prazo posterior, inclusive fomentando a utilização de transações com os contribuintes, que devem ser regulamentadas o quanto antes a fim de possibilitar a manutenção das atividades e a sobrevivência das empresas.

\*Roberta Maia Broder é advogada especialista em Direito Tributário e Previdenciário, sócia do Nogueira Reis Advogados. Tem especialização em Negociação e Resolução de Conflitos pelo Program On Negotiation da Harvard Law School.

## RETOMADA ECONÔMICA

# Rui Costa pede que prefeitos da Bahia apoiem agricultura familiar

(REDAÇÃO)

"Neste momento de pandemia e pós-pandemia, apostar na geração de emprego e renda por meio da agricultura familiar é viável e pode puxar a economia para cima". O governador Rui Costa defendeu a Agricultura Familiar como um dos segmentos capazes de colaborar para melhorar a situação econômica da Bahia durante e na pós-pandemia. Para isso, ele reafirma a necessidade de apoio dos prefeitos, da Federação da Agricultura e das associações de pequenos agricultores. As declarações foram feitas durante a participação, ontem, no lançamento da campanha Viva Feira & Feira Segura, no 2º Seminário Virtual Parceria Mais Forte, da Secretaria de Desenvol-

vimento Rural (SDR).

Uma das ações mais importantes, segundo Rui, é manter as feiras livres em funcionamento nos municípios, respeitando-se os limites sanitários necessários para se evitar a propagação da Covid-19. "A agricultura Familiar é quem produz a maior parte dos produtos para alimentar a mesa dos baianos e as feiras livres são o espaço mais acessível para os agricultores venderem os seus produtos. Por isso, desde o início eu pedi aos prefeitos que mantivessem as feiras em funcionamento, fora de locais fechados, e com isso a gente fosse conseguindo manter a atividade econômica", afirmou Rui.

Para o governador, é preciso juntar esforços. "Temos muitos equipamentos distribuídos para prefeituras e

associações. Mas as prefeituras, especialmente, têm um conjunto de maquinário que servem para preparar a terra. Às vezes a associação é pequena, não tem condição de manter uma máquina, não tem dinheiro para manutenção ou combustível. Mas quando as máquinas são da prefeitura, milhares de produtores rurais podem usar esses equipamentos na época do plantio e da colheita".

Rui destacou que o programa TV Rural, na TV Educativa do Estado, vai levar uma agenda de casos exitosos, que, para ele, precisam ser replicados maciçamente. "A TVE ganhou escala estadual, nós estamos fazendo um investimento grande para levar o sinal para o interior do estado. Acredito que nove milhões de baianos já tenham aces-



**GOVERNADOR** quer que as feiras livres continuem em funcionamento

so à TVE. E nós queremos levar as experiências exitosas através de programas voltados para o pequeno agricultor, que têm boa audiência e promovem boas práticas, ajudando inclusive na capacitação técnica.

O governador ressaltou que a Bahia é o estado brasileiro com maior número de produtores familiares, com mais de 600 mil famílias trabalhando, número superior a três milhões de baianos vivendo da agricultura familiar. "A Bahia faz o maior investimento do Brasil em agricultura familiar, são R\$ 1,5 bilhão em diversos projetos sendo executados, ou licitados, distribuídos por meio de editais através de dois programas, o Bahia Produtiva, com projetos em todos os municípios da Bahia, e o Pró-Semiárido, focado mais na região norte".

## ECONOMIA

### Diretor do Banco Central diz ver fenômeno novo no câmbio

(AGÊNCIA ESTADO)

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Bruno Serra, admitiu que a volatilidade das últimas semanas no câmbio está acima do que o BC gostaria. Segundo ele, a volatilidade atual do câmbio incomoda a autoridade monetária.

"De fato, é algo que incomoda e tentamos entender. Nossos instrumentos não são feitos para atuar nessa volatilidade de curto prazo, mas vamos ver se há algo que podemos fazer para atuar. Antes de adotar o remédio, precisamos entender qual é a doença que tem como sintoma essa volatilidade elevada", completou Serra.

Ainda assim, o diretor reforçou que o BC tem capacidade para atuar no mercado em qualquer direção. "O Banco Central tem um 'buffer' de reservas mais que suficiente para manter a funcionalidade do mercado", ressaltou. Serra argumentou que o fluxo de saída de capitais do Brasil foi superior ao de outras economias emergentes devido às fragilidades fiscais do País.

"Estamos tentando manter o câmbio funcional

ao longo do processo. Mudamos o patamar do juro básico brasileiro e isso afeta as decisões de hedge de famílias e empresas. Quase um terço da posição de 'overhedge' foi reduzida entre março e maio", afirmou ele, em videoconferência organizada pela XP Investimentos.

O diretor de Política Monetária do Banco Central avaliou que a volatilidade de curto prazo no câmbio pode estar ligada a novo perfil de investidor pessoas físicas, que ele classificou como saudável. "Há um fenômeno global de pessoas físicas operando em mais intensidade, com contratos menores de curto prazo", afirmou. Para o diretor, uma alternativa para conter essa volatilidade seria o BC atuar nas duas direções do mercado de câmbio. "Mas isso não seria favorável. Atuar nos dois lados do câmbio pode ter mais ônus que benefícios", ponderou.

Serra reiterou que o BC não encontrou ainda motivos palpáveis para explicar a maior volatilidade do real em relação a outras moedas emergentes. "Estruturalmente não há razão para real ter essa volatilidade maior", repetiu.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 25 e 26/07/2020	Página: 05

# Tribuna

## MANIFESTAÇÃO

### Michel Temer defende reforma tributária única

MARLLA SABINO

O ex-presidente da República Michel Temer afirmou ontem que Congresso e governo federal devem criar um projeto único para a reforma tributária, com base nos textos que já tramitam no Legislativo e a proposta do Executivo, entregue nesta semana pelo ministro Paulo Guedes. Para ele, o governo de Jair Bolsonaro não pode perder a chance de aprovar as alterações no

momento em que o tema evoluiu no Legislativo.

Temer, no entanto, discorda da estratégia do governo de dividir em quatro partes as propostas para alterações no sistema tributário. Para ele, deve ser aprovado o texto mais completo possível. "Tem que se trabalhar com a realidade política-administrativa. A reforma avançou bastante. Eu tentaria sentar com o projeto da Câmara, o do Senado, e falar: 'vamos fazer um projeto

único'. Dá uma mensagem muito útil para o empresariado", disse durante live promovida pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide). "Esse momento está tão maduro, que nós não podemos perder essa chance."

A primeira proposta entregue por Guedes trata apenas da unificação de PIS e Cofins, os dois tributos federais sobre o consumo. Temas mais complexos, como a inclusão de tributos estaduais nesse imposto

único, mudanças no Imposto de Renda e alteração da carga tributária devem ficar para uma segunda fase, ainda sem data para ser protocolada. As sugestões da equipe econômica serão discutidas na comissão mista formada por deputados e senadores no Legislativo. O grupo foi criado no início do ano para que os parlamentares analisem em conjunto as propostas diferentes que estão em andamento no Legislativo.

# Gov. e estados negociam um IVA nacional

ALEXANDRO MARTELLI  
G1 — BRASÍLIA

**A** pesar de ter enviado ao Congresso Nacional uma proposta para unificar apenas os tributos federais sobre o consumo — PIS e Cofins, que se fundiriam na Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) —, o governo segue em conversações com os estados para criar um imposto nacional, que inclua os tributos estaduais e municipais.

A criação desse imposto de valor agregado que reúna os três níveis de governo é a linha-mestra das propostas que já são discutidas no Congresso. Analistas apontam, porém, que o tributo brasileiro sobre o consumo pode ser um dos maiores do mundo (veja mais abaixo).

Desde março, foram realizadas cinco reuniões entre a equipe do Ministério da Economia e os representantes dos estados.

A última ocorreu nesta semana mas, segundo ambas as partes, ainda há pontos pendentes. Sem "apagar as arestas", mesmo a aprovação dessa primeira etapa da reforma tributária pode enfrentar problemas.

"Há interesse de ambos os lados na construção de um entendimento que possa viabilizar um IVA nacional. Possível, é. Alcançar esse objetivo dependerá da disposição de todos em buscar o entendimento", afirma o se-



**ENTENDIMENTO**  
Há pontos divergentes, mas as discussões estão avançando em direção a um acordo

cretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto.

De acordo com o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles, o governo federal tem se mostrado aberto a aceitar um IVA nacional, que também inclua a arrecadação de estados e municípios em ICMS e ISS.

"Houve avanços, mas quem vai arbitrar tudo isso é o Congresso Nacional. Estamos tentando facilitar a vida do Congresso. Já são cinco reuniões com a articulação não só dos secretários, mas de várias pessoas da Receita, da PGFN [Procuradoria Geral da Fazenda Nacional], Secretaria Especial de Fazenda. Uma coisa é fato, está havendo

intenso diálogo sobre reforma tributária", disse ele.

**PRINCIPAIS DISCUSSÕES**  
Ouvidos pelo G1 no longo da semana, os participantes dessas discussões elencaram os principais pontos que estão em discussão, sendo que alguns deles ainda geram disputa ou incerteza no debate de um possível Imposto de Valor Agregado (IVA) reunindo Cofins, PIS, ICMS e ISS. A lista inclui:

- a possível alíquota desse IVA nacional; o governo propõe 12% na junção PIS-Cofins, mas a alíquota total poderia passar de 30%, o que segundo analistas seria o patamar mais alto do mundo;
- a governança do Comitê Gestor do novo tri-

buto, ou seja, qual seria o peso de cada governo nas decisões sobre como administrar o volume arrecadado;

• o prazo de transição, ou seja, o período em que o novo IVA seria implementado;

• a base de tributação — quais produtos e serviços seriam taxados nesse novo formato;

• o destino dos fundos de desenvolvimento regional e das compensações da Lei Kandir — ambos, temas ligados ao fato de que, hoje, cada unidade da Federação adota regras específicas para a cobrança do ICMS.

## PRESSÃO DE HOTÉIS

### Crivella promete debater ano novo no Rio após reclamação

DANIELA AMORIM, ESTADÃO  
CONTÉUDO

O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos), contou que integrantes dos setores de hotelaria e restaurantes receberam com descontentamento a notícia de que não seria possível fazer a festa de Réveillon presencial na Praia de Copacabana, na zona sul da cidade, como consequência da pandemia do novo coronavírus. Ele prometeu ainda um debate sobre alternativas.

Neste sábado, a prefeitura informou que não realizará o tradicional formato da celebração, que costuma reunir milhões de pessoas na orla para o show de fogos de artifícios e atrações musicais.

"Não foi adiado, nós estamos pensando em fazer o Réveillon de outro jeito. Como é que é o Réveillon de outro jeito? Ah, nós vamos fazer tudo virtual. Mas deu uma confusão danada, porque o pessoal dos hotéis ligaram brabos pra mim, ligaram brabos, e o pessoal dos

restaurantes também. 'O Crivella que história é essa? Então vamos agora essa semana fazer uma reunião com a imprensa para tratar do assunto', diz Crivella em trecho de uma gravação distribuída à imprensa.

Em nova nota, a Riotur ressalta que ainda vai apresentar "um novo modelo para a festa, com possibilidades virtuais, devido à pandemia" e destaca que "fogos serão mantidos", embora não tenha esclarecido o lugar de exibição nem se será permitida presença de público. Segundo a Prefeitura, Crivella discutirá ainda a proposta de novo formato para a festa do Réveillon 2021 com o setor de hotéis, restaurantes e demais envolvidos.

"O que o pessoal da Riotur me disse é isso: se continuar a pandemia, não tiver um antirretroviral, ou uma vacina, nós vamos ter de fazer aquilo virtual. E vamos discutir com os hotéis, discuto o também com os restaurantes, como será feito isso", declara Crivella no vídeo.

## PRIVATIZAÇÃO

### Gov. federal prepara marco legal para o setor postal

MARINA BARBOSA, CORREIO  
BRASILENSE

Para tentar destravar a privatização dos Correios, o governo federal pretende apresentar ao Congresso um projeto de lei que obrigue a União de prestar os serviços postais do país. O projeto está sendo discutido no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e do Ministério das Comunicações, junto com os estudos de viabilidade técnica da desestatização dos Correios.

"A gente acredita na possibilidade de abertura desse mercado para investimentos privados, para a concorrência. Mas isso passa por um marco legal, necessariamente", afirmou neste sábado (25/07) a secretária especial do PPI, Martha Seillier, em live do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP).

Martha Seillier explicou que a privatização dos Correios enfrenta um "desafio jurídico interessante", porque existe "uma previsão constitucional de que cabe à União manter o serviço postal". Por conta disso, seria preciso "interpretar a

Constituição por meio de um marco legal para o setor" para poder avançar com essa privatização. É isso que o governo está tentando fazer.

"Temos um projeto de lei que está em discussão. Agora, com a chegada do ministro Fábio Faria [das Comunicações], estamos negociando e conversando bastante com ele sobre o tema", contou a secretária do PPI. Ela acrescentou que a expectativa é "poder encaminhar esse projeto ao Congresso e avançar com essa discussão". "Sabemos que é delicada [a discussão]. Mas, se bem regulamentada, afasta preconceitos sobre a privatização", explicou.

A secretária não deu detalhes sobre esse projeto de lei. Mas lembrou que o governo FHC também tentou regulamentar o setor postal. "Sou a fazer da interpretação de que 'cabe à União manter' não significa que a União está obrigada a prestar o serviço por um prazo estatal. Significa que o serviço postal tem que ter universalidade, atender todas as regiões do país", defendeu.

Martha lembrou ainda que hoje os Correios aten-

## TENSÃO

### Guedes quer alguém jovem e que "agente o tranco" no BB

MARINA BARBOSA, CORREIO  
BRASILENSE

O ministro da Economia, Paulo Guedes, quer alguém "mais jovem e dinâmico" e que "agente o tranco" para assumir a presidência do Banco do Brasil (BB) na saída de Rubem Noves. O ministro entende que o cargo requer alguém disposto a encarar as inovações do sistema financeiro e também a pressão política de Brasília. Porém, segue com vários nomes na mesa.

O perfil moderno e resiliente está no radar de Guedes porque o próprio Rubem Noves, ao pedir demissão da presidência do BB na última sexta-feira, disse que a instituição agora deveria ser dirigida por um executivo jovem, afinado com as transformações tecnológicas do sistema financeiro. Ele também revelou, contudo, cansaço com o "ambiente poluído" de "privilégios, compadrio, corrupção e privilégios" de Brasília. E já havia se mostrado incomodado com os embates sobre os gastos de publicidade e a privatização do ban-

co. Por isso, agora o ministro da Economia quer alguém com fôlego e disposição para travar esses debates.

E Guedes não descarta uma solução caseira para encarar essa missão. Por isso, vice-presidentes do BB estão na lista de possíveis sucessores, como Mauro Ribeiro Neto (Corporativo), Carlos Hamilton (Gestão Financeira e Relação com Investidores), Walter Malieni (Negócios de Atacado) e Carlos Motta (Varejo). O presidente do Conselho de Administração do BB, Hélio Magalhães, também aparece no pare. Mas nomes de fora do BB também estão sendo cotados, como o presidente do Conselho de Administração do BNDES, Marcelo Serfaty, e o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães. Guimarães chama atenção porque é querido por Guedes e pelo presidente Jair Bolsonaro e ganhou visibilidade nacional na pandemia com o auxílio emergencial do BB, que foi criticado pela demora em começar a oferecer apoio às pequenas empresas.

## Imposto enviado ao Congresso pode chegar aos 30%

O projeto enviado ao Congresso nesta semana, segundo o Ministério da Economia, é apenas a primeira parte de um pacote extenso de mudanças no sistema tributário. Segundo o texto, esse novo imposto para substituir os atuais PIS e Cofins teria alíquota unificada de 12%.

O percentual é apresentado pelo governo como o patamar adequado para manter a arrecadação atual. Mas, segundo o presidente do Comsefaz, a alíquota poderia ser diferente caso a proposta na mesa incluisse os tributos estaduais e municipais.

Josué Pellegrini, mestre e doutor em Economia e diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), avaliou que a alíquota do IVA nacional, com PIS/Cofins, ICMS estadual e ISS municipal, pode até superar a marca dos 30%, o que seria um patamar muito elevado na comparação internacional.

Estudo de Sérgio Gobetti e de Rodrigo Octávio Orair, técnicos de planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aponta alguns países que, neste momento, têm os maiores impostos agregados. São eles:

• um IVA de 27%;  
• e, em seguida, Noruega, Suécia e Dinamarca, "empatados" com alíquotas de 25%.

Em geral, disse Gobetti, impostos nesse modelo de valor agregado ficam abaixo dos 20%, porque os países que adotam o modelo tributam mais a renda.

"Nós já temos uma tributação do consumo muito alta, que vai exigir uma alíquota alta [para manter a carga], que chegará próxima de 30%. Eu prefiro uma abordagem do tema criando um IBS total, das três esferas, unificando todos impostos, porque aí já faz essa

discussão de calibragem de alíquota de uma só vez, e com o menor número possível de exceções", disse Gobetti.

No caso do imposto seletivo, apelidado de "imposto sobre o pecado" pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o projeto também propõe a manutenção de uma tributação elevada para cigarros e bebidas alcoólicas.

O problema é que, ao tratar do tema, os estados consideram aplicar o tributo sobre uma base maior de produtos que pode englobar armas e munições, entre outros itens.

## MORO RECLAMA

### Gov. Bolsonaro me usou como desculpa

MATHEUS LARA, O ESTADO DE  
S. PAULO

O ex-ministro da Justiça Sérgio Moro disse em entrevista ao jornal britânico Financial Times que o governo de Jair Bolsonaro usou sua presença na equipe ministerial como desculpa para demonstrar que medidas anticorrupção estariam sendo tomadas. O ex-ministro afirmou que o governo não estava fazendo muito e que esta agenda tem sofrido reverses desde 2018, quando Bolsonaro se elegeu.

"Uma das razões para eu sair do governo foi que não estava fazendo muito (pela agenda anticorrupção)", disse Moro à publicação. "Eles estavam usando

minha presença como uma desculpa, então eu sai. A agenda anticorrupção tem sofrido reverses desde 2018".

A FT lembrou que a saída de Moro foi marcada pela acusação de que o presidente Bolsonaro teria interferido politicamente na Polícia Federal. Um inquérito no Supremo Tribunal Federal investiga as declarações do ex-ministro.

Moro comentou que não se combate corrupção sem respeitar a lei e as instituições. "Ele mudou o diretor da Polícia Federal sem pedir minha opinião e sem uma boa causa. Não acho que dá para combater corrupção sem respeitar a lei e a autonomia das instituições que investigam e denunciam cri-

mes."

Moro também comentou a aproximação de Bolsonaro com o Centrão, o "controveroso bloco de partidos conhecidos por oferecer apoio em troca de cargos políticos", de acordo com o jornal. "No começo, o governo parecia evitar esse tipo de prática, mas hoje em dia não tenho tanta certeza".

Na semana passada, o Estadão mostrou que um dos motivos que fizeram integrantes do Centrão se aliar a Bolsonaro é justamente o medo de uma possível candidatura presidencial de Moro em 2022. Sem um candidato próprio na direita ou mesmo da centro-direita, o grupo teme que um eventual afastamento de

Bolsonaro fortaleça a eleição do ex-ministro caso Bolsonaro tenha o mandato interrompido ou em 2022. Quando era juiz da Lava Jato, Moro foi alvo de vários diretos do Centrão.

O ex-ministro também comentou sobre os vazamentos de mensagens atribuídas a ele a procuradores da Operação Lava Jato da época em que ele atuava como juiz federal em Curitiba. As mensagens divulgadas pelo jornal The Intercept Brasil "machucaram a reputação da operação", de acordo com a publicação. "Não reconheço a autenticidade daquelas mensagens. Não havia nada lá que pudesse comprometer o caso", afirmou Moro.

## TCU

### Ajuda a governos regionais é despesa da União

EDUARDO RODRIGUES,  
ESTADÃO CONTÉUDO

A Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) do Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou uma representação argumentando que as ajudas emergenciais de R\$ 76 bilhões do governo federal a Estados e municípios durante a pandemia de covid-19 devem ser contabilizadas como despesa da União e não como transferências aos entes. Com isso, esses gastos não poderiam ser deduzidos do cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) do governo Central em 2020 e deveriam ser fiscalizados por órgãos federais, como o próprio TCU.

Após a representação da área técnica, o ministro do TCU, Bruno Dantas, determinou que Ministério da Economia, Procuradoria

Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Advocacia-Geral da União (AGU) e Controladoria-Geral da União (CGU) se manifestem sobre o tema em até 15 dias.

Para ajudar governadores e prefeitos a arcar com os custos do enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, o governo do presidente Jair Bolsonaro editou a Medida Provisória 938 para transferir R\$ 16 bilhões aos governos regionais no começo de abril. No fim de maio, o Congresso aprovou a Lei Complementar 173/2020 com um reforço adicional de R\$ 60 bilhões para os entes subnacionais.

A área técnica do TCU alerta que o Ministério da Economia já deduziu do cálculo da Receita Corrente Líquida federal o repasse de R\$ 16 bilhões em abril. O documento aponta que o governo ainda não informou

se pretende deduzir da RCL também a segunda ajuda de R\$ 60 bilhões.

Para a Semag, esse abatimento da RCL não poderia ser feito. "A partir do exame empreendido nestes autos, conclui-se que os repasses dos auxílios financeiros em questão têm natureza jurídica federal, constituindo despesas próprias da União custeadas com recursos de fontes provenientes da emissão de títulos públicos (Fonte 144) da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional (Fonte 188), que, somados, chegam a R\$ 76 bilhões", argumenta a área técnica do TCU.

A representação lembra que os recursos transferidos durante a pandemia tiveram destinações definidas pela própria União, sendo R\$ 10 bilhões para ações de Saúde e Assistência Social e

**Correio\***

**24h**

**ECONOMIA**

8 | Si



DIVULGAÇÃO

**App Habitação Caixa é uma das opções para os clientes solicitarem a pausa ou ampliação dela**

## Pausa nas prestações da casa própria já pode ser ampliada

**AJUDA** A partir de hoje, aumenta o prazo para pausar o pagamento das prestações da casa própria na Caixa Econômica Federal. O prazo, que em maio havia sido estendido para 120 dias, aumentou para até 180 dias. A medida faz parte das ações do banco para auxiliar os clientes diante da crise econômica causada pela pande-

mia do novo coronavírus.

A ampliação do prazo vale tanto para pessoas físicas e jurídicas que já tiveram a pausa de 120 dias concluída e poderão prorrogar o prazo por mais 60 dias, como para quem ainda não solicitou o adiamento do pagamento.

Clientes que financiam o imóvel por meio do FGTS (Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço), programa Minha Casa Minha Vida e pelo SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), poderão solicitar a prorrogação. Também será possível para empresas no caso de financiamentos à produção de empreendimentos e para os financiamentos de aquisição e construção de imóveis comer-

ciais e individuais.

Os critérios para clientes pessoa física solicitarem o adiamento são: ter contrato em dia ou com até 180 dias de atraso, ou utilizarem o FGTS para abater uma parte da prestação. Para pessoa jurídica, ter contrato em dia ou com atraso de até 60 dias (duas prestações).

De acordo com o banco, mais de 2,3 milhões de mutuários já solicitaram a pausa na prestação habitacional e durante o período de pausa, o contrato não está isento da incidência de juros remuneratórios, seguros e taxas. Os valores dos encargos pausados são acrescidos ao saldo devedor do contrato e diluídos no prazo remanescente. A taxa de juros e o prazo contratados inicialmente não sofrem alteração.

Para solicitar a pausa, basta acessar o aplicativo Habitação Caixa ou registrar o pedido pelos telefones 3004-1105 e 0800 726 0505, ou de forma automatizada pelo 0800 726 8068, de segunda a sexta e aos sábados de 10h às 16h (exceto feriados).



# Turismo aposta no 'compre duas e leve três'

**Economia** Hotéis investem em promoções para atrair hóspedes no pós-pandemia

**Gabriel Amorim**  
REPORTAGEM  
gabriel.amorim@redabahia.com.br

Seja qual for o produto, levar uma quantidade maior do que a que pagamos é sempre uma proposta tentadora. A ideia agora chegou às diárias de hotel e quem quiser programar suas viagens pós-pandemia desde já vai acabar ganhando dias a mais, de graça. É esta a premissa por trás da campanha "Reserve Seu Sonho e Venha de Lá", criada pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia (Abih-Ba): ao adquirir um voucher de duas diárias o hóspede ganha a terceira.

A intenção da campanha, que já conta com hotéis participantes em todo estado, é estimular as viagens e buscar uma retomada do setor depois dos meses sem funcionar. As reservas são feitas para datas futuras e podem ser realizadas através do portal Reserve seu Sonho, que foi pré-lançado no sábado (25) em um evento montado pela associação.

"Desde março estamos passando por um período em que os hotéis deixaram de vender, então fomos atrás de uma forma de estimular os turistas a comprar. É lógico

que as pessoas ainda não estão viajando e nós não temos uma previsão concreta de quando as cidades de uma forma geral vão reabrir. Então a ideia foi pensar na forma de vender o destino Bahia, incentivar as pessoas a virem para cá", explica o presidente da Abih-Ba, Luciano Lopes.

Para o representante, a iniciativa do portal é uma maneira de concretizar as necessidades do setor diante das dificuldades enfrentadas por conta da pandemia. "Não dá para realizar o sonho de viajar agora, mas até o final de 2021 é tempo suficiente para a gente fazer esse sonho acontecer", diz Luciano.

## LONGO PRAZO

Em menos de 24 horas no ar, a campanha já gerou mais de 100 novas reservas aos hotéis. O projeto deve promover viagens até o final do próximo ano.

Já no pré-lançamento, pelo menos 50 hotéis do estado já estão colocando suas diárias disponíveis para o tal sonho futuro. A intenção é que na data oficial do lançamento - no aniversário de 50 anos da entidade no próximo dia 14 - é que mais de 100 hotéis já tenham se juntado à iniciativa. "A demanda turística tá retornando apenas agora, a partir do segundo semestre deste



**Visitantes que adquirirem duas diárias entre os hotéis participantes vão ganhar uma terceira para desfrutar das belezas da Bahia, como o Porto da Barra**

ano, mas ainda muito lentamente. As expectativas do setor não são as melhores mesmo para esse segundo semestre, então a iniciativa da campanha, esse fomento, é muito válido e bastante importante", diz Thiago Senna, diretor comercial dos Hotéis Portobello que já vê resultados na campanha, já que a unidade de Porto Seguro da rede foi a primeira a receber uma reserva através do por-

tal, ainda no primeiro dia. As expectativas de retomada são mais animadoras para o próximo ano, segundo os empresários. "Mesmo fora da campanha, a demanda tem aparecido mais para o início do próximo ano ou pelo menos o final deste. A normalização da demanda só deve ocorrer no final do ano que vem", diz Senna.

**COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO**

**Setor hoteleiro baiano cria promoção para atrair turistas no período após a passagem da pandemia do novo coronavírus no Brasil**

**Desde março estamos passando por um período em que os hotéis deixaram de vender, então fomos atrás de uma forma de estimular os turistas a comprar**  
**Luciano Lopes**  
Presidente da Abih-Ba

**As expectativas do setor não são as melhores mesmo para esse segundo semestre, então a iniciativa da campanha, esse fomento, é muito válido e bastante importante**  
**Thiago Senna**  
diretor comercial dos Hotéis Portobello

## Setor hoteleiro se adapta para receber os hóspedes

Para se preparar para reabrir, os hotéis têm se reunido e estudado os novos protocolos de segurança adaptando a realidade às medidas de segurança necessárias por conta do novo coronavírus. No início do mês, uma transmissão ao vivo foi realizada nas redes sociais da associação justamente para discutir os processos e protocolos de reabertura.

Entre os assuntos discutidos, além do protocolo, os empresários trocaram experiências com os hotéis que decidiram não parar mesmo

**Decidimos não fechar as portas, mas para isso repensamos todos os detalhes, adotamos mudanças e novos hábitos que têm trazido resultados positivos**  
**Renata Prosérpio**

**Diretora de Relações Institucionais da Abih-Ba e proprietária do Mar Brasil Hotel, em Itapua**

durante o isolamento e já tiveram que realizar mudanças. "Decidimos não fechar as portas, mas para isso repensamos todos os detalhes, adotamos mudanças e novos hábitos que têm trazido resultados positivos. Além disso, temos que estar preparados para acolher os hóspedes que precisem ficar isolados caso testem positivo, sem colocar em risco os demais", diz Renata Prosérpio, diretora de Relações Institucionais da Abih-Ba e proprietária do Mar Brasil Hotel, em Itapua, um dos

poucos estabelecimentos que se mantiveram abertos desde o início da pandemia. Segundo a Abih, tem sido comum a procura por ajuda na hora de realizar a adaptação. "Temos recebido ligações diárias e prestado todo esse apoio aos hotéis para que essa adaptação ocorra de uma forma mais tranquila. Também temos estado presentes na elaboração dos planos de retomada do turismo, como foi o caso de Porto Seguro", detalha Luciano Lopes, presidente da Abih.

Para a Abih-Ba, o estímulo à atração de hóspedes vai ajudar empreendimentos de grande, médio e de pequeno porte. "É uma forma de ajudar os hotéis, sobretudo os menores, que possam pagar suas dívidas, honrar seus compromissos, por estarem mais capitalizados por conta da campanha, com reservas que só vão ser de fato utilizadas no futuro. Foi uma forma de juntar os hotéis, unir o mercado para que a gente possa alavancar esses números", acredita o presidente da Abih-Ba.

# Justiça suspende desapropriação de quilombo

**LAURO DE FREITAS** A Justiça baiana suspendeu temporariamente a desapropriação da área habitada pela comunidade do Quilombo Quingoma, em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador. A decisão atendeu a um pedido da Defensoria Pública do Estado (DPE) e vale pelo menos enquanto perdurar o estado de emergência da pandemia do novo coronavírus, preservando aos moradores os direitos à saúde, à vida e a dignidade.

De acordo com a decisão judicial expedida na quarta-feira (22), em face da excepcional crise sanitária, o direito à moradia “como direito fundamental para uma vida digna, se sobrepõe ao interesse da administração pú-

**Decisão considerou que a retirada das pessoas de suas casas, no Quilombo Quingoma, estaria em desacordo com as medidas de combate ao novo coronavírus**

blica por promover obra de pavimentação [no local]”.

A área é alvo de uma disputa com o governo do estado, que busca construir no local, por meio da Seinfra, uma alça de acesso à Via Metropolitana, além da pavimentação de uma via existente.

A decisão judicial que suspende a desapropriação da área diz que o próprio representante do executivo estadual tem adotado medidas que envolvem a restrição de circulação de pessoas, como forma de conter a disseminação da covid-19, e que a remoção dos moradores da área estaria em desacordo com estas orientações e resoluções.

Para o defensor público Gilmar Bittencourt, autor do recurso, a decisão judicial deve ser celebrada por reconhecer o risco e o contexto

do enfrentamento da pandemia de covid-19.

“Imagina centenas ou milhares de pessoas, saindo de suas casas sem ter para onde ir, onde morar, tudo isso dentro de uma cidade no meio de uma pandemia? O risco é muito grande. Nós estamos falando de uma crise sanitária cujo o impacto já está mais que evidente”, comentou.

Para ele, a saída das pessoas impactaria inclusive na saúde da população de toda a cidade de Lauro de Freitas, que já tem 4.150 casos confirmados da doença e 229 mortes por covid-19..

Sobre a desapropriação, o defensor acredita que deveria ser costurado um acordo: “Se for crucial para o Estado realizar esta desapropriação, que se compense efetivamente a comunidade por isto”, disse.

# Prefeito vai recorrer para instalar novos leitos de UTI

**HOSPITAL SALVADOR** O prefeito ACM Neto avisou nesta sexta-feira que a Prefeitura de Salvador irá recorrer da decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, que suspendeu a instalação dos leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Hospital Salvador para pacientes diagnosticados com covid-19. A Procuradoria Geral do Município (PGM) deverá ingressar com o recurso assim que for notificada oficialmente da decisão.

“A decisão do presidente Dias Toffoli tem

**●● Ninguém vai misturar pacientes de covid com gestantes e bebês. A prefeitura fez todo o investimento em infraestrutura para dar segurança ao funcionamento**

ACM Neto  
Prefeito de Salvador

todo o meu respeito como magistrado, mas, assim como nós fizemos em primeira e segunda instâncias, vamos recorrer ao próprio Supremo”, avisou Neto.

Neto informou que a prefeitura já ocupou leitos, porque havia sido autorizada pela Justiça. “Nós deixaremos de encaminhar novos pacientes para o Hospital Salvador, mas não tenho como tirar um paciente que está entubado, numa UTI. Isso não farei”, disse ele. O prefeito afirmou ainda que os 10 leitos de UTI para covid-19 do hospital são muito importantes no cenário da pandemia e são seguros.

“Ninguém vai misturar pacientes de covid com gestantes”, destacou.

A Universidade Federal da

Bahia (Ufba) havia ingressado com uma Suspensão de Tutela Provisória contra ato do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que autorizou a instalação dos leitos.

O presidente do STF acolheu a pretensão da Ufba de que as instalações do Hospital Salvador somente devam ser utilizadas na hipótese de esgotamento de opções nas outras unidades de saúde disponíveis. Para ele, é plausível a tese de que não há, no momento, necessidade de compartilhamento de ambiente hospitalar entre grávidas de alto risco e recém-nascidos, atendidos pela maternidade Climério de Oliveira, da Ufba, com pacientes infectados com o coronavírus.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 25 e 26/07/2020	Página:

# Correio\*

## **GASOLINA PUXA ALTA DA INFLAÇÃO NA RMS**

**CUSTO DE VIDA** O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), calculado pelo IBGE, acelerou pelo segundo mês seguido e chegou, em julho, a 0,75% na Região Metropolitana de Salvador (RMS), acima tanto do registrado em junho (0,05%) quanto do índice de julho de 2019 (0,13%). Foi o maior IPCA-15 para um mês de julho na RMS desde 2004. A gasolina (10,98%) foi o item que, individualmente, mais puxou a prévia da inflação de julho para cima. A alta na RMS foi a maior do país e mais que o dobro da média nacional (4,47%).

## **PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL PEDE DEMISSÃO**

**MUDANÇA** O presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, decidiu deixar o cargo. Ele entregou nesta sexta sua carta de demissão ao presidente Jair Bolsonaro e ao ministro da Economia, Paulo Guedes. O pedido tem efeito a partir de agosto, em data que ainda será decidida, segundo comunicado do banco ao mercado, publicado no início da noite. Ele deve ser nomeado assessor especial de Guedes, mas passará a despachar do Rio. Novaes deixa o cargo sem conseguir privatizar o banco, seu principal desejo. Guedes deve buscar uma solução caseira para a substituição de Novaes e sem indicações políticas. Um dos nomes cotados é o de Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, atual vice-presidente de Gestão Financeira e RI do BB.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 25 e 26/07/2020	Página:

# Correio\*

## MIRIAM LEITÃO

 [blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)



**BANCOS QUEREM FAZER COM O GOVERNO UM PLANO SUSTENTÁVEL PARA A AMAZÔNIA**

# Vamos falar de negócios

O interessante na conversa dos executivos dos três maiores bancos privados com o vice-presidente Hamilton Mourão é que eles disseram que não estavam ali para falar de responsabilidade socioambiental. Queriam tratar do "negócio bancário". Avisaram, assim, que o assunto da conversa não era a lista de boas ações, mas a sustentabilidade como centro do negócio na Amazônia. Se estiverem falando sério, terão que exigir rastreabilidade do gado, não poderão financiar rodovias e hidrelétricas que agri-dam o meio ambiente ou ameacem as comunidades indígenas. A lista de mudanças é grande e, se a seguirem, acabarão batendo de frente com o governo.

O ministro do Meio Ambiente ficou à deriva na reunião, repetindo coisas como "adote um

parque", depois de ter ameaçado todos eles por um ano e meio. O vice-presidente ouviu os banqueiros com atenção e fez de conta que ali não havia um problema. A ministra da Agricultura disse a este jornal que há uma "orquestração" contra o Brasil e defendeu a fala de Ricardo Salles sobre passar a boiada, com o estranho argumento de que era uma reunião "fechada" e "interna". Era a mais alta instância do Executivo. Portas fechadas não autorizam ilícitos.

Há um conflito direto entre a proteção da Amazônia e o projeto Bolsonaro. Ou o governo tem a "grandeza moral de se retratar" ou continua valendo tudo o que o presidente e seu ministro falaram e fizeram neste ano e meio e que levaram à destruição de dez mil km<sup>2</sup> de

floresta no ano passado. Na quinta-feira, Bolsonaro voltou a mostrar seu entendimento torto no assunto e culpou indígenas e caboclos pelas queimadas. É obra dos grileiros, como se sabe.

Bradesco, Santander e Itaú-Unibanco são competidores. Se fizeram um plano conjunto é porque sabem o que está acontecendo no mundo deles, o do capital. Sem isso, terão dificuldade em qualquer operação financeira em que a marca Brasil estiver envolvida. Haverá menos capital e o dinheiro será mais caro para o país, mesmo neste tempo de muita liquidez e juros negativos no mundo. O que os fundos vêm avisando há algum tempo, e estão sendo mais claros desde Davos, é que as suas regras de conformidade impedem o investimento em

países que destroem florestas e colocam em risco os indígenas. Preservar a Amazônia e proteger os povos indígenas é também do máximo interesse nacional.

Os bancos dizem que vão detalhar depois, mas que o plano conjunto quer induzir boas práticas e "promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia". Entre as dez medidas está o financiamento de cadeias produtivas como açaí, cacau e castanha. Ótimo. O climatologista Carlos Nobre costuma incluir esses produtos no projeto amplo denominado Amazônia 4.0. Disseram que fomentarão um "mercado de ativos e instrumentos de lastro verde". Bom. Com isso formam produtos financeiros com grande potencial de captação. São boas ideias. O diabo está nos detalhes.

Quando falam em financiar infraestrutura sustentável na região, dão o exemplo de hidrovias. E as rodovias? Há algumas bem polêmicas. E quando falam em energia, surge outra dúvida. A hidrelétrica é considerada energia limpa, mas a construção das usinas na Amazônia raramente o é. Exemplo: Belo Monte. Essa afetou a floresta, os indígenas e ainda teve corrupção.

Os bancos disseram que suas ações só podem ser efetivas se houver proteção da floresta. Perfeito, "por isso a atuação dos bancos será coordenada com o governo". Imperfeito. Nesse ponto a banca privada terá que escolher. Ou faz o que diz ou dá a mão ao governo no momento em que ele está sendo pressionado por fundos e por empresas.

Só há um caminho certo. O governo reconhecer que errou, demitir o ministro que nunca teve credibilidade, arquivar essa bobagem de conspiração internacional, retomar o roteiro seguido de 2004 a 2012, que derrubou o desmatamento em 80%, perseguir a meta do desmatamento líquido zero e voltar a ser o interlocutor confiável nas negociações do clima. O outro caminho é mudar um pouco para deixar tudo como está.

O governo cometeu crime ambiental, estimulou grileiros e garimpeiros, que invadem terras indígenas, ameaçando etnias. Bolsonaro não mudou, Salles ficou, Tereza Cristina pôe um pé em cada canoa, Mourão lustra o discurso. Os bancos precisam explicar a mágica de junto com este governo fazer um plano verde.



## ENTRE/RISCO

[www.correio24horas.com.br](http://www.correio24horas.com.br)



**Gabriel Amorim**

Texto  
gabriel.amorim@  
redebahia.com.br

# Ainda não acabou: segue o isolamento

Muito antes de os relógios marcarem 12h e os shoppings reabrirem nesta sexta-feira (24), após mais de quatro meses sem funcionar, o que se via na porta dos principais centros comerciais da cidade era justamente aquilo que as medidas de isolamento buscam evitar: aglomerações. As filas para esperar a reabertura das lojas acenderam um alerta em quem trabalha no combate ao novo coronavírus. O CORREIO conversou com infectologistas baianos para entender por que ainda é importante respeitar o isolamento.

Para os médicos a resposta é clara. O comércio está reabrindo mas a pandemia ainda não está controlada. Ir aos shoppings, ou sair de casa para qualquer outra atividade que não seja de primeira necessidade, e que acabe gerando aglomerações, é se colocar em risco. "Não tem como saber quem está tomando os cuidados de manter as mãos limpas, fazendo o correto ao espirrar, ao tossir, na hora de manipular olho, boca, nariz, e

## Alerta Profissionais temem que o desrespeito às regras para conter covid-19 gere sobrecarga ao sistema de saúde

●● As pessoas estão próximas umas das outras. Não tem como saber quem está tomando os cuidados Fábio Amorim

Infectologista do Hospital Couto Maia

●● A gente pode voltar a ver o sistema de saúde sobrecarregado Clarissa Ramos

Infectologista do Hospital Cardiopulmonar

●● O shopping é um ambiente fechado, e por mais que você tenha cuidados, você está se expondo Ceuci Ramos

Infectologista

tudo isso acaba contribuindo para disseminar o vírus", explica o infectologista do Hospital Couto Maia, Fábio Amorim, ao analisar os registros do primeiro dia de reabertura.

O médico diz que as consequências das aglomerações causadas pela reabertura só serão sentidas pelo sistema de saúde daqui a alguns dias. É que o tempo médio entre a pessoa adquirir a doença e manifesta-la, apresentando a primeira complicação, é de cerca de dez dias. O que precisa ser observado desde já é o cuidado na hora de decidir sair ou não de casa.

"O cuidado é necessário em qualquer lugar que você esteja, porque você pode ser o mais zeloso na sua integridade e no seu cuidar, mas a pessoa que passa ao seu lado pode não ter a mesma preocupação ou cuidado que você", alerta.

Para os profissionais, um dos maiores riscos é também o de passar o recado de que a pandemia está controlada. "A gente pode voltar a ver o sistema de saúde sobrecarregado. Uma parcela dessas pessoas que ficam doente porque estão saindo vão precisar do suporte hospitalar e não tem suporte para todo mundo ao mesmo tempo", avisa Clarissa Ramos, infectologista do Hospital Cardiopulmonar.

### TEMPO CERTO

Apesar de iniciada a primeira fase de reabertura – que começou porque a ocupação de leitos se estabilizou abaixo de 75% nos últimos cinco dias –, os médicos chamam atenção para a possibilidade de essa primeira fase não se estender por muito tempo.

Diante do que se viu nos shoppings, o risco de uma nova sobrecarga é grande. "A partir do momento que as pessoas vão todas para a rua ao mesmo tempo, a quantidade de vírus no ambiente é muito maior. A chance de aquisição da doença é muito maior agora do que foi há quatro ou cinco meses", explica Clarissa Ramos.

Os profissionais de saúde afirmam que os estudos indicam que cerca de 10% a 15% da população podem ser assintomáticos e, ao ir às aglomerações, acabam por contribuir para que o vírus se espalhe. "A carga viral agora é muito maior. As pessoas estão se expondo e tudo aquilo que foi desenhado, planejado, pode ter ido por terra no dia de hoje", lamenta Fábio.

Segundo a infectologista Ceuci Nunes, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que a transmissão esteja em queda por 14 dias antes que as medidas de isolamento sejam flexibilizadas e a cidade reaberta.

"O shopping é um ambiente fechado, e por mais que você tenha cuidados, você está se expondo a um risco grande, principalmente sem o distanciamento adequado, que é o que a gente vê nas imagens", diz a profissional.

Para aqueles que decidirem se expor, um lembrete. Na rua, os cuidados de higiene são necessários e importantes, mas nunca anulam o risco de acabar contaminado. "É preciso manter a distância e os bons hábitos de higiene", defende Clarissa Ramos.

COM ORIENTAÇÃO DA SUBEDITORA CLARISSA PACHECO

### PRÓXIMAS ETAPAS

●● REABREM NA SEGUNDA FASE – QUANDO OCUPAÇÃO DE LEITOS ESTABILIZAR ABAIXO DE 70%

Academias; Barbearias e salões de beleza; Centros culturais, museus e galerias de arte; Lanchonetes, bares e restaurantes

●● REABREM NA TERCEIRA FASE – QUANDO OCUPAÇÃO DE LEITOS ESTABILIZAR ABAIXO DE 60%

Parques de diversão e parques temáticos; Teatros, cinemas e demais casas de espetáculo; Clubes; Centros de eventos e convenções



PAULA FRÖES/GOVBA

Profissionais alertam que pode faltar leitos em caso de sobrecarga no sistema

Veículo: Bahia Econômica	Coronavírus
Data: 27/07/2020	



## REFORMA TRIBUTÁRIA NÃO AGRADA EMPRESÁRIOS DA BAHIA



admin 27 Julho, 2020

Com um texto inicial que trata apenas da unificação dos impostos federais PIS/Cofins na forma de uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%— ponto de maior consenso, na avaliação da equipe econômica, e que pode reduzir o nível de burocracia e os custos de empresas com o recolhimento de tributos —o projeto de reforma tributária conseguiu desagradar empresários e especialistas do setor. Uma das maiores críticas é quanto à apresentação das propostas em duas etapas.

Presidente da Associação Brasileira das Agências de Publicidade capítulo Bahia (Abap-BA), Cláudio Carvalho explica que a entidade reúne as 15 principais agências do mercado baiano e administra 80% do investimento em publicidade do estado. “Primeiro, a reforma tributária está sendo colocada em etapas. Esta primeira etapa é muito ruim para a prestação de serviços e em especial para a publicidade. No lucro presumido está colocada uma proposta de mudança de alíquota de 3,65% do PIS Cofins para 12%. É muito difícil hoje uma agência de publicidade, especialmente nos mercados regionais, suportar um aumento de impostos desta dimensão”, avalia. Diz ainda que, “de outro lado precisamos olhar a floresta toda e não de árvore em árvore, como está acontecendo”.

Para Carvalho, é necessário ter uma compreensão da completude da reforma para um posicionamento mais completo. “O governo promete desonerar a folha de pagamento, mas ainda não está na mesa com clareza como se daria e fala-se também em taxação de

distribuição de dividendos, mas também não sabemos ainda se vai acontecer e de que forma”, acrescenta. O empresário diz que a reforma representa até então um aumento de carga fiscal para o negócio, que poderá ter fortes efeitos na realidade das agências.

“Estamos nos articulando para colocar nossa visão de forma clara junto ao Congresso e lutar por nossa sobrevivência, mas por outro lado estamos acompanhando o envio da reforma completa para uma análise melhor. É possível que estejamos juntos com outras categorias, até porque impacta o prestador de serviços como um todo”, finaliza.

Luciano Lopes, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Bahia), avalia que as regras estão sendo muito duras para o setor de serviços e aumentam substancialmente a carga tributária da alíquota. “Vinte anos atrás era 3,65%, já pagamos 9,65% e agora chega a 12%, num momento de grave pandemia, com muitas perdas de até 70% da renda”, diz.

Lopes também defende a organização da classe para buscar os parlamentares baianos com o objetivo de pressionar o governo pela alteração da proposta. “Precisamos ver o projeto completo para verificar que perdas podemos ter. Nos preocupa muito a reforma tributária em duas ou três etapas. Vamos ter que voltar a nos mobilizar, procurar os deputados federais de nossa bancada da Bahia para sensibilizar o Congresso e buscar alternativas”, afirma.

O presidente da ABIH Bahia reconhece que a reforma tributária é de vital importância, mas critica um sistema de cálculo confuso. “São multas muito altas. Quando você não paga o imposto, incide multa de 20% ao ano”, critica. Carlos Sérgio Falcão, sócio da Winers Engenheiros Associados e líder do Business Bahia, diz que a reforma atinge fortemente o setor de serviços, que emprega 50 milhões de pessoas e gera 70% do Produto Interno Bruto (PIB).

“Teremos aumento de até 250% da alíquota, passando do percentual de 3,65% para a proposta de 12%. Faltou sensibilidade da equipe econômica. A proposta faz sentido para o setor industrial que possui uma cadeia produtiva e pode utilizar outros créditos. Pedimos que os congressistas baianos impeçam esta proposta de prosperar no Congresso Nacional”, apela Falcão. Ele integra o movimento Made in Bahia, apoiado pela Associação Comercial da Bahia (ACB) com a intenção de estimular o consumo de bens e serviços por parte dos baianos. (A Tarde)

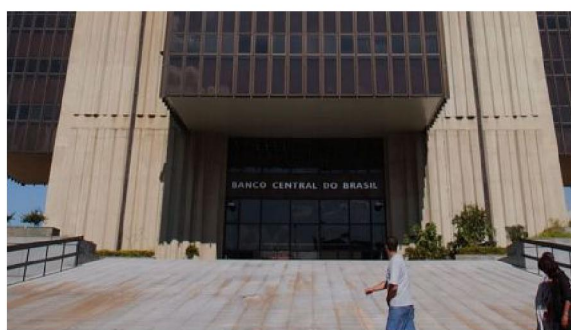


Veículo: Bocão News	Economia E Mercado
Data: 27/07/2020	



## *Economia E Mercado*

# *Mercado diminui projeção para tombo do PIB do Brasil em 2020, aponta Banco Central*



27 de Julho de 2020 às 09:51 Por: *Reprodução/Agência Brasil* Por: *Redação BNews* *0* comentários

As projeções do mercado para a variação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2020 voltou a subir, indo de -5,95% para -5,77%. As informações são do Relatório Focus divulgado pelo Banco Central (BC) na manhã desta segunda-feira (27).

Segundo informações do jornal Valor Econômico, a previsão para o PIB de 2021 ficou em 3,50%, com economistas ajustando as apostas na recuperação de parte das perdas deste ano no próximo.

Já a perspectiva do mercado para a inflação oficial em 2020 caiu de 1,72% para 1,67%. Para 2021, o relatório do BC registrou a permanência da projeção quanto a este aspecto em 3,00%.

Também segundo a publicação, a mediana das estimativas para a taxa básica de juros no fim de 2020 manteve-se em 2,00%. O mercado manteve ainda em R\$ 5,20 as estimativas para o valor do dólar ao fim deste ano.

Veículo: Bocão News	Coronavírus
Data: 27/07/2020	



## *Coronavírus*

# *Pressão por gastos põe em risco teto, dívida pública, inflação e juro baixo*



27 de Julho de 2020 às 06:21 Por: **Reprodução** Por: **Folhapress** 0 comentários

Os gastos extraordinários e a necessidade de ampliar a rede de proteção social no pós-pandemia da Covid-19 podem tornar inevitável o aumento da carga tributária, mesmo que temporário, para evitar que a dívida pública saia do controle, demolindo o atual cenário de inflação e juros baixos no Brasil.

Segundo especialistas, diante da pressão por novas despesas, o país deveria concentrar-se em duas frentes: 1) evitar que a dívida pública dispare novamente; e 2) respeitar o teto de gastos do setor público, mecanismo aprovado em 2016 que limita a despesa ao orçamento do ano anterior, corrigido pela inflação.

Sem essas premissas, o temor é que o país perca a atual janela de oportunidade de juros e inflação baixos —e de enorme liquidez internacional— para recolocar as contas públicas em uma trajetória de equilíbrio.

Neste ano, o endividamento bruto brasileiro dará um salto de 20 pontos percentuais, chegando a quase 96% em relação ao tamanho do PIB (Produto Interno Bruto).

Mesmo se o teto de gastos puder ser cumprido, a dívida pública encostará em 100% do PIB nos próximos anos, deixando para trás a expectativa de queda que havia até o início da pandemia.

Praticamente todas as economias terminarão 2020 mais endividadas, entre 15 e 25 pontos, elevando a chamada relação dívida/PIB —o principal indicador de solvência de um país.

O Brasil tem, disparado, o maior endividamento entre os emergentes, assim como uma das maiores cargas tributárias, equivalente a 33% do PIB. Mas também é um dos poucos países em desenvolvimento com sistemas universais de saúde e educação, que justificariam uma dose maior de tributos.

Nos Estados Unidos e em alguns países europeus, a relação entre dívida e PIB já supera 100%. Mas como eles são países de renda elevada e têm moedas (dólar e euro) consideradas reserva de valor, conseguem financiar o endividamento sem maiores dificuldades.

O Tesouro dos EUA, por exemplo, emite títulos com prazo de vencimento de dez anos para financiar a dívida federal pagando juros entre 0,5% e 0,7% ao ano. Na Europa, a taxa na Alemanha e na França chega a ser negativa: em troca de segurança, investidores perdem dinheiro aplicando nesses papéis.

No Brasil, no entanto, o Tesouro é obrigado a pagar juros de até 7,2% ao ano para convencer investidores a financiarem o governo —e a pressão por juros maiores tende a crescer quanto mais endividado estiver o setor público.

“É óbvio que uma relação dívida PIB de 96% é ruim. Mas trata-se de uma situação excepcional em todo o mundo. O principal neste momento é garantir que a dívida não sairá do controle, e para isso o teto de gastos é fundamental no sentido de ancorar as expectativas”, afirma o economista da PUC-Rio José Márcio Camargo.

Essa “ancoragem” de expectativas seria responsável, por exemplo, por manter a taxa de juro básica no Brasil em seu menor patamar (apesar da dívida em alta) e o chamado risco-país em um nível também historicamente baixo.

Mas o dólar acima de R\$ 5 diante de reservas cambiais confortáveis (de US\$ 340 bilhões) seria um sinal de que muitos investidores desconfiam da capacidade de o Brasil pagar sua dívida, e estão se protegendo em moeda forte.

Para o economista Samuel Pessôa, da FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) e colunista da Folha, o Brasil terá um “vento de cauda”

favorável por um período ainda longo à frente advindo das taxas de juro internacionais muito baixas e da enorme liquidez que os bancos centrais vêm injetando no mercado global.

Isso, mais a elevada ociosidade na economia brasileira, com folga para produzir em vários setores, proporcionaria tempo ao país para adotar medidas que freassem a trajetória de crescimento da dívida. “Numa situação emergencial, um aumento da carga tributária, mesmo que temporário, talvez seja adequado”, diz Pessoa.

Uma alternativa, segundo ele, seria criar um imposto transitório sobre a gasolina enquanto o país se reorganiza no pós-pandemia e retoma a agenda de reformas —sobretudo para limitar o aumento de gastos com o funcionalismo, a segunda maior despesa depois da Previdência.

“Toda a ideia do teto de gastos é incompatível com o modo como tratamos a questão do funcionalismo, assim como foi com o sistema previdenciário até antes da reforma”, diz.

Para o economista Manoel Pires, da FGV Ibre, um aumento da carga tributária pode ser imprescindível para reverter a trajetória da dívida. “Se já achava complicado manter o ajuste fiscal antes da pandemia, isso tornou-se mais difícil agora.”

Estimativas do Ministério da Economia indicam um déficit primário (sem contar a rolagem da dívida) superior a R\$ 800 bilhões neste ano. Os gastos extras, mais a recessão em curso, é que elevarão o endividamento em 20 pontos, para cerca de 96% do PIB.

Outra maneira de diminuir a relação ente dívida e PIB é aumentar o tamanho da economia, que serve de denominador para o cálculo. Se o PIB cresce mais do que a dívida, a relação cai.

O problema, segundo Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, é que o Brasil já vinha crescendo muito pouco, ao redor de 1% ao ano, apesar de uma série de reformas aprovadas durante o governo Michel Temer.

Vale considera o teto de gastos “mal desenhado”, pois não levaria em conta os altos e baixos típicos de economias emergentes. Mesmo assim, acha que se o Brasil desrespeitá-lo agora, em meio ao aumento do endividamento, arruinará as expectativas macroeconômicas.

“Isso é coisa para ser feita por um novo governo, em um momento de estabilização, não de crise.”

Segundo o economista Bráulio Borges, da FGV Ibre, uma das vantagens do perfil atual da dívida pública é que a maior parte dela é corrigida por taxas de juro pós-fixadas e pela inflação (ver quadro).

Em um cenário de juros e evolução de preços historicamente baixos como o de agora, o aumento do endividamento tende a ter efeito limitado —a não ser que haja uma mudança repentina das expectativas em relação à sustentabilidade das contas públicas.

Alguns economistas argumentam que dificilmente a inflação subiria diante de um quadro de forte desaquecimento e elevado desemprego, como o que o país está vivendo. Pois a economia em queda limitaria muito o espaço para aumentar preços.

Mas a história recente mostra que essa visão tem problemas. Em 2015, no governo Dilma Rousseff, a economia encolheu 3,5% e, mesmo assim, a inflação disparou, fechando o ano em 10,7%, muito acima do teto da então meta do Banco Central, de 6,5%.

Naquele momento, a inflação elevada e a desconfiança em relação à solvência do Brasil obrigaram o Banco Central a manter a taxa básica de juros paga nos títulos que o Tesouro vende no mercado em 14,25% ao ano durante quase todo 2016 —o que significou mais endividamento ainda, já que a dívida foi corrigida por um juro maior.

Ao longo dos 11 trimestres recessivos entre 2014 e 2016, a relação entre dívida e PIB deu um salto: passou de 56,3% para 69,8%, numa combinação de encolhimento da economia e juros elevados.

O temor agora é que se a desconfiança sobre o controle da dívida aumentar, como ocorreu em 2015, a inflação volte a subir, assim como a necessidade de elevar os juros.

Como a maior parte da dívida pública está indexada à inflação e a títulos pós-fixados, que poderiam voltar a subir, o endividamento ficaria descontrolado outra vez.

Para o economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper e colunista da Folha, o risco agora é que há interesses muito fragmentados de grupos políticos e

econômicos em busca de auxílios e aumentos de gastos, que podem vir a comprometer o controle da dívida e da inflação no pós-pandemia.

“No Legislativo, vemos uma pressão desorganizada por novos gastos, mas sem foco no desenho de políticas. No Executivo, há muita descoordenação e iniciativas, como na ala militar, por mais despesas e investimentos sem as receitas correspondentes.”

Um ponto a favor, segundo Mendes, é que a arrecadação tributária parece estar voltando com mais força do que o inicialmente previsto. Mas isso não garantiria a sustentabilidade das contas públicas no médio prazo se os gastos crescerem muito mais.

“O ideal seria aprovarmos pelo menos duas ou três reformas, mesmo que modestas, para dar uma sinalização positiva. Mas não vejo esse governo como reformista, pelo contrário”, afirma.

No mínimo, o que os economistas sugerem é segurar as despesas com o funcionalismo público, limitando contratações e bloqueando aumentos salariais, tentar privatizar alguns ativos, simplificar o sistema tributário e rever uma série de créditos subsidiados e incentivos a determinados grupos.

<b>Veiculo: Política Livre</b>	
<b>Data: 25 a 27.07.2020</b>	<b>Caderno: Economia</b>



27 de julho de 2020 | 09:59

## **Guedes e governadores negociam fonte de recursos para fundos que ampliam reforma tributária**

### **ECONOMIA**

Em busca de um acordo para viabilizar uma reforma tributária ampla, o Ministério da Economia e governadores discutem a criação de dois fundos com recursos para incentivar que os estados aceitem alterar as regras do ICMS, principal fonte de receita tributária desses entes.

No entanto, ainda há discordâncias sobre como os fundos serão abastecidos.

O governo federal defende o uso de recursos de royalties de petróleo. Os estados, porém, não querem ficar reféns da volatilidade do setor de petróleo, que já se mostrou problemática quando há retração da economia.

Numa reforma tributária ampla, PIS, Cofins, IPI, ICMS (estadual) e ISS (municipal) seriam unificados em um único tributo, a ser repartido entre União, estados e municípios. Cada um com uma parte da alíquota a ser definida.

Secretários de Fazenda estaduais defendem que, para irrigar os fundos, a União separe uma parte da receita que recolher com esse novo tributo.

Os dois lados da mesa de negociação devem se reunir até o fim do mês para discutir novamente o modelo de financiamento do fundo de desenvolvimento regional (recursos para investimento e acabar com guerra do ICMS) e do fundo de compensação das exportações.

O ministro Paulo Guedes (Economia) apresentou na terça-feira (21) ao Congresso um projeto para unificar PIS e Cofins (ambos da União) em uma espécie de IVA (imposto sobre valor agregado) federal.

“Nós estamos em conversa com o governo para uma reforma abrangente, com todos os impostos sobre o consumo. Mas ainda estamos ajustando alguns pontos, como o funding dos fundos”, disse o presidente do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal), Rafael Fonteles.

Ao entregar a primeira fase da reforma tributária do governo ao Congresso, Guedes disse que a proposta do Executivo não incluiu estados e municípios por respeito aos governos regionais, que devem ter autonomia para escolher uma posição em relação à revisão de seus tributos.

Ele afirmou que a proposta do governo pode ser acoplada a um plano mais amplo e estimulou que o Congresso promova esse debate.

Nos bastidores, no entanto, integrantes do Ministério da Economia demonstram dúvidas sobre a possibilidade de uma reforma ampla que envolva estados e municípios ainda neste ano.

Auxiliares de Guedes afirmam que fazer essa ampliação agora seria dar um passo em ambiente de incerteza porque há divergências entre prefeitos e governadores. Técnicos avaliam ainda que as eleições municipais deste ano podem dificultar as negociações.

Prefeitos de grandes cidades, acima de 100 mil habitantes principalmente, atuam para que o Congresso não inclua a discussão sobre impostos municipais na reforma tributária.

Ao detalhar a proposta de reforma do Ministério da Economia, o secretário da Receita Federal, José Tostes Neto, listou alguns pontos que estão em negociação com os secretários de Fazenda estaduais. O formato dos fundos é um deles.

Os estados também querem maior peso no comitê gestor do IVA nacional (amplo), a ser criado se a reforma tributária foi abrangente.

A ideia defendida pelo Comsefaz é que, para respeitar a autonomia dos estados, cada ente possa definir as próprias alíquotas, mas haveria uma faixa —com piso e teto a serem cumpridos.

Por exemplo, se um estado está em crise fiscal e quiser elevar sua parcela correspondente do IVA, poderia adotar essa medida para arrecadar mais e solucionar o problema de caixa, explicou Fonteles.



Contudo, o governador não poderia extrapolar a alíquota máxima a ser definida pelo comitê —nem reduzir abaixo do piso. Para atrair investimentos, governadores deram descontos no ICMS para algumas empresas, o que gerou uma guerra fiscal entre estados.

O projeto discutido no Comsefaz impede que descontos na tributação sejam concedidos para setores específicos. Portanto, o governador que optasse por reduzir a alíquota ao piso teria de fazer isso para todas as empresas.

Outra questão levantada nas negociações com o governo é a transição —período para que o imposto único entre em vigor.

“Na visão dos estados, se defende uma transição mais prolongada, de cinco a até dez anos. E nossa posição é de uma transição quase que imediata [unificação PIS e Cofins em seis meses]. Esse é outro tema”, disse Tostes.

poder

# Genocídio custa voto?

Bolsonaro já precificou sua morte, leitor, e conta que ainda dá para ganhar a eleição

**Celso Rocha de Barros**

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

O Brasil deve chegar a 100 mil mortos na pandemia nas próximas semanas. É duas vezes o número estimado de brasileiros mortos na Guerra do Paraguai. Mas Bolsonaro aposta que genocídio não custa voto.

Se morrer 1 milhão de pessoas, e seus, digamos, dez parentes e amigos próximos se revoltarem contra Bolsonaro, ainda não é gente suficiente para colocar um candidato presidencial no segundo turno. Como notou o cientista político Christi-

an Lynch, os que morreram não vão votar.

Se você adoecer e morrer, Bolsonaro perderá seu voto, mas nenhum adversário de Bolsonaro tampouco o terá. Bolsonaro já precificou a sua morte, leitor, e conta que ainda dá para ganhar eleição sem os votos de sua viúva e de seus órfãos.

Para que isso seja verdade, algumas condições precisam ser satisfeitas.

Em primeiro lugar, é preciso que os sobreviventes não sintam qualquer em-

patia com as vítimas. Aqui a tradição joga a favor de Bolsonaro: o Brasil, de fato, não tem qualquer tradição de empatia com pobre morto.

E Bolsonaro mente para o público de que os que morreram já eram velhos, já eram doentes, já iam morrer, mesmo, não é o caso de chorar. Além disso, se você convencer o público de que só esses que morreram corriam riscos, é menos provável que as pessoas façam a pergunta que junda a empatia, "E

se fosse eu?"

Dai em diante é contar com a dificuldade humana para lidar com contrafactuais, com cenários do que teria acontecido com o Brasil se Bolsonaro não fosse o pior presidente do mundo. Fazer esse raciocínio nunca é fácil. Mas é bem mais difícil se você não conhece os fatos.

Bolsonaro tenta manter seus seguidores fiéis: "proteções" da ciência e da imprensa profissional. Para isso, tenta lhes despertar a sensação de que são os malandros que

ninguém engana, os que tomaram a pílula vermelha da Matrix, que descobriram a verdade, que não serão iludidos pelo que diz a "mídia esquerdista" ou os "cientistas comprados pela China". Não tem estelionato que dê certo se você não conseguir que o otário sinta que quem está sendo malandro é ele.

Se você está na bolha bolsonarista, você não sabe que na Argentina, onde fizeram o isolamento, morreram em todos esses meses menos do que morrem no Brasil em três dias de pandemia.

Você não sabe que na Nova Zelândia, que também fez o isolamento, não há mais casos de Covid-19, e a vida voltou ao normal.

Você não sabe que o governo Bolsonaro só gastou 11% dos recursos destinados a combater a epidemia (governos estaduais receberam 39% do pro-

metido, municípios receberam 36% do prometido).

Sem a comparação com outros países, é mais difícil ter noção de que o longo platô de mortos — um número estável e alto de mortos por dia durante meses — vai atrasar mais a recuperação econômica do que qualquer quantidade que Bolsonaro não tivesse sabotado. Ninguém no mundo resolveu a economia antes de resolver a pandemia. Nós não resolvemos a pandemia.

Ainda é cedo para dizer se matar 100 mil pessoas custou votos no Brasil. Nos Estados Unidos, a reeleição de Donald Trump parece seriamente ameaçada. Aqui o clima anda mais para acordado. Sabe como é, você anistia 500 assassinos, passa uns anos, os caras aparecem querendo que anistie mais 100 mil.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso Rocha de Barros | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUÁ. Elio Gaspari, Conrado Hübner Mendes | QUI. Fernando Schüller | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Bernélio Magnoli



O senador Weverton Rocha (PDT-MA) participa com colegas de sessão remota do Senado. Pedro Ladeira - 20/ma/20/Folhapress

## Senado economiza na pandemia, mas destino de R\$ 4 mi é incerto

Com sessões remotas desde março, uso de verba com passagens e diárias caiu

Iara Lemos

**BRASÍLIA** Desde abril, pouco depois de o Senado implementar as sessões remotas para evitar a proliferação do novo coronavírus, os custos com passagens aéreas usadas pelos parlamentares para se deslocar até Brasília despencou.

Em relação ao mesmo período do ano passado, a economia chega a 97%, o que equivale a R\$ 4,13 milhões. O valor é referente a custos de locomoção de senadores, assessores e servidores da Casa. No caso dos servidores, incluí também os gastos com diárias.

O destino do dinheiro economizado, contudo, ainda é incerto. Segundo a Casa, o valor poupado com os servidores poderá "eventualmente" ser usado para custear outros gastos do Senado.

No caso dos senadores, esses custos de deslocamentos são previstos por meio da Ceaps (Cota para Exercício da Atividade Parlamentar). Mas, com a redução dos pedidos de ressarcimento de gastos, o Senado não foi obrigado a reembolsar a maioria dos senadores.

Entre os dias 1º de abril e

21 de julho, os dados do Portal Transparência do Senado pesquisados pela Folha apontam que, dos 81 senadores, apenas 18 fizeram uso da Ceaps para o custeio de passagens aéreas. O valor de ressarcimento ao qual cada parlamentar tem direito mensal varia de acordo com o Estado de origem do político.

O cálculo leva em consideração a distância em relação a Brasília. Os senadores dos Estados mais distantes, como Acre (R\$ 44.632,46) e Amazonas (R\$ 43.570,12) têm verba maior. Já os que moram mais próximos de Brasília, como os de Goiás (R\$ 35.527,06) e os três senadores do Distrito Federal (R\$ 30.788,66) recebem menos.

O valor é usado tanto para os gastos com deslocamento quanto para estrutura de gabinetes, como pagamento de despesas telefônicas, combustível e alimentação do senador. Para viagens, o valor permitido por uso ao mês é de R\$ 12.713,00. São nestes valores que a diretoria do Senado afirma que não tem como intervir no destino.

Nesse período, não estão contabilizados os custos do pre-

sidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Assim como o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), Alcolumbre tem direito a se deslocar em voos da FAB (Força Aérea Brasileira).

Apesar das sessões remotas, o valor da cota não foi alterado. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), foi um dos que mais fez uso do recurso para o pagamento de passagens aéreas durante o período de sessões remotas. Em junho e julho, Bezerra usou R\$ 6.278,94, com deslocamentos do Recife para Brasília ou Petrolina. No mesmo período do ano passado, Bezerra despendeu R\$ 38.639,48. A Folha procurou o líder, mas não obteve retorno.

Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do presidente da República, também está no rol dos que não se isolaram durante a pandemia. Apesar de ter viajado bem menos em relação ao mesmo período do ano passado, o senador não ficou nem um mês sem se deslocar entre a rota Brasília e Rio de Janeiro.

Neste período, foram gastos R\$ 5.717,88. Procurado, o

senador também não se manifestou. No ano anterior, no mesmo intervalo temporal, ele usou R\$ 37.283,13.

No caso em que houve pedido dos parlamentares para a destinação da verba poupada durante este período, a Casa negou. Foi o que aconteceu com o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

No dia 28 de abril, Rodrigues encaminhou um requerimento ao presidente do Senado abrindo mão do recebimento das cotas dos meses de abril e maio em prol do combate à pandemia. O pedido foi para que o recurso fosse encaminhado ao governo do Amapá e para as prefeituras do estado.

Rodrigues teve o pedido negado. Desde março, o senador não usa a verba para deslocamento. No mesmo período do ano passado, o custo com passagens aéreas foi de R\$ 75.300,43.

"Esse dinheiro é importante para o país, para a saúde, e o presidente da Casa não acolheu meu pedido. O Senado está economizando e não sabemos onde esse dinheiro vai parar", disse o senador.

Em nota, o presidente do Senado considerou como "louvável a iniciativa de alguns parlamentares" de pedirem que o recurso fosse encaminhado ao combate da pandemia, mas afirmou que não está autorizado "por lei a acolherem tal pedido por deliberação administrativa".

"A destinação das verbas públicas pelo Poder Legislativo para atender tal finalidade depende de lei aprovada pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional, de iniciativa de qualquer parlamentar", diz a nota encaminhada à Folha.

Rose de Freitas (Podemos-ES) também não fez uso de passagens aéreas durante o isolamento. Neste ano, nas vezes que esteve em Brasília, por questões médicas, a senadora custeou as próprias despesas.

"Só uso passagem do Senado quando é necessário. Eu estou trabalhando remotamente, e não diminuí o trabalho. Pelo contrário, aumentou muito. Prova de que se pode economizar, e muito", afirmou.

Eduardo Girão (Podemos-CE) também está zerado em custos de passagens. No caso dele, todo o valor da cota não está sendo usado. Girão é autor de um projeto que pede que o recurso da cota parlamentar seja destinado para um fundo, para que seja destinado para os serviços públicos de saúde e educação.

O projeto está parado na Comissão de Educação, Esporte e Cultura da Casa desde fevereiro. As comissões estão suspensas desde que as sessões remotas foram instituídas.

"O Senado deve à sociedade esse recurso", diz o senador.

**Pandemia provoca economia no Senado**

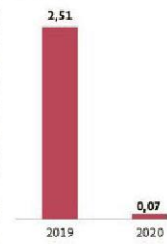
Sessões remotas entre abril e julho deste ano derrubaram gastos de senadores com viagens

**R\$ 4,13 milhões**

Redução de gastos da Casa

Gastos com viagens dos Senadores

Em R\$ mil



Quem usou passagens

18 senadores

4 parlamentares usaram a verba para deslocamento de assessores

Quem mais viajou na pandemia

Em R\$ mil

Fernando Bezerra (MDB-PE)

2019 39

2020 6

Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ)

2019 37

2020 6

Gastos com viagens e diárias de servidores

Em R\$ mil\*

2,008

0,31

Economia 1,69

\*Os valores incluem passagens e diárias

no Brasil incluídas para servidores e

colaboradores da Casa, entre 1º de abril

e 21 de julho de 2019 e o mesmo

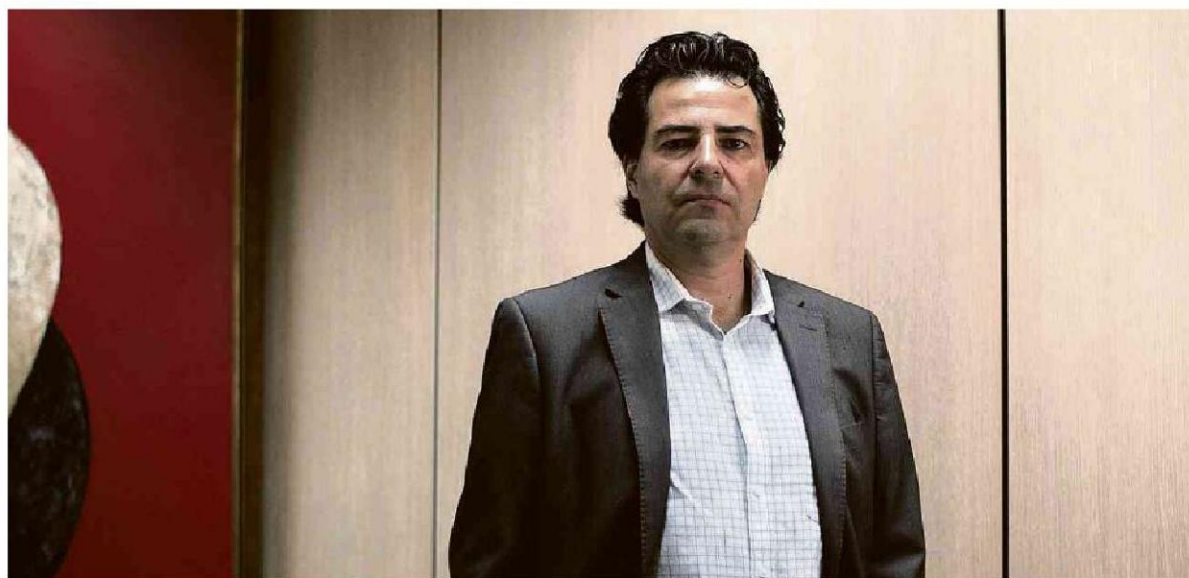
período de 2020.

Fonte: Portal de Transparência do

Senado, com base em dados das

paginas de cada senador

## entrevista da 2ª



Mateus Bonacini - 24 jul. 20 / Folha Press

## Adolfo Sachsida Taxa de desemprego terá repique em setembro e precisamos nos preparar

Secretário do governo Bolsonaro afirma que é preciso fortalecer programas sociais, mas com remanejamento dos já existentes

## MERCADO

Bernardo Caram  
e Thiago Resende

BRASÍLIA Comemorada por membros do governo nos últimos meses, a alta moderada nos índices de desemprego durante a pandemia do novo coronavírus não reflete a realidade, afirmou à Folha o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida.

A avaliação é que a metodologia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não consegue captar a situação do mercado de trabalho no momento, porque as pessoas perdem o emprego, mas não buscam uma nova vaga por causa das restrições do isolamento. Dados da Pnad Continua mostram que a taxa de desemprego no país ficou em 12,9% no trimestre encerrado em maio, contra 12,3% no mesmo período de 2019.

"O desemprego já aumentou, os dados é que não mostram isso, sendo bem franco", disse. "Temos de estar prontos para endereçar esse problema que vai afligir duramente a sociedade brasileira. Em setembro, os índices de desemprego vão dar um repique grande".

Diante do cenário, afirmou que a reformulação de programas sociais se tornou uma prioridade. Alertou, no entanto, que uma ampliação do Bolsa Família só será possível após o remanejamento de verba de outros programas existentes.

Do contrário, permanece o modelo atual, sem mudanças. O esqueleto básico do novo programa, batizado de Renda Brasil, prevê um acréscimo de R\$ 20 bilhões no orçamento anual do Bolsa Família.

Responsável pela avaliação de indicadores de atividade econômica no governo, Sach-

sida afirma que inicialmente não acreditou na retomada em "V", mas agora afirmou ser possível, desde que o Congresso aprove reformas.

\*

**Qual a expectativa do ministério para o cenário pós-pandemia? É possível uma retomada em "V" [quando queda brusca da economia se converte em recuperação acelerada]?**

Depende. Se nós não tivermos sucesso nas reformas, não. Se tivermos sucesso, sim.

Logo que começou a pandemia, os dados de março começaram a ir muito mal. Em abril, estavam péssimos. Muitas projeções colocaram o Brasil com queda de 7% [do PIB em 2020].

Mas o que eu vejo hoje é um movimento de convergência justamente considerando que a retomada está com uma velocidade maior. A partir de julho, teremos 18 meses que vão entrar para a história do Brasil, 18 meses de reformas.

Vem por aí PL [projeto de lei que muda as regras do mercado] de gás [natural], o da cabotagem, a nova Lei de Falências.

**O que tem de ser aprovado até o fim do ano de acordo com o cronograma do ministério? O importante é a agenda [de reformas] andar. Quando você vai demonstrando que está resolvendo problemas de marcos legais, o resultado acaba vindo mais rápido.**

**O sr. citou propostas para atrair investimento privado. Propostas de alterações orçamentárias, como a reforma administrativa, ficam em segundo plano? Para algumas reformas, o timing importa bastante. O capital político que você tem permite um rol de objetivos a avançar.**

A reforma administrativa é fundamental, mas, do ponto de vista fiscal, a principal me-

didada, que é não elevar salário de servidores até o ano que vem, já está prevista [no plano de socorro aos estados e municípios]. No seu devido tempo, [essa reforma] vai avançar.

Uma prioridade hoje é o fortalecimento dos programas sociais. Por causa da pandemia, infelizmente o desemprego vai aumentar.

**A primeira etapa apresentada para o Renda Brasil foi a de usar parte dos recursos do Fundeb [fundo para a educação básica] no novo programa social, como forma de voucher-creche. Isso, no entanto, foi derrubado pelo Congresso. É um indicativo da dificuldade em aprovar revisão de programas sociais que já existem? Não tenho essa leitura de que foi uma derrota. Para mim, o Fundeb foi uma vitória. O Fundeb vai ter uma parte para creches que é fundamental para pessoas pobres poderem deixar o filho na creche e trabalhar em paz. Eu não tenho a menor dúvida de que nós faremos um grande programa social com a parceria do Congresso. Temos de remanejar dinheiro de programas ineficientes para onde seja mais eficiente.**

**Nonpassado, o Congresso rejeitou mudanças em programas sociais existentes. Como ficaria o Renda Brasil sem recursos de outros programas? Se, por acaso, o Congresso preferir manter os programas separados, vida que segue. Vamos para outras agendas. Mas, quando lideranças do Congresso falam sobre renda básica, têm um desenho parecido com esse que falamos de remanejamento.**

**O que é ineficiente na avaliação do governo? Qual a estimativa de orçamento e de cobertura do Renda Brasil? Não é o momento de citar pro-**

**Adolfo Sachsida, 47**  
Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia. Doutor em Economia pela UnB (Universidade de Brasília), ocupa o cargo desde o início do governo Jair Bolsonaro. Antes, atuava como pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). É advogado e tem PhD pela Universidade do Alabama

“

Está extremamente difícil prever PIB, teve uma quebra estrutural descomunal. Os parâmetros do passado já não servem de base. Deixamos de lado modelos que estavam usando e adotamos preditores antecedentes: movimento de celular, consumo de energia e de combustível, índice de engarramento

gramas [ineficientes] agora. Nós fizemos, até agora, um desenho básico [do Renda Brasil], que é o Bolsa Família [cujo orçamento é de R\$ 32,5 bilhões] mais R\$ 20 bilhões.

Com esses R\$ 20 bilhões você consegue corrigir algumas inconsistências do Bolsa Família. Se o Congresso encontrar mais recursos, o programa é ainda mais fortalecido e amplo.

**O Renda Brasil prevê incentivo para que o beneficiário consiga ingressar no mercado de trabalho e, assim, fiquem independentes do programa social. Como isso vai ser feito? Hoje se a pessoa consegue um emprego, sai do Bolsa Família e deixa de receber o benefício. Se ela perde o emprego, nem sequer volta para o Bolsa Família [tem de esperar na fila].**

Então, a ideia é uma escadaria. A pessoa começa a trabalhar, mas não perde o benefício [totalmente]. É uma rampa para que o trabalhador comece a trabalhar, mas com a garantia de que continua assistido até determinada renda. Até que, após algum tempo, ele consegue se estabelecer no mercado de trabalho.

Quanto mais recursos nós tivermos [para o Renda Brasil], menos inclinada é a curva [de redução do benefício].

**Os beneficiários do Renda Brasil terão regras trabalhistas diferenciadas? Vamos ter de criar leis mais eficientes de emprego. O desemprego já aumentou, os dados é que não mostram isso, sendo bem franco, sabemos que o desemprego já aumentou.**

Muitas pessoas que já perderam o emprego estão classificadas hoje como população fora da força de trabalho, pela metodologia do IBGE. Ela não está procurando [trabalho] porque sabe que não adianta procurar agora. Tão logo reabra a economia, o desemprego vai dar um pulo.

Com o Congresso, temos de estar prontos para endereçar o problema que vai afligir duramente a sociedade brasileira. Em setembro, os índices de desemprego vão dar um repique grande. Falos setembro porque imagino que tudo estará reaberto e o dado dará um salto.

**E como seria alteração na lei trabalhista? Devolvendo ao trabalhador o direito de escolher para quem quer trabalhar e quando quer trabalhar. O trabalhador que não pode. Faz sentido no meio de uma crise? Com o Congresso, precisamos de uma legislação que facilite realocação de capital e trabalho.**

**O que mais impede a pessoa de voltar ao mercado? Tem muita gente pendurada na folha de pagamento, tem muito encargo para ser revisto. Está na ho-**

me de aumentar um pouco o salário do trabalhador e diminuir um pouco o custo do empregador. Essa mágica é feita diminuindo custos associados à contratação. Vários desses custos não têm impacto fiscal.

**Nas últimas semanas, o governo tentou ampliar o Renda Brasil com despesas que não contam no teto de gastos e cogitou colocar investimentos fora dessa conta. O teto será mantido? O teto de gastos é o grande pilar fiscal da economia brasileira, é a garantia de previsibilidade que damos à sociedade. Nós vamos ter um ajuste fiscal expansionista. O governo gasta menos, mas o PIB cresce mais porque essa queda no gasto do governo abre espaço para os juros ficarem baixos, entrando mais investimentos privados e gerando mais emprego e renda.**

O problema que temos de atacar são os gastos obrigatórios. Sobre o Fundeb [que não é limitado ao teto], de maneira alguma a ideia de usar o Fundeb para creches e para furar o teto. A ideia era melhorar a eficiência do fundo valorizando a primeira infância.

**O governo manteve projeção do PIB de 2020 em -4,7% quando o mercado está próximo de -6%. Por que? Está extremamente difícil prever PIB, teve uma quebra estrutural descomunal. Os parâmetros do passado já não servem de base. Deixamos de lado modelos que estavam usando e adotamos preditores antecedentes: movimento de celular, consumo de energia e de combustível, índice de engarramento.**

Quando a SPE reduziu a projeção de crescimento para 0,22%, o mercado estava em alta de 1,6%. Estávamos bem mais pessimistas que o mercado. Hoje, o mercado está em -5,9%. A SPE manteve em -4,7%, então, estamos mais otimistas.

Os dados que temos acesso nos dão razoável grau de certeza para dizer que me fez projeções piores do que -6,5% provavelmente vai ter de reverter.

**Com o término do auxílio emergencial e de saques do FGTS, a tendência é que a economia perca impulso? Com a graça de Deus, vamos ter aprovado as reformas até lá. Tem seis meses para trabalhar. Quando acabar o auxílio emergencial, tenho certeza de que, em parceria com o Congresso, vai estar pronto o Renda Brasil. Tenho certeza que quando acabar o FGTS, em dezembro, vamos ter outros marcos legais aprovados e o dinheiro entrando. No ano que vem, vamos voltar a estratégia de focar nas reformas.**

**O auxílio emergencial pode ser prorrogado novamente? Não, não creio.**

## mercado

# Pressão por gastos põe em risco teto, dívida pública, inflação e juros baixos

Para economistas, aumento de impostos pode ser saída para evitar desarranjo macroeconômico

Fernando Canzian

SÃO PAULO Os gastos extraordinários e a necessidade de ampliar a rede de proteção social no pós-pandemia da Covid-19 podem tornar inevitável o aumento da carga tributária, mesmo que temporário, para evitar que a dívida pública saia do controle, demolindo o atual cenário de inflação e juros baixos no Brasil.

Segundo especialistas, diante da pressão por novas despesas, o país deveria concentrar-se em duas frentes: 1) evitar que a dívida pública dispare novamente; e 2) respeitar o teto de gastos do setor público, mecanismo aprovado em 2016, que limita a despesa ao orçamento do ano anterior, corrigido pela inflação.

Sem essas premissas, o temor é que o país perca a atual janela de oportunidade de juros e inflação baixos — e de enorme liquidez internacional — para realocar as contas públicas em uma trajetória de equilíbrio.

Neste ano, o endividamento bruto brasileiro dará um salto de 20 pontos percentuais, chegando a quase 96% em relação ao tamanho do PIB (Produto Interno Bruto).

Mesmo se o teto de gastos puder ser cumprido, a dívida pública encará um salto de 10% do PIB nos próximos anos, deixando para trás a expectativa de queda que havia até o início da pandemia.

Praticamente todas as economias em desenvolvimento estão em situações excepcionais em todo o mundo. O principal neste momento é garantir que a dívida não saia do controle, e para isso o teto de gastos é fundamental no sentido de ancorar as expectativas", afirma o economista da PUC-Rio José Márcio Camargo.

Essa "ancoragem" de expectativas seria responsável, por exemplo, por manter a taxa de juro básica no Brasil em seu menor patamar (apesar da di-

vidua em alta) e chamado risco país em um nível também historicamente baixo. Mas o dólar acima de R\$ 5 diante de reservas cambiais confortáveis (de US\$ 340 bilhões) seria um sinal de que muitos investidores desconfiam da capacidade de o Brasil pagar sua dívida, e estão se protegendo em moeda forte.

Para o economista Samuel Pessôa, da FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) e colunista da Folha, o Brasil terá um "vento de cauda" favorável por um período ainda longo à frente advindo das taxas de juro internacionais muito baixas e da enorme liquidez que os bancos centrais vêm injetando no mercado global.

Isso, mais a elevada ociosidade da economia brasileira, com folga para produzir em vários setores, proporcionará tempo ao país para adotar medidas que freassem a trajetória de crescimento da dívida. "Numa situação emergencial, um aumento da carga tributária, mesmo que temporário, talvez seja adequado", diz Pessôa.

Uma alternativa, segundo ele, seria criar um imposto transitório sobre a gasolina enquanto o país se reorganiza no pós-pandemia e retoma a agenda de reformas — sobretudo para limitar o aumento de gastos com o funcionalismo, a segunda maior despesa depois da Previdência.

"Toda a ideia do teto de gastos é incompatível com o modo como tratamos a questão do funcionalismo, assim como foi com o sistema previdenciário até antes da reforma", diz.

Para o economista Manoel Pires, da FGV Ibre, um aumento da carga tributária pode ser imprescindível para reverter a trajetória da dívida. "Se já achava complicado manter o ajuste fiscal antes da pandemia, isso tornou-se mais difícil agora".

Estimativas do Ministério da Economia indicam um déficit primário (sem contar a rolagem da dívida) superior a R\$ 800 bilhões neste ano. Os gastos extras, mais a recessão em curso, é que elevarão o endividamento em 20 pontos, para cerca de 96% do PIB.

Outra maneira de diminuir a relação entre dívida e PIB é aumentar o tamanho da economia, que serve de denominador para o cálculo. Se o PIB cresce mais do que a dívida, a relação cai.

"O problema, segundo Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, é que o Brasil já vinha crescendo muito pouco, a ordem de 1% ao ano, apesar de uma série de reformas aprovadas durante o governo Michel Temer.

Vale considera o teto de gastos "mal desenhado", pois não levaria em conta os altos e baixos típicos de economias emergentes. Mesmo assim, acha que se o Brasil desrespeitá-lo agora, em meio ao aumento do endividamento,

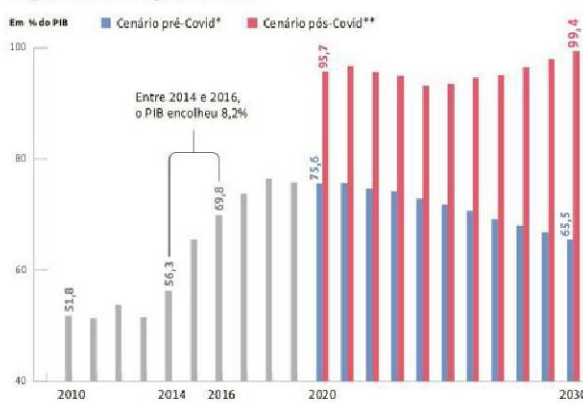
arruinará as expectativas macroeconômicas. "Isso é coisa para ser feita por um novo governo, em um momento de estabilização, não de crise".

Segundo o economista Bráulio Borges, da FGV Ibre, uma das vantagens do perfil atual da dívida pública é que a maior parte dela é corrigida por taxas de juro pós-fixadas e pela inflação (ver quadro).

Em um cenário de juros e evolução de preços historicamente baixos como o de agora, o aumento do endividamento tende a ter efeito limitado — a não ser que haja uma mudança repentina das expectativas em relação à sustentabilidade das contas públicas.

Alguns economistas argumentam que dificilmente a inflação subiria diante de um quadro de forte desemprego e elevado desemprego, como o que o país está vi-

## Trajatória da dívida pública bruta



\* PIB crescerá 2% em 2020, cerca de 3% a.a. em 2021-23, até fechar o hiato, e depois cerca de 1,5% a.a. em termos per capita, com atual teto de gastos até 2026.  
\*\* PIB cai 6,5% em 2020, cresce cerca de 3,5% a.a. em 2021-24, até fechar o hiato, e depois cerca de 1,5% a.a. em termos per capita, com teto de gastos até 2026, despesa extraordinária para combater a crise da Covid de R\$ 450 bil (perca de 6% do PIB). Fonte: FGV Ibre

## Indexadores da dívida pública



Inflação e juro pós-fixado prevalecem

França chega a ser negativa: entra a conta de segurança, investidores perdem dinheiro aplicando nesses papéis.

No Brasil, no entanto, o Tesouro é obrigado a pagar juros de até 7,2% ao ano para convencer investidores a financiarem o governo — e a pressão por juros maiores tende a crescer quanto mais endividado estiver o setor público.

"É óbvio que uma relação dívida PIB de 96% é ruim. Mas trata-se de uma situação excepcional em todo o mundo. O principal neste momento é garantir que a dívida não saia do controle, e para isso o teto de gastos é fundamental no sentido de ancorar as expectativas", afirma o economista da PUC-Rio José Márcio Camargo.

Essa "ancoragem" de expectativas seria responsável, por exemplo, por manter a taxa de juro básica no Brasil em seu menor patamar (apesar da di-

“O principal neste momento é garantir que a dívida não saia do controle; o teto é fundamental para ancorar expectativas”

José Márcio Camargo  
economista da PUC-Rio

vidua em alta) e chamado risco país em um nível também historicamente baixo.

Mas o dólar acima de R\$ 5 diante de reservas cambiais confortáveis (de US\$ 340 bilhões) seria um sinal de que muitos investidores desconfiam da capacidade de o Brasil pagar sua dívida, e estão se protegendo em moeda forte.

Para o economista Samuel Pessôa, da FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) e colunista da Folha, o Brasil terá um "vento de cauda" favorável por um período ainda longo à frente advindo das taxas de juro internacionais muito baixas e da enorme liquidez que os bancos centrais vêm injetando no mercado global.

Isso, mais a elevada ociosidade da economia brasileira, com folga para produzir em vários setores, proporcionará tempo ao país para adotar medidas que freassem a trajetória de crescimento da dívida. "Numa situação emergencial, um aumento da carga tributária, mesmo que temporário, talvez seja adequado", diz Pessôa.

Uma alternativa, segundo ele, seria criar um imposto transitório sobre a gasolina enquanto o país se reorganiza no pós-pandemia e retoma a agenda de reformas — sobretudo para limitar o aumento de gastos com o funcionalismo, a segunda maior despesa depois da Previdência.

"Toda a ideia do teto de gastos é incompatível com o modo como tratamos a questão do funcionalismo, assim como foi com o sistema previdenciário até antes da reforma", diz.

Para o economista Manoel Pires, da FGV Ibre, um aumento da carga tributária pode ser imprescindível para reverter a trajetória da dívida. "Se já achava complicado manter o ajuste fiscal antes da pandemia, isso tornou-se mais difícil agora".

Estimativas do Ministério da Economia indicam um déficit primário (sem contar a rolagem da dívida) superior a R\$ 800 bilhões neste ano. Os gastos extras, mais a recessão em curso, é que elevarão o endividamento em 20 pontos, para cerca de 96% do PIB.

Outra maneira de diminuir a relação entre dívida e PIB é aumentar o tamanho da economia, que serve de denominador para o cálculo. Se o PIB cresce mais do que a dívida, a relação cai.

"O problema, segundo Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, é que o Brasil já vinha crescendo muito pouco, a ordem de 1% ao ano, apesar de uma série de reformas aprovadas durante o governo Michel Temer.

Vale considera o teto de gastos "mal desenhado", pois não levaria em conta os altos e baixos típicos de economias emergentes. Mesmo assim, acha que se o Brasil desrespeitá-lo agora, em meio ao aumento do endividamento,

arruinará as expectativas macroeconômicas. "Isso é coisa para ser feita por um novo governo, em um momento de estabilização, não de crise".

Segundo o economista Bráulio Borges, da FGV Ibre, uma das vantagens do perfil atual da dívida pública é que a maior parte dela é corrigida por taxas de juro pós-fixadas e pela inflação (ver quadro).

Em um cenário de juros e evolução de preços historicamente baixos como o de agora, o aumento do endividamento tende a ter efeito limitado — a não ser que haja uma mudança repentina das expectativas em relação à sustentabilidade das contas públicas.

Alguns economistas argumentam que dificilmente a inflação subiria diante de um quadro de forte desemprego e elevado desemprego, como o que o país está vi-

“Se já achava complicado manter o ajuste fiscal antes da pandemia, isso tornou-se mais difícil agora”

Manoel Pires  
economista da Ibre/FGV

vido. Pois a economia em queda limitaria muito o espaço para aumentar preços.

Mas a história recente mostra que essa visão tem problemas. Em 2015, no governo Dilma Rousseff, a economia encolheu 3,5% e, mesmo assim, a inflação disparou, fechando o ano em 10,7%, muito acima do teto da então meta do Banco Central, de 6,5%.

Naquele momento, a inflação elevada e a desconfiança em relação à solvência do Brasil obrigaram o Banco Central a manter a taxa básica de juros paga nos títulos que o Tesouro vende no mercado em 14,25% ao ano durante quase todo 2016 — o que significou mais endividamento ainda, já que a dívida foi corrigida por um juro maior.

Ao longo dos 11 trimestres recessivos entre 2014 e 2016, a relação entre dívida e PIB deu um salto: passou de 56,3% para 69,8%, numa combinação de encolhimento da economia e juros elevados.

O temor agora é que se a desconfiança sobre o controle da dívida aumentar, como ocorreu em 2015, a inflação volte a subir, assim como a necessidade de elevar os juros.

Como a maior parte da dívida pública está indexada à inflação e a títulos pós-fixados, que podem voltar a subir, o endividamento ficaria descontrolado outra vez.

Para o economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper e colunista da Folha, o risco agora é que há interesses muito fragmentados de grupos políticos e econômicos em busca de auxílios e aumentos de gastos, que poderiam comprometer o controle da dívida e da inflação no pós-pandemia.

"No Legislativo, vemos uma pressão desorganizada por novos gastos, mas sem foco no desenho de políticas. No Executivo, há muita descoordenação de iniciativas, como na ala militar, por mais despesas e investimentos sem as receitas correspondentes."

Um ponto a favor, segundo Mendes, é que a arrecadação tributária parece estar voltando com mais força do que o inicialmente previsto. Mas isso não garantiria a sustentabilidade das contas públicas no médio prazo se os gastos crescerem muito mais.

"O ideal seria aprovarmos pelo menos duas ou três reformas, mesmo que modestas, para dar uma sinalização positiva. Mas não vejo esse governo como reformista, pelo contrário", afirma.

No mínimo, o que os economistas sugerem é segurar as despesas com o funcionalismo público, limitando contratações e bloqueando aumentos salariais, tentar privatizar alguns ativos, simplificar o sistema tributário e rever uma série de créditos subsidiados e incentivos a determinados grupos.

## Há espaço para reforma tributária ampla, dizem especialistas

Thais Carranza

SÃO PAULO Especialistas em tributação veem um ambiente favorável para uma reforma ampla dos impostos sobre consumo no país, mesmo diante da crise econômica gerada pela pandemia e da proposta reduzida de reforma apresentada pelo governo na última semana.

Segundo tributaristas, há um consenso entre estados e crescente apoio entre municípios pequenos e médios para uma unificação dos impostos em um único IVA (Imposto sobre Valor Agregado), modelo que já é adotado hoje por 168 países.

Eurico de Santi, professor da FGV Direito de São Paulo e diretor do CCIF (Centro de Cidadania Fiscal), cita ao menos quatro motivos que explicam, na sua visão, esse ambiente favorável.

O primeiro deles, diz Santi, é

o espólio da guerra fiscal que envolveu os estados nos últimos 50 anos. Com a concessão de benefícios para atrair indústrias dos mais diversos setores, os estados acabaram corroendo sua própria base de arrecadação de ICMS, impostos que travou negociações de reformas anteriores.

Um segundo fator, segundo o tributarista, é a crescente desmaterialização da economia, que aumentou a base de tributação dos municípios, responsáveis pela arrecadação do ISS (Imposto Sobre Serviços), reduzindo a base das unidades da federação.

Diante desses dois pontos, a proposta de criação de um único IVA (Imposto sobre Bens e Serviços) como contida na PEC 45 da Câmara — idealizada pelo CCIF — aumenta a base tributária dos estados, que passam também a tributar serviços. Já para os municípios, a base de arrecadação igualmente cres-

ceria, pois eles passam a tributar também mercadorias.

Os municípios de grandes capitais resistem ao modelo, por temerem perder receitas com a tributação sobre serviços nessa economia digitalizada, ressalva o tributarista.

Ele destaca, porém, que um quarto ponto, que estados do Norte e Nordeste também se beneficiariam do modelo de tributação no destino contido na proposta de reforma da Câmara, são produtos produzidos no Sul e Sudeste e consumidos nas demais regiões seriam tributados na ponta do consumo.

"Isso cria uma brutal desconcentração da arrecadação para os estados consumidores e não industrializados nem prestadores de serviço", diz Santi, reconhecendo, porém, que esses estados perdem instrumentos de incentivo fiscal para atração de investimentos.

Para Eduardo Fleury, sócio do FCR Law — Fleury, Coimbra & Rhombert Advogados, a crise e a proposta do governo, podem ironicamente se converter em fatores favoráveis à uma reforma ampla dos impostos sobre consumo no país.

"As grandes reformas tributárias que foram feitas em outros países foram feitas em época de crise e de guerra. Quando as pessoas sentem que podem perder muito, aceitam modificações que representam perdas muito pequenas para elas", diz Fleury.

Já a proposta do governo, que prevê apenas a unificação da PIS e da Cofins — impostos de âmbito federal — sob uma alíquota única de 12%, pode fortalecer o apoio às propostas de reforma em tramitação na Câmara e no Senado, na avaliação do tributarista.

A proposta da Câmara prevê a unificação de cinco tributos (IPI, PIS, Cofins, ICMS,

ISS), hoje cobrados por governo federal, estados e municípios, em um IBS com alíquota em torno de 25%. Já a proposta do Senado pretende unificar nove tributos (IPI, IOF, PIS, Papep, Cofins, CIDE-Combustíveis, Salário-Educação, ICMS, ISS).

"Quando você reúne todos os impostos, há setores que acabam ganhando ou ficando na mesma situação. Quando se unifica apenas PIS e Cofins com uma alíquota muito alta, há setores que se sentem mais prejudicados, como o de telecomunicações", exemplifica Fleury.

Já os governos dos estados temem perder espaço na arrecadação do ICMS se a tributação de PIS e Cofins for elevada dos atuais 3,65% para 12%, e por isso também têm preferência pela discussão unificada, que uma forma de garantir sua parcela da arrecadação.

Gonçalves avalia que a pandemia também prejudica a discussão. "A pandemia atrapalha porque vamos passar ainda por um período de ajuste das empresas e do governo", afirma.

# Guedes e governadores negociam fundos para ampliar reforma tributária

Ministério da Economia quer recorrer a royalties de petróleo, mas estados preferem que União utilize recursos da sua arrecadação

Thiago Resende e Bernardo Caram

**BRASÍLIA** Em busca de um acordo para viabilizar uma reforma tributária ampla, o Ministério da Economia e governadores discutem a criação de dois fundos com recursos para incentivar que os estados aceitem alterar as regras do ICMS, principal fonte de receita tributária desses entes.

No entanto, ainda há discordâncias sobre como os fundos serão abastecidos.

O governo federal defende o uso de recursos de royalties de petróleo. Os estados, porém, não querem ficar reféns da volatilidade do setor de petróleo, que já se mostrou problemática quando há retração da economia.

Numa reforma tributária ampla, PIS, Cofins, IPI, ICMS (estadual) e ISS (municipal) seriam unificados em um único tributo, a ser repartido entre União, estados e municípios. Cada um com uma parte da alíquota a ser definida.

Secretários de Fazenda estaduais defendem que, para irrigar os fundos, a União separe uma parte da receita que recolher com esse novo tributo.

Os dois lados da mesa de negociação devem se reunir até o fim do mês para discutir novamente o modelo de financiamento do fundo de desenvolvimento regional (recursos para investimento e acabar com guerra do ICMS) e do fundo de compensação das exportações.

O ministro Paulo Guedes (Economia) apresentou na terça-feira (21) ao Congresso um projeto para unificar PIS e Cofins (ambos da União) em uma espécie de IVA (imposto sobre valor agregado) federal.

"Nós estamos em conversa com o governo para uma reforma abrangente, com todos os impostos sobre o consumo. Mas ainda estamos ajustando alguns pontos, como o funding dos fundos", disse o presidente do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal), Rafael Fonteles.

Após entregar a primeira fase da reforma tributária do governo ao Congresso, Guedes disse que a proposta do Executivo não incluiu estados e municípios por respeito aos



Paulo Guedes busca acordo para reforma tributária. Pedro Ladeira - 21 Jul/20/Folhapress

“Nós estamos em conversa com o governo para uma reforma abrangente, com todos os impostos sobre o consumo. Mas ainda estamos ajustando alguns pontos, como o funding dos fundos”

Rafael Fonteles presidente do Comsefaz

governos regionais, que devem ter autonomia para escolher uma posição em relação à revisão de seus tributos.

Ele afirmou que a proposta do governo pode ser acoplada a um plano mais amplo e estimulou que o Congresso promova esse debate.

Nos bastidores, no entanto, integrantes do Ministério da Economia demonstram dúvidas sobre a possibilidade de uma reforma ampla que envolva estados e municípios ainda neste ano.

Auxiliares de Guedes afirmam que fazer essa ampliação agora seria dar um passo em ambiente de incerteza porque há divergências entre prefeitos e governadores. Técnicos avaliam ainda que as eleições municipais deste ano podem dificultar as negociações.

Prefeitos de grandes cidades, acima de 100 mil habitantes principalmente, atuam para que o Congresso não inclua a discussão sobre impostos municipais na reforma tributária.

Ao detalhar a proposta de reforma do Ministério da Economia, o secretário da Receita Federal, José Tostes Neto, listou alguns pontos que estão em negociação com os secretários de Fazenda estaduais. O formato dos fundos é um deles.

Os estados também querem maior peso no comitê gestor do IVA nacional (amplo), a ser criado se a reforma tributária

foi abrangente.

A ideia defendida pelo Comsefaz é que, para respeitar a autonomia dos estados, cada ente possa definir as próprias alíquotas, mas haveria uma faixa — com piso e teto a serem cumpridos.

Por exemplo, se um estado está em crise fiscal e quiser elevar sua parcela correspondente do IVA, poderia adotar essa medida para arrecadar mais e solucionar o problema de caixa, explicou Fonteles.

Contudo, o governador não poderia extrapolar a alíquota máxima a ser definida pelo comitê — nem reduzir abaixo do piso. Para atrair investimentos, governadores dearam descontos no ICMS para algumas empresas, o que gerou uma guerra fiscal entre estados.

O projeto discutido no Comsefaz impede que descontos na tributação sejam concedidos para setores específicos. Portanto, o governador que optasse por reduzir a alíquota ao piso teria de fazer isso para todas as empresas.

Outra questão levantada nas negociações com o governo é a transição — período para que o imposto único entre em vigor.

"Na visão dos estados, se defende uma transição mais prolongada, de cinco a até dez anos. E nossa posição é de uma transição quase que imediata [unificação PIS e Cofins em seis meses]. Esse é outro tema", disse Tostes.

PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelso@grupofolha.com.br

## Receita

A Covid-19 despertou novo debate sobre os efeitos da legislação brasileira de patentes na despesa pública com medicamentos. Estudo finalizado pela GO Associados, de Gesner Oliveira, calcula que o país economizaria R\$ 3 bilhões se não liberasse a expansão do prazo das patentes de remédios por mais de 20 anos, o que encarece as compras do Sistema Único de Saúde. O valor seria suficiente para pagar 14,3 mil respiradores e 1,3 milhão de diárias de leitos de UTI.

**REMÉDIO** "Não estamos questionando a lógica da patente, que é estimular a inovação e remunerar adequadamente quem investe em novos princípios ativos. Porém, se você estende demais isso, acarreta um custo que torna distorcida a legislação de patente", afirma Oliveira.

**CALCULADORA** O economista diz que o estudo considerou diferentes hipóteses para o preço dos respiradores, desde R\$ 50 mil até R\$ 183 mil, que em alguns casos se chegou a pagar na pandemia.

**BULA** O assunto é motivo de disputa antiga das farmacêuticas que produzem medicamentos novos protegidos por patentes (interessadas em esticar o tempo de monopólio de suas invenções) contra as fabricantes de genéricos (que gostariam de abreviá-lo), por causa de um trecho da lei da propriedade industrial que estende o prazo de vigência das patentes no Brasil.

**TRETA** O conflito que começou neste final de semana entre XP e o escritório de agentes autônomos EQI (que em 60 dias vai deixar a XP para montar sua própria corretora ao lado do BTG) deve seguir pelos próximos dias.

**BURBURINHO** Na manhã de sábado (25), o mercado comentava que as conexões dos assessores da EQI foram desligadas do sistema da XP na noite anterior. À tarde, a XP afirmou que foi ela mesma quem desligou temporariamente porque diz ter identificado uma tentativa de violação ao sigilo de dados, o que a EQI nega.

**LADO A** Nos bastidores, os que pendem para o lado da EQI dizem que a acusação da XP é absurda porque o escritório de agentes autônomos já tem acesso aos dados de todos os clientes e não precisaria roubar informações. A avaliação, para este lado, é que a XP teria feito isso para atrapalhar o futuro novo concorrente.

**LADO B** Quem pende para o lado da XP, no entanto, afirma que a observação de que se pretendia impedir o adversário de trabalhar não faz sentido porque a suspensão aconteceu numa sexta à noite.

com Paula Soprana

## INDICADORES



**CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA**

Competência julho\*

Categoria	Valor mín.	Valor máx.
Autônomo, empregador e facultativo	R\$ 1.045	R\$ 209
Empregado	R\$ 6.103,06	R\$ 1.220,21

**MEI (Mês de empreendedores)**

Categoria	Valor mín.	Alíquota
Assalariado	R\$ 1.045	7,5%
Autônomo	R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	5%
Empregado	R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
Empreendedor	R\$ 3.134,41 a R\$ 6.103,06	14%

\*O prazo da competência de julho vence em 20 ago para empresas; para pessoas físicas, vence em 15 ago. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

**IMPOSTO DE RENDA**

Em R\$	Alíquota, em %	Defuzir, em R\$
Até 3.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

**EMPREGADOS DOMÉSTICOS**

Considerando o prazo de competência de maio

Categoria	Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	7,5%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

\*O prazo para o parcelamento doméstico vence em 7 ago. A guia de pagamento dos parâmetros inclui a contribuição ao INSS do empregador e do doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

## Cinco fatores que criam ambiente para uma reforma tributária mais ampla

1. A guerra fiscal, que envolveu os estados nos últimos 50 anos, não teve vencedores. Com a concessão de benefícios para atrair indústrias dos mais diversos setores, os estados acabaram correndo sua própria base de arrecadação de ICMS, principal tributo estadual.
2. A digitalização da economia também tirou força da cobrança do ICMS, que incide sobre circulação de mercadorias e bens físicos, e fez crescer a base dos serviços, que é tributada pelos municípios, mas não é alcançada pelos estados.
3. Na unificação apenas PIS e Cofins com uma alíquota muito alta, há setores que se sentem mais prejudicados, como o de telecomunicações. O governo dos estados temem perder espaço na arrecadação do ICMS se a tributação de PIS e Cofins for

elevada dos atuais 3,65% para 12%, por isso aceitam discutir uma reforma unificada, como forma de garantir sua parcela da arrecadação. O IBS da PEC45, por exemplo, que está na proposta da Câmara, uniformiza a base das mercadorias e serviços, aumentando a base tributária dos estados que passam também a tributar todos os serviços que hoje são tributados apenas pelos municípios; além disso, também aumenta a base tributável dos municípios que, com o advento do IBS, podem também tributar mercadorias consumidas no território municipal (gasolina, bebidas, bares, restaurantes, supermercados, por exemplo).

4. Com um eventual consenso entre estados e municípios é possível ainda criar a unificação da base tributária nacional com a União, que já tributa serviço

e mercadorias pelo PIS/ Cofins que será substituído pela CBS. Essa uniformização levaria a instituição de uma lei nacional única, simplificando a vida das empresas e ajudando na atração de investidores. É preciso ter em mente, argumentam especialistas, que apesar de única, essa nova lei respeitaria a diversidade. Ou seja, a lei complementar nacional que definiria o imposto (fato gerador, base de cálculo, não-cumulatividade e penalidades), mas cada ente poderia definir as suas alíquotas

5. A retração econômica gerada pela Covid-19 propicia o diálogo. Vários países fizeram reformas em épocas de crises e até de guerras. Segundo os especialistas, há nisso uma razão psicológica: quando as pessoas sentem que vão perder muito, aceitam mudanças que representam perdas bem menores

mercado

# TikTok é app mais baixado da pandemia

Banir o TikTok das lojas de aplicativo poderá fraturar a internet

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Em 2018, escrevi aqui na coluna que o aplicativo daquele ano era o TikTok. Estava errado. Ele é o aplicativo de 2020. Durante a pandemia, a rede social de vídeos consolidou sua posição como um dos apps mais baixados do planeta. No primeiro semestre de 2020, teve o melhor desempenho de um app na história: 315 milhões de downloads. No segundo trimestre, competiu apenas com o Zoom em número de downloads. O resultado é que mais de 2 bilhões de pessoas já baixaram

o app. Com as pessoas trancadas em casa, o app mostrou-se um bom companheiro. Isso se reflete no tempo que as pessoas gastam nele. Em média, toda vez que um usuário abre o TikTok, fica lá por 29,9 segundos. Como base de comparação, o tempo gasto no Instagram por sessão é de 144 segundos, em média, e, no Twitter, de 114 segundos. A explicação está no fato de o TikTok ter sido construído para otimizar o consumo de vídeos no celular. Quando al-

guém vê vídeos na hora, que ocupam a tela toda do aparelho. Ele não tem um "feed", como têm o Facebook ou o Instagram. Além disso, a comida é servida diretamente, sem que o usuário precise olhar o cardápio. Além disso, o TikTok não se importa se você criou uma conta ou não, nem se você tem muitos ou poucos seguidores (o chamado "social graph"). Além disso, ele dá a oportunidade de viralização tanto para quem é grande quanto para

quem é pequeno. Se o conteúdo é bom, a inteligência artificial da plataforma vai testando-o sucessivamente para públicos cada vez maiores, ampliando seu alcance se ele continuar a "performar". Além disso, o TikTok adotou um modelo agressivo de parcerias com celebridades. Há rumores de que a plataforma chegou a pagar influenciadores para postar lá. Investiu também pesado em publicidade. No início de 2019, 13% de todos os anúncios exibidos no Facebook eram do

TikTok. A plataforma chegou a gastar US\$ 3 milhões por dia com anúncios. Os gastos foram praticamente zerados a partir de abril de 2019. Não era preciso investir mais. O jogo já estava ganho. Com grande sucesso vêm grandes responsabilidades. O TikTok é produto da chinesa ByteDance. A empresa é considerada hoje a startup mais valiosa do planeta. E uma das mais ágeis. Além do TikTok, já tem produtos na área de música (Besso) e mensagens (Feitico), para competir com o Spotify e o WhatsApp. Neste exato momento, o TikTok está sob ataque. Vem sendo acusado de coletar dados exorbitantes dos usuários. Há também ameaças de que possa ser banido nos Estados Unidos, por alegado risco à segurança nacional. Se isso acontecer, a decisão não será fácil.

Banir o TikTok será equivalente a colocar fim ao sonho da internet enquanto rede para a qual ninguém precisa pedir permissão ("permissionless"). O banimento seria o oposto de toda a ideologia do Vale do Silício, de uma rede aberta. Se for exigido que ele seja retirado das lojas de aplicativos, a decisão poderá fraturar a internet. Terá sabor de ponto final em uma certa inocência da rede que conhecemos até agora. **READER Já era.** Games e esportes tradicionais em mundos diferentes **Já é Twitch,** plataforma que transmite partidas de games ao vivo **Já vem Twitch,** que vai transmitir também partidas de esportes tradicionais ao vivo

# Economia vive dança das cadeiras após duas baixas

Caio Megale oficializa saída quando Guedes ainda busca novo presidente para BB

BRASÍLIA E SÃO PAULO Em apenas três dias, veio a público que o ministro Paulo Guedes (Economia) sofreu duas baixas na equipe, o que vai propiciar uma nova dança das cadeiras nessa área do governo. Na sexta-feira (24), o BB (Banco do Brasil) comunicou oficialmente a saída do

presidente Rubem Novaes. Neste domingo (26), soube-se que também deixará o ministério da Economia o diretor de programas, Caio Megale. A informação foi antecipada pela coluna Panela. A principal missão de Guedes é definir o substituto de Novaes na presidência do BB.

Fontes ligadas ao Ministério contam que Guedes avalia o que chama de solução externa e pode surgir uma indicação de novo nome do mercado. Porém, interlocutores, tanto da pasta quanto do banco, contam que existem boas opções no próprio BB. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, vice-presidente de Gestão Financeira e Relação com Investidores, por exemplo, é uma indicação acalorada pelo próprio Novaes. Walter Maleni Junior, vice-presidente de Negócios de Atacado, é um nome que tem apoio de boa parte da alta cúpula do BB.

vender facilidades". Segundo Novaes afirmou à Folha, ele continuará contribuindo com o governo "junto ao ministro e amigo". "Temos os mesmos ideais", disse. Embora tenha avisado sua intenção de deixar o cargo há um mês ao ministro, o anúncio de renúncia pegou o restante da equipe econômica e funcionários do banco de surpresa. Guedes havia comentado recentemente que Novaes, que tem 74 anos, estava "cansado", mas assessores não esperavam que o pedido de demissão se concretizasse tão rápido.

## Alterações na equipe econômica



Depois de ser cotado para assumir o Tesouro Nacional e perder a vaga, Caio Megale oficializa a saída do cargo de diretor de programas do Ministério da Economia. Alegou que o seu ciclo no setor público chegou ao fim



Após deixar comando do BB, Rubem Novaes pode ficar no governo como assessor especial de Guedes fora de Brasília. Em mensagem a amigos, Novaes disse que não adaptou à "cultura planaltina" de compadrios de Brasília

**A SPIM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA**  
HOSPITAL MUNICIPAL DE BARRERAS DE FRANCISCO MORAN, sorvidor de empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico nº 041/2020 (ID 2161), a ser realizado para contratação de empresa especializada em **SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR DE PEDESTAL E LED.** Para informações e condições de participação favor acessar o site [www.pub.lixo.com.br/041/2020](http://www.pub.lixo.com.br/041/2020)

**PODER JUDICIÁRIO DA UNIDADE TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO SEÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**  
**AVISO DE REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2020**  
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fax, incluindo ao seguinte: instalação, limpeza e manutenção, de impressoras, copiadoras e equipamentos de escritório. Data de Sorteio: 07/08/2020, às 13:00 horas. O Edital encontra-se no Internet nos endereços: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), [www.mprj.mp.br](http://www.mprj.mp.br), [www.transparencia.mprj.mp.br](http://www.transparencia.mprj.mp.br), telefone: (61) 3121-0970/946.  
**THAIR ANTUNAS ESTEVE MEDES**  
Presidente

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**AVISO**  
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 662/2020 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)  
PROCESSO SEI Nº 20.202.0001.00010643.2020.75  
DATA E HORÁRIO DA LICITAÇÃO: 07/08/2020, às 14h.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 8000 (oitomil e 000) bonitador, frasco para álcool em gel, dispenser e pano de limpeza.  
LOCAL DA LICITAÇÃO: Exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Compensnet - SIASIS, no página <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, OBSERVAÇÃO: As interessadas em participar da presente licitação deverão obter o Edital e seus Anexos no período compreendido entre os dias 28/07/2020 e 06/08/2020, no endereço eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> ou no portal da transparência do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, <http://transparencia.mprj.mp.br/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>.

**enel**  
**ELETROPOLÍTICA METROPOLITANA**  
**ELÉTRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**  
Companhia S.A.  
CNPJ/LIQUID Nº 01.495.217/0001-63 - NIRE 33.300.050.274

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
A Eletropolítica Metropolitana Entidade de São Paulo S.A. - "ENEL DISTRIBUIÇÃO SP" - na qualidade de concessionária convocou todos os interessados para participar de um projeto que contempla a implantação de rede de distribuição subterrânea de energia nos logradouros abaixo indicados em que terão preferência de contratação a execução de obras de infraestrutura em loteamentos e/ou estabelecidos em lotes de terrenos.

**Logradouros**  
Avenida Pira Preta Jussara Murtinho, entre as Avenidas Nagôia Lúcia e Bragadouro (São Lúcia)  
Rua Saragatunga  
Rua Helena  
Rua São Tarcio  
Rua São Tarcio  
Rua São Tarcio  
Rua Fidêncio Ramos  
Avenida Rui Cabral, entre as Ruas São Tarcio e Carmo de Carvalho  
Rua Francisco Pereira Ricci  
Travessa Professor Pedro Taccari  
Rua Raimundo Batista  
Rua Olinda, entre a Rua Raimundo Batista e a Avenida Bragadouro (São Lúcia)  
Rua Francisco, entre as Ruas Raimundo Batista e (Elev. Fátima)

1. Os interessados em participar do projeto de implantação da infraestrutura subterrânea nos respectivos logradouros poderão considerar em seus projetos, preferencialmente, o mesmo itinerário previsto para a instalação dos serviços subterrâneos da Enel Distribuição SP, onde aplicável, sendo como primeira prioridade o emprego de vias compartilhadas durante a execução das obras, com ativos protegidos totalmente independentes tecnicamente entre os agentes e com o sistema Enel Distribuição SP para o fim de compartilhamento do projeto e redução de custos decorrentes do todo processo a cargo de cada agente. 2. Deverá ser considerado para agente o cronograma definido por este edital para manifestação de interesse, de forma que será considerado para Enel Distribuição SP para o fim de compartilhamento do projeto e redução de custos decorrentes do todo processo a cargo de cada agente. 3. Todas as determinações administrativas e técnicas para o compartilhamento do projeto e execução das obras, tais como aprovações de projetos junto aos órgãos públicos, responsabilidades de execução, etc, serão definidas na Instrução de Trabalho WIG-ENEL-DBR-2019-026-EDSP - Compartilhamento de Vias em RDs com terceiros - disponível no nosso site [www.enel.com.br](http://www.enel.com.br) com o nome "compartilhamento". 4. As manifestações de interesse poderão ser enviadas por e-mail à Enel Distribuição SP, aos cuidados da área MV Underground Works, no e-mail: [civil.subterraneo@enel.com.br](mailto:civil.subterraneo@enel.com.br). 5. Cronograma - Manifestação de interesse: até 09/08/2020 - Publicação dos projetos e seleção na prefeitura para aprovação: até 17/08/2020.

Outra opção é Helio Magalhães, presidente do conselho de administração do banco, um executivo próximo ao secretário de desestatização Salim Mattar. Mauro Ribeiro Neto, vice-presidente Corporativo, também está na lista.

A indicação caseira - escolha de um nome da instituição - atenderia algumas correntes internas que tinham certo descontentamento com a gestão de Novaes por ele não ser funcionário de carreira.

Aos amigos, Novaes repetiu no final de semana a justificativa oficial para sua saída. Disse ser melhor "passar o bastão a alguém mais jovem neste mundo de tantas inovações". No entanto, também deixou claro que não havia se adaptado ao que chamou de "ambiente poluído de Brasília".

Em mensagem, disse que estava se livrando da "cultura planaltina", de uma "política apodrecida", movida a "compadrios, privilégios, interesses escusos", onde muitos "criam dificuldades para

A saída de Caio Megale, por sua vez, pode acabar abrindo uma nova porta para Novaes. Guedes, contam fontes, quer escalar Novaes como assessor especial em atribuições que já foram de Megale, como acompanhar as reuniões com empresários no Rio e São Paulo. Essa alternativa deixaria Novaes perto do governo, mas longe de Brasília.

A Folha, Caio Megale disse que a decisão de deixar o governo já vinha sendo amadurecida há algum tempo, mesmo antes da saída do ex-secretário do Tesouro.

Lembrou que antes de ir para o governo federal foi secretário municipal da Fazenda de João Dória, em São Paulo, e que completou um ciclo no poder público. Entende que há necessidade de renovação no ministério para o pós-pandemia, quando a pressão para aumento de gastos públicos será intensa.

Megale chegou a ser cotado para substituir Mansueto Almeida como titular do

# Magazine Luiza lança seu sistema de cashback

SÃO PAULO A Magazine Luiza começa a oferecer cashback (ou dinheiro de volta) em parte das compras feitas via aplicativo. O objetivo é alavancar o uso da carteira, uma nova frente de expansão do setor. Hoje o aplicativo da rede está em 20 milhões de celulares e, segundo Eduardo Galantemick, diretor-executivo de e-commerce, o objetivo é acelerar a conversão desses usuários em titulares de contas digitais da Magazine. A adesão precisa ser voluntária. Para isso, o dinheiro de volta será creditado na conta digital dentro do aplicativo. O consu-

midor tem 19 dias para pedir o dinheiro, caso não tenha a conta no momento da compra. Galantemick não quis dizer o quanto espera acelerar essa conversão, mas a varejista recorreu a ofertas tão chamativas quanto comprar um celular de R\$ 5.199 e receber R\$ 1.000 de volta. O valor pode ser usado em novas compras e pagamento de boletos ou transferência a outras contas da Magazine. A varejista trabalha para permitir, no futuro, suas lojas. Contrariando a prática do mercado em cashback, não há um percentual predetermina-

do que volta ao bolso do cliente e nem todos os produtos são direito à recompensa. O cashback tem aparecido na maioria dos aplicativos e carteiras digitais em um esforço de incentivar a adoção dos clientes. É o caso da AME (Lojas Americanas) e da Mercado Pago (Mercado Livre). Segundo dados da consultoria alemã Roland Berger, Mercado Pago tem cerca de 8 milhões de contas, AME, ao redor de 7 milhões e a BanQi, da Via Varejo, 1 milhão. O diretor da Magazine afirma que o objetivo, ao oferecer a conta digital, é simplifi-

car a vida dos clientes. "Quanto mais funcionalidade a gente der dentro do nosso aplicativo, mais relevante vai ser tomar o Magalu na vida desse consumidor", disse. Reportagem recente da Folha mostrou o processo de financiamento das redes de varejo. A tendência é que isso se acelere com o Pix, o sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central. A avaliação de especialistas é que contas mais simples, como as digitais de varejistas, serão capazes de atender a maior parte das necessidades financeiras dos clientes. TK

# Dinheiro com propósito

Fazer o bem sem olhar a quem, uma forma de atribuir propósito ao seu dinheiro

Marcia Dessen

Planejadora financeira CFP ("Certified Financial Planner"), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

Doar dinheiro não faz parte da cultura do brasileiro. Isso não é uma crítica, mas um fato. Até mesmo quando o doador representa um benefício fiscal, uma redução no valor do imposto de renda a pagar, é baixa a adesão.

Falta de recursos, falta de conhecimento ou de interesse limitam as ações de caridade observadas por aqui.

A pandemia do coronavírus espalhou, de forma contundente, nossas mazelas sociais. Milhões de pessoas invisíveis se apresentaram em busca de ou-

xílio emergencial.

O sentimento de empatia e compaixão desperta a generosidade nos privilegiados, afortunados com saúde e dinheiro, com o propósito de ajudar os menos favorecidos, o cuidado com o outro, com o coletivo.

Gestos e atos de caridade e filantropia mobilizam a população, impossível ficar indiferente a tanta dor. Doações, a forma mais simples de transferir riqueza e reduzir a desigualdade social, surgiram por todos os cantos, de produtos, de serviços, de

apoio, de solidariedade.

Entretanto, essa onda de generosidade tende a ocorrer pontualmente, perante grandes tragédias, não acontece de forma contínua e organizada, como em alguns países. A prática da caridade, ou filantropia, disseminada em alguns países, faz parte até do planejamento da sucessão patrimonial de grandes fortunas.

O gesto de doar, distribuir riqueza para causas humanitárias, científicas, sociais, pode ser entendido em razão dos valores pessoais dos que po-

troneiam essa ação generosa, no sentido de deixar um legado para a sociedade, mas também em razão de planejamento fiscal para evitar a incidência de impostos elevados sobre herança, praticada em alguns países.

O relatório de 2015 da Tax Foundation reporta os impostos sobre bens e heranças cobrados em alguns países do mundo. O Japão (55%), a Coreia do Sul (50%), a França (45%), o Reino Unido e os Estados Unidos (40%) aplicam alíquotas muito elevadas quando com-

paradas com a alíquota máxima de 8% (ainda) vigente no Brasil.

Em tese, o objetivo do imposto sobre herança é reduzir a desigualdade social, fazendo com que os mais ricos contribuam com uma fatia maior do seu patrimônio, permitindo que a arrecadação seja destinada à melhoria dos serviços públicos, alcançando os menos favorecidos.

Alíquotas altas demais ganham aspectos confiscatórios e podem afastar os contribuintes que decidem migrar para países nos quais as alíquotas são menores ou inexistentes, deixando de produzir, gerar empregos e riqueza no país.

Enquanto alguns países mantêm altos impostos sobre a propriedade e herança, outros se movem no sentido contrário, eliminando esse imposto, diante da percepção de que o custo-benefício não compensa.

A experiência dos países que

optaram por eliminar o tributo tem sido positiva. A Suécia é um exemplo; o fundador, retornou ao seu país natal, após 40 anos de vida no exterior por razões fiscais.

Posto que a caridade e a filantropia recebem uma pequena parcela dos recursos financeiros excedentes dos mais ricos, para onde vão o dinheiro? Para investimentos, normalmente especulativos, que ofereçam o maior retorno financeiro possível.

Mas será que não existe um meio-termo, uma forma de investir e praticar o bem, mesmo que indiretamente?

Há algumas décadas surgiram novos conceitos de investir, aliando lucro, responsabilidade e sustentabilidade, os investimentos em ESG (Environment, Social & Governance), tema da próxima coluna.

marcia.dessen@gmail.com

| DOM: Samuel Pessoa | SEG: Marcia Dessen | TER: Nizan Guanes, Cecilia Machado | QUA: Helio Beltrão | QUI: Cida Bento, Solange Srouf | SEX: Nelson Barbosa | SÁB: Marcos Mendes, Rodrigo Zeldan

# Pequeno investidor ajuda a explicar súbito sobe e desce do dólar

Avanço das operações do chamado minicontrato com a moeda americana atrai a atenção dos especialistas

Tássia Kastner

**SÃO PAULO** Em 2020, o dólar já esteve cotado a R\$ 5,89 e também a R\$ 4,02. Em um único dia, 12 de março, chegou a oscilar mais de 30 centavos e foi de R\$ 5,0283 a R\$ 4,7090 para depois fechar em R\$ 4,8207. Na sexta, terminou em R\$ 5,21.

Essa montanha-russa no preço da moeda é chamada, no mercado financeiro, de volatilidade — e o real se tornou, na esteira da pandemia, a mais volátil das moedas emergentes.

A mudança brusca de comportamento foi tão grande que o presidente do BC (Banco Central), Roberto Campos Neto, passou as últimas semanas dizendo que não sabe a origem das movimentações bruscas e que o BC não tem instrumentos para conter o avanço desse tipo.

Na sexta-feira (24), o diretor de política monetária do BC, Bruno Serra, sinalizou em transmissão ao vivo que vai adotar alguns instrumentos para amenizar a situação, sem obter consenso no mercado sobre a efetividade deles.

Coincide com as movimentações bruscas da moeda a expansão do mercado de minicontratos de dólar futuro negociados na B3. Esses contratos são usados tipicamente para negócios em day trade (em que o investidor compra e vende o papel no mesmo dia).

Economistas — e o próprio Banco Central — evitam dizer que o crescimento desse mercado tenha causado o aumento de volatilidade. No mercado de câmbio brasileiro, porém, há quem diga que o rabo abana o cachorro — ou seja, o valor do dólar é formado no mercado futuro, e não nos negócios efetivamente feitos com a moeda à vista.

Existe no mercado de contratos futuros de dólar o padrão, de US\$ 50 mil, e o minicontrato, de US\$ 10 mil, que facilitou a entrada do pequeno investidor. O minicontrato exige um volume menor de recursos para dar em garantia dos negócios, o que tornou o mercado mais acessível a pessoa física.

O rabo da expressão acima sempre foi o contrato padrão, usado principalmente por estrangeiros, grandes empre-

sas exportadoras como instrumento de proteção de receitas (hedge) e por tesourarias de bancos.

Com o agravamento da pandemia, o volume de negócios com minicontratos cresceu e ultrapassou o negociado com contratos padrão. Agora, alguns analistas do mercado com-

o começam a se perguntar — ainda sem resposta — qual tem sido o mercado formador de preço.

Em junho, o volume em minicontratos foi de US\$ 784,3 bilhões, ante US\$ 366,1 bilhões no mercado tradicional, de acordo com dados da B3. A virada ocorreu em maio.

Também segundo dados da B3, os principais participantes do mercado de minicontratos são estrangeiros (48%), seguidos por investidores pes-

soa física (36%). No mercado padrão a participação de estrangeiros é semelhante, mas pessoas físicas respondem por apenas 6% dos negócios.

A Bolsa não fornece uma série histórica da participação de investidores por perfil.

"O volume do mini está muito maior. Um dos culpados é o gringo e, sim, outro culpado é o investidor pessoa física", afirma o professor de finanças Alexandre Cabral, que dá há anos aulas em cursos da B3, inclusive sobre como operar minicontratos em Bolsa.

Quando um investidor decide operar no day trade, ele depende justamente da volatilidade para fazer negócios.

Uma outra característica de negócios de curtíssimo prazo é a alta presença de robôs nos negócios. A corretora com maior participação em minicontratos de dólar é a Ideal Investimentos, que justamente oferece serviços de tecnologia para operações.

Os executivos da empresa não quiseram conceder entrevista para essa reportagem.

Há um outro ator curioso no mercado de minicontratos futuros de dólar: o ex-doleiro da Lava Jato, Alberto Yousef, criou, no final do ano passado três robôs para operar.

Wilson Neto, analista da Clear Corretora, afirma que o mercado de minicontratos cresceu com a maior volatilidade e também com a liquidez, pré-requisitos para negócios em day trade. Se não houver liquidez no mercado, um investidor pode não conseguir, por exemplo, revender o contrato que comprou pela manhã. Se o preço não muda, há pouco espaço para ganhar na oscilação.

"Para day trade, não importa se o mercado está subindo ou caindo. O que importa é a volatilidade, e o dólar tem isso todo dia", diz Neto.

A Clear é uma corretora especializada em day trade e faz parte do Grupo XP. Para fomentar o mercado, diz Neto, a empresa reduziu o dinheiro que o investidor deve dar em garantia para operar a R\$ 22, disponibilizou um simulador e vende cursos.

Apesar dessa avalanche de pequenos investidores e cres-

cimento, especialistas evitam relacionar os dois fenômenos.

Júlia Gottlieb, economista do Itaú Unibanco, diz que é difícil determinar uma relação de causa e efeito, citando uma fala do diretor de Política Monetária do BC, Bruno Serra, nesse sentido.

Um dos motivos para cautela entre economistas é a natureza do mercado de day trade. Como teoricamente o investidor começa e termina a operação no dia (zera a posição), esse negócio não teria efeito sobre a taxa de câmbio no longo prazo.

"Se pega [a volatilidade] tanto a intraday ou a de um mês, as duas aumentaram. Concordo que o day trade deveria afetar mais o intraday do que a volatilidade histórica", diz Gottlieb.

Mas ela aponta que o pequeno investidor pode montar posição no dia e desmontar no outro, e que isso vai aos poucos aumentando essa interferência no mercado.

A percepção de que o day trade não afeta a volatilidade de longo prazo faz Sergio Goldstein, ex-chefe do departamento de mercado aberto do BC, descartar o efeito desses negócios sobre o aumento de volatilidade do real.

"Quanto maior o volume, em princípio, menor a volatilidade. O que a gente vem observando também é a volatilidade não só no dia a dia. Intraday não deveria afetar a taxa de câmbio", afirma Goldstein.

Para ele, e para outros economistas ouvidos nesta reportagem, a principal causa da volatilidade está no novo cenário de juros do país. A Selic está em 2,25% ao ano, reduzido muito a possibilidade de um investidor ganhar com o diferencial de taxa contra o juro americano (atualmente zero), o chamado carry trade.

Sidnei Moura Nehme, economista e diretor executivo da NGO, aponta ainda que o ministro da Economia, Paulo Guedes, passou meses dizendo que juro baixo e dólar alto eram a nova realidade do Brasil. Como a política macroeconômica do país prevê câmbio flutuante, investidores passaram a especular com o que seria o dólar alto aceitável para Guedes.

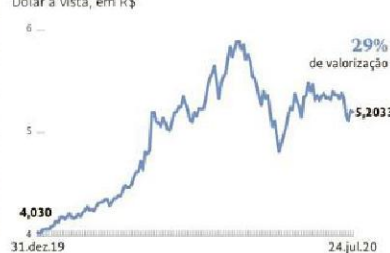
"O juro tem um limite para baixo, mas para dólar alto não sabe o que é. Naturalmente o dólar alto faz parte de uma estratégia de tornar o país atrativo para trazer investimentos para infraestrutura", afirma.

Na semana passada, o IIF (Instituto Internacional de Finanças) afirmou que o dólar de equilíbrio do país estaria ao redor dos R\$ 4,50.

A contradição desse cenário é que independentemente do patamar do dólar, se ele está volátil, ninguém consegue fazer um planejamento de longo prazo.

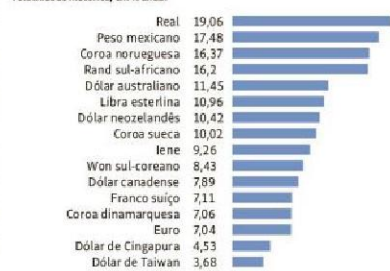
## Real é a mais volátil das principais moedas do mundo

Dólar à vista, em R\$



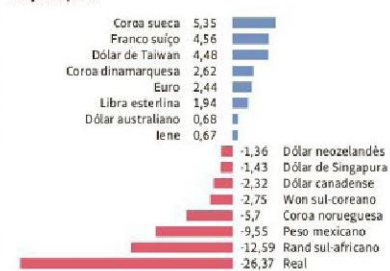
## Real é a moeda que mais oscilou no último ano

Volatilidade histórica, em % anual



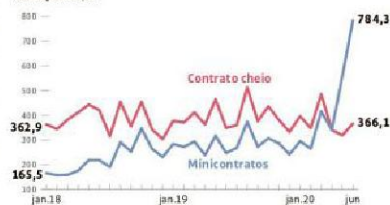
## E a que mais deixou de ser atrativa para investidores no período

Carry trade, em %



Desde a pandemia, disparou o volume de negociação de minicontratos de dólar

Volume, em US\$ bi



Esses contratos são negociados principalmente por estrangeiro e investidor pessoa física

Em%



\* Carry trade é o ganho com juros ao investir em uma moeda. Os percentuais são em relação ao dólar. Fontes: Bloomberg e B3

# Novo Fundeb vai tirar 46% das cidades do subfinanciamento

Aumento das despesas provoca debate sobre eficiência de gestão escolar

Paulo Saldanha

**BRASÍLIA** O novo Fundeb vai possibilitar uma expansão de recursos para a educação que tira ao menos 46% dos municípios brasileiros da condição de subfinanciamento.

O novo modelo exigirá da União mais do que o dobro de dinheiro hoje destinado pelo fundo ao financiamento da educação básica. A proposta de emenda à Constituição que torna o fundo permanente foi aprovada na Câmara na terça-feira (21). O texto ainda precisa passar pelo Senado.

O gasto por aluno no Brasil não chega à metade da média de países desenvolvidos, e isso será impactado. Porém, há discussões sobre a pertinência de se elevar esses gastos.

Há especialistas que dizem que o país elevou recursos nas últimas décadas e não alcançou resultados a contento. Destacam experiências exitosas com os orçamentos atuais, mesmo em cidades pobres. Isso reforçaria o argumento de que o problema é de gestão.

O desafio do Brasil é a desigualdade. Desestruturadas, as escolas têm jornadas de aulas reduzidas e falta de professores. Há ainda mais de 7 milhões de crianças e jovens fora dos colégios.

Principal mecanismo de financiamento à educação básica, o Fundeb reúne parcela de impostos de estados e municípios e uma complementação da União para atender estados e respectivos municípios que não atingem um valor mínimo por aluno a cada ano.

As verbas são redistribuídas com base no número de estudantes e modalidade. Matrículas em creche e ensino integral têm valores maiores. A complementação da União representa hoje 10% — R\$ 16 bilhões. Com o novo texto, subirá a 23% até 2026 — nas condições atuais, o percentual resultaria em R\$ 38 bilhões.

Parte dos recursos novos será distribuída com base na realidade dos municípios. Isso atinge cidades pobres hoje não contempladas.

Estima-se que o novo texto deva levar mais dinheiro a 2.750 municípios, de 25 estados, atingindo 17 milhões de alunos. Só esse volume de estudantes representa mais de três vezes a população da Finlândia e quase equivalente à do Chile, de 18,9 milhões.

No Brasil, nem 15% dos alunos têm ao menos 7 horas de aulas diárias, jornada que praticamente é regra em países com bons resultados. A média no Brasil é de 4,5 horas.

Quatro em cada dez escolas de ensino fundamental não têm biblioteca. E 12% não têm banheiro no prédio. A média salarial do professor não chega à metade dos países da OCDE (grupo de países ricos).

Um estudo do Movimento Todos Pela Educação calculou a correlação entre investimento por aluno e desempenho no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano).

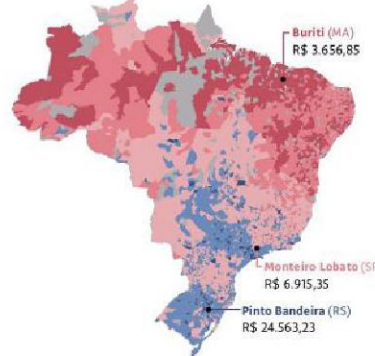
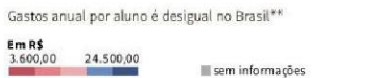
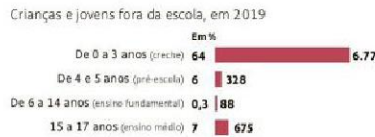
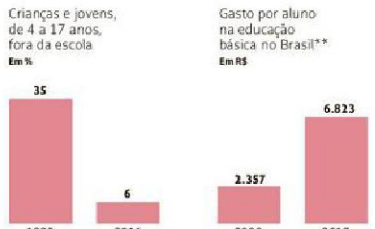
Redes com orçamento por aluno de até R\$ 4.300 em valores de 2015 (equivalente a R\$ 5.400 atualizados) não têm condições de atingir resultados satisfatórios. Nas redes municipais, 46% estão abaixo desse patamar.

Análise leva em conta apenas as redes entre os 30 melhores Ideb, o que exclui prefeituras com falhas de gestão. A análise também pondera efeitos do nível socioeconômico dos alunos.

A expansão do Fundeb vai possibilitar alta de 55% no gasto mínimo por aluno no país,

## Gasto com educação no Brasil

Brasil ampliou gasto mas ainda há desigualdade



chegando a R\$ 5.679,90. Para Priscila Cruz, presidente do Todos pela Educação, o Fundeb é uma política redistributiva com alta eficiência alocativa. "Começa um novo capítulo com todos os municípios em um patamar de financiamento em que é possível ter resultados, uma política educacional", diz.

Segundo ela, não é coincidência que os resultados educacionais dos anos iniciais do ensino fundamental tenham avançado em paralelo ao funcionamento do Fundeb, criado em 2007. A versão atual expira neste ano. Segundo Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, não é possível exigir resultados sem melhorias no padrão de escolas, de salários e carreira docente, número adequado de alunos

por sala e insumos mínimos.

"Esse conjunto de elementos tem de ser investido em nome de projeto pedagógico, sem isso não se consegue ter escala, porque o Brasil tem ilhas de excelência", afirma.

O Fundeb representa hoje R\$ 4 de cada R\$ 10 investidos na educação básica no país. Ele tem enorme importância para as redes, mas sozinho não é suficiente para a manutenção do sistema educacional público, que reúne 8% dos estudantes do Brasil.

A complementação da União tem o objetivo de equalizar o esforço entre os entes. Atualmente, 82% dos recursos da educação básica saem dos cofres de estados e municípios.

O economista Marcos Mendes, professor do Inspere, ressalta que o Brasil foi um dos países que mais investiram em educação nas últimas décadas, com percentuais do PIB (Produto Interno Bruto) similares de países ricos. Contudo, segundo ele, não houve melhorias de resultados.

"Onde houve preocupação com qualidade, com currículo estruturado, condições de trabalho para o diretor de escola, organização de tamanhos das turmas, a coisa foi para frente. Há municípios com baixa receita com desempenho melhor do que aqueles que gastam muito", diz.

"A decisão de gastar foi tomada, agora tem de correr atrás da receita. Porque fofoes tipo de atitude que nos colocou na situação crítica que gerou recessão iniciada em 2014", afirma Mendes.

Estudo do economista Ricardo Paes de Barros, também do Inspere, indica ineficiência do Brasil na relação de desempenho no PISA e investimento em educação por aluno e desempenho em matemática de 15 anos.

Países com menores dispêndios, como Indonésia, México, Turquia e Chile, conseguem resultados melhores. Na análise de Barros, nenhum país é mais eficiente que o Brasil.

O Brasil fez esforços recentes de inclusão. Em 1985, 35% das crianças e jovens de 4 a 17 anos estavam fora da escola. O percentual caiu a 6% em 2016.

O percentual de investimento em educação no Brasil, em 1985, não chegava a 3% do PIB. Em 2018, foi de 5%, o que inclui também o ensino superior.

O país, contudo, ainda tem mais de 6 milhões de crianças de até 3 anos fora da creche. Entre jovens de 15 a 17 anos, idade para o ensino médio, a exclusão atinge 676.509.

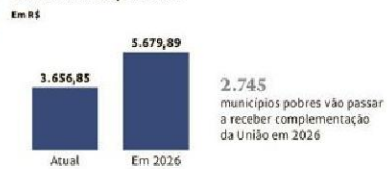
Fernando Abrucio, da Fundação Getúlio Vargas, diz que não há contradição entre aumentar gastos e melhorar gestão. Para ele, não colocar os desafios estruturais da área na conta é naturalizar a desigualdade no Brasil. "O gasto per capita é baixo, o que já justificaria o aumento, e o recurso também é mal distribuído. Não pode só distribuir a miséria, tem de aumentar para distribuir melhor".

No Ceará, apontado como exemplo de eficiência porque municípios pobres conseguiram bons resultados com recursos limitados, o estado aprovou lei, em 2009, que alterou a distribuição do ICMS para municípios com base em resultados educacionais.

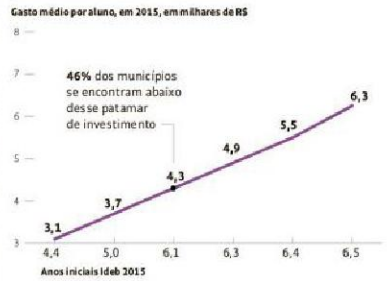
A PEC do Fundeb também prevê a medida e dá aos estados prazo de dois anos para a criação da legislação.

Em meio aos debates, Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, diz que mudanças não serão sentidas de um ano para o outro. "Educação é maratona, não é corrida de cem metros."

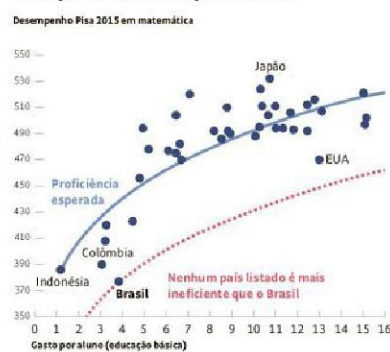
## Gasto mínimo por aluno



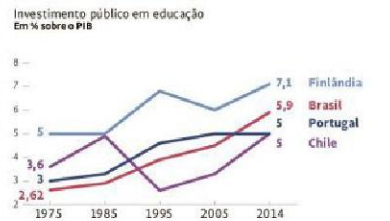
Há correlação entre baixo investimento por aluno e resultados do Ideb



## Gasto por aluno X Desempenho no PISA



Brasil alcança mais recentemente investimento relacionado ao PIB comparável a países ricos...



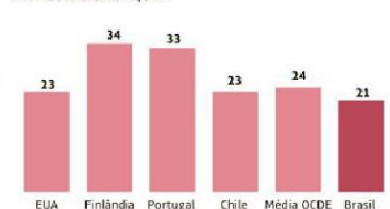
Gasto médio por aluno ainda é inferior do que em outros países



Gastos por aluno, anos iniciais do ensino fundamental



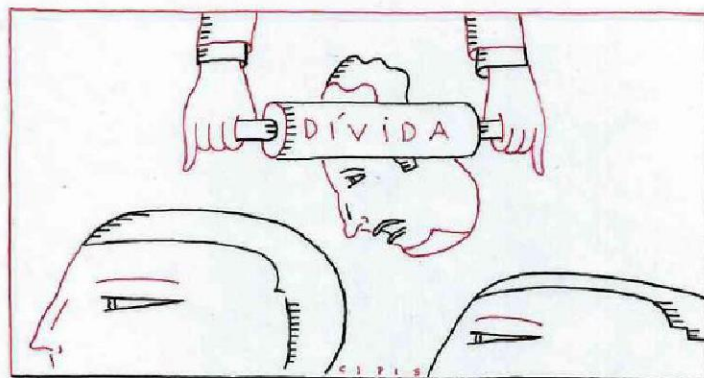
Investimento por aluno em relação a PIB per capita\*



\*Dados de 2016. OCDE, para o Brasil: Inep. Fontes: OCDE, Unesco, Inep, Todos Pela Educação, Madureira Junior, Paulo R.R., FGV, 2007 e Paes de Barros, R., Inspere



## poder



Cipi

## Dívida pública e moeda no Brasil pós-Covid

Não vejo solução sem aumento da carga tributária e sem reformas de longo prazo

**Arminio Fraga**

Sócio da Gêve Investimentos, é presidente do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS)

Um dos grandes desafios do mundo pós-Covid-19 está no financiamento do setor público. As demandas são imensas, e os recursos, escassos. Sem surpresa, como sempre, não há consenso entre economistas quanto às soluções.

Há quem defenda que, para um país que emite sua própria moeda, o risco de um default na dívida pública não existe, pois sempre é possível emitir para quitar a dívida. Não é claro para mim quem compraria a dívida de um país que adotasse essa política. Parece mais ameaça do que conforto.

Uma versão mais sofisticada afirma que se a economia crescer mais rapidamente do que a taxa de juros que incide sobre a dívida, as receitas tributárias crescerão mais do que a conta de juros, tornando possível conviver com um endividamento elevado

sem grandes preocupações.

A inspiração vem de fora. As taxas de juros pagas pelos governos das economias avançadas vêm caindo há cerca de 40 anos, chegando às impensáveis taxas negativas praticadas hoje em alguns países. Além disso, países estáveis, com histórico de bons pagadores, podem se endividar com prazo longo.

Japão, Estados Unidos e alguns países europeus (apoiados pelo Banco Central Europeu) captam recursos por prazo de dez anos a taxas nominais próximas de zero. Essas condições têm viabilizado expressivos aumentos de endividamento, para dar apoio às suas economias em tempos de crise como os atuais. Faz sentido... para eles.

Mas, mesmo para as economias maduras, essa política tem limites: (i) não há garantia de que a taxa de crescimento

ficará sempre acima da taxa de juros; (ii) não permite déficits públicos continuados; (iii) tampouco dívidas muito elevadas, sob pena de se ficar sem espaço para lidar com novas crises.

Essa é uma alternativa disponível para o Brasil? Parece-me que não. Acho mesmo que está no plano do delírio apostar que o governo brasileiro, com suas finanças precárias e seu histórico de inflação, confiscos e moratórias, poderia ser merecedor de tanto crédito. Cabe então buscar entender até onde o Brasil pode/deve se endividar.

É fato que as taxas de juros aqui nunca estiveram tão baixas, em parte cortesia da depressão econômica que estamos vivendo. No entanto, as taxas de juros para prazo de dez anos pagas pelos governos do Brasil e dos principais países de renda média estão

em torno de 5% a 7% ao ano, sendo as nossas em 7%. Essa significativa diferença em comparação com os países avançados espelha o medo por parte dos credores do não pagamento da dívida no seu vencimento, seja pela via da inflação, seja por reestruturação ou calote. Como a dívida hoje é denominada em real, mais provavelmente a perda seria imposta pela inflação.

Uma justificativa para um governo aumentar seu endividamento seria usar os recursos para investir em projetos com bom retorno. Entretanto, seja qual for o destino do gasto, a obtenção do financiamento adequado exige muita credibilidade, pois tipicamente os retornos vêm a longo prazo. Imaginem que um governo com as finanças desorganizadas, que investe pouco e mal, resolva aumentar

seu endividamento para fazer investimentos (presume-se que de alto retorno, por alguma métrica). Dá para acreditar? Por que não priorizou o investimento antes, se era tão bom? Tais promessas de bom comportamento não costumam ser críveis.

Mesmo quando se investe e bem, problemas podem surgir. Estudo há décadas as crises cambiais. O uso dos recursos emprestados importa menos do que se imagina.

Países que entraram em crise se endividaram para financiar consumo (México, em 1995) e gasto público (Brasil, em 1999), mas também investimento (Brasil, anos 1970, Ásia nos anos 1990). Minha conclusão é: o uso dos recursos para investimento não garante blindagem.

Uma condição necessária para que ocorra uma crise é que o endividamento seja grande e de curto prazo. Se for em moeda estrangeira, pior ainda. Mesmo em moeda nacional, pode haver corrida para o dólar e/ou inflação.

Um sinal de que o mercado já está pressionado no Brasil é a queda do prazo médio da dívida pública de um pico de 4,5 anos em 2016 para os 3,7 anos atuais. Tal queda em geral reduz o custo da dívida — é o caso hoje — mas ao encurtar o prazo dos vencimentos aumenta o risco de problemas com a rolagem da dívida.

As necessidades de financiamento do governo neste ano (a soma do déficit público com as amortizações de dívida do ano) devem chegar a 46% do PIB, cerca de 1,7 vez as reservas internacionais. Até a recessão que começou em 2014-15, esse número oscilava entre 20% e 25%. Minha avaliação é que estamos em zona de alto risco. Uma surpresa negativa interna ou externa pode detonar uma crise macroeconômica de enormes proporções, sobretudo dado que a economia ainda se encontra muito debilitada. Já passamos do ponto de acumular dívida.

O que fazer? Resta muito

pouco espaço para cortes no orçamento. As demandas de gastos ligados à pandemia devem adentrar o ano que vem.

Não vejo solução sem algum aumento da carga tributária pela via da eliminação dos elementos regressivos do Imposto de Renda e sem as reformas de longo prazo da Previdência e do Estado, como venho defendendo aqui desde antes da pandemia.

Não há por que temer um aprofundamento da recessão porque tais reformas não teriam impacto imediato e por que há muito espaço para uma recuperação clássica do consumo e do investimento, considerando que haja aumento na confiança. Lamentavelmente, parte expressiva das incertezas que hoje paralisa a economia são de cunho político e levam a crer que as reformas não ocorrerão. Dá medo pensar no que pode vir por aí.

Existe alguma saída através da emissão de moeda? Na era digital, boa parte do estoque de moeda rende juros. A política monetária é conduzida através da fixação da taxa de juros de curto prazo. Não existe mais a emissão monetária dos livros-texto antigos, onde se emitia uma moeda que não pagava juros e que nunca saía de circulação. Emitir moeda na prática equivale a emitir dívida com prazo bem curto, para financiar gastos ou compras de ativos (essa é a essência das operações de QE, "quantitative easing"). Não é solução.

No caso do Brasil, não há qualquer objeção conceitual a levar a taxa de juros a zero e até mesmo a praticar um QE típico, se for para atingir a meta de inflação. Mas não parece provável que ocorra. Como discutido, o crescimento desenfreado da dívida pública vem provocando um perigoso encurtamento de seu prazo médio. Essa alternativa é a opção disponível neste momento de pandemia. É uma opção para ganhar tempo. Se nada de mais fundamental for feito, terá sido apenas tempo perdido.

# Sem liberdade de imprensa não há democracia



ASSINE A  
**FOLHA**  
folha.com/assine

coronavírus mercado

Mercado de trabalho segue em trajetória de piora em julho

Percentual de pessoas ocupadas entre a população com idade de trabalhar cai a 48,1%, menor nível da série

Thais Carranza

SÃO PAULO As condições do mercado de trabalho pioraram no início de julho, aponta a Pnad Covid, pesquisa desenvolvida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para mensurar os efeitos da pandemia do coronavírus sobre o mercado de trabalho e a saúde dos brasileiros.

Levantamento referente à semana de 28 de junho a 4 de julho mostra que houve queda no número de ocupados, nível de ocupação entre as pessoas em idade de trabalhar no menor patamar da série histórica e desocupados diminuindo por saída do mercado de trabalho.

Entre o início de maio e a primeira semana de julho, o país perdeu 2,1 milhões de ocupações, segundo a Pnad Covid. Na primeira semana de julho, a população ocupada somava 81,8 milhões, ante 83,9 milhões de 3 a 9 de maio, início da série histórica da pesquisa. Na última semana de junho, os ocupados eram 82,5 milhões.

Com isso, o percentual de pessoas ocupadas entre a população com idade de trabalhar chegou ao menor nível da série histórica, em 48,1% na semana de 28 de junho a 4 de julho, ante 48,5% na semana anterior e 49,4% no início de maio.

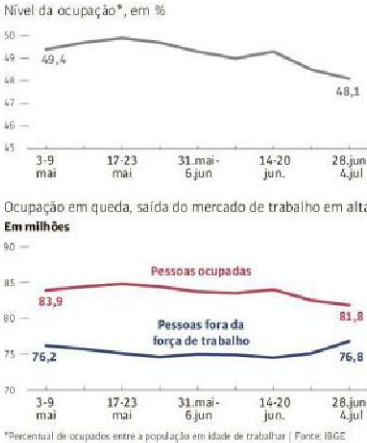
Os ocupados afastados do trabalho devido ao distanciamento social somavam 8,3 milhões na primeira semana de julho, metade do número de afastados do início de maio (16,6 milhões) e 2 milhões a menos do que na última semana de junho (10,3 milhões).

Segundo Maria Lucia Vieira, coordenadora da pesquisa no IBGE, entre o fim de junho e o começo de julho, uma parte dos afastados retornou ao trabalho e outra parcela foi para fora da força, ou seja, não voltou a trabalhar nem procurou trabalho.

O número de desocupados aumentou em 1,7 milhão desde o começo de maio, de 9,8 milhões para 11,5 milhões. Com isso, a taxa de desocupação subiu de 10,5% para 12,3% nesse intervalo.

Da última semana de junho

Mercado de trabalho piora no início de julho



Percentual de ocupados entre a população em idade de trabalhar | Fonte: IBGE

para o início de julho, no entanto, houve queda do número de desocupados, de 12,4 milhões para 11,5 milhões.

Essa queda no número de pessoas desocupadas está mais associada à saída dessas pessoas da força de trabalho do que a entrada na população ocupada. São pessoas que, naquela semana, não procuraram trabalho por algum motivo", afirma Maria Lucia.

A população fora da força de trabalho somava 76,8 milhões na primeira semana de julho, um crescimento em relação aos 75,1 milhões registrados na semana anterior, e estatisticamente estável na comparação com o início de maio (76,2 milhões).

Da população fora da força de trabalho, 19,4 milhões gostariam de trabalhar, mas não o fizeram por causa da pandemia ou por não encontrar uma ocupação na localidade em que moravam.

Esse contingente aumentou em relação à semana anterior (17,8 milhões), mas permaneceu estável em comparação com a semana de 3 a 9 de maio (19,1 milhões).

Os ocupados trabalhando remotamente somaram 8,9 milhões na primeira semana de julho, número estatisticamente

Com alta da gasolina, prévia da inflação sobe, mas menos do que o esperado

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO A alta no preço da gasolina, após meses de quedas, pressionou a prévia da inflação de julho, que ficou em 0,30%, ante 0,22% em junho. O índice, no entanto, ficou bem abaixo da projeção de 0,52% da Bloomberg.

Segundo o IBGE, a gasolina subiu 4,47%, puxando a alta no grupo dos Transportes para 1,11% e exercendo o principal impacto sobre o IPCA-15. No dia 8, a Petrobras havia anunciado que iria subir em 5% o preço da gasolina, no que foi o oitavo aumento seguido desde maio, quando a empresa iniciou o ciclo de alta, acompanhando a recuperação das cotações internacionais do preço do petróleo após a reabertura da economia em diversos países.

O reajuste levou o litro da gasolina a sair das refinarias do estatal por um valor de R\$ 1,85, em média, o que equivale a uma proporção 60% superior ao registrado antes do início da sequência de aumentos.

De acordo com o IBGE, outros combustíveis também subiram na análise do IPCA-15 de julho: etanol (4,92%), óleo diesel (2,50%) e gás veicular (0,91%). Também pesou em Transportes o aumento nas tarifas de metrô (2%), puxada principalmente pelo reajuste de 8,70% nas passagens do Rio de Janeiro. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, 5 apresentaram alta em julho. Habitação subiu 0,5% por

causa do aumento das tarifas de energia elétrica (1,23%) em seis regiões do Brasil. Em Fortaleza, por exemplo, a alta foi de 5,15%.

Outros itens que registraram aumento foram a taxa de água e esgoto (0,13%) e o gás encaixado (0,08%).

O grupo do Vestuário apresentou deflação de 0,91%, com queda nos preços das roupas feminina (-1,32%) e masculina (-1,88%), além de infantis (-0,59%), calçados e acessórios (-0,88%).

O ramo de Alimentação e bebidas, por sua vez, apresentou queda de 0,13%, interrompendo quatro meses seguidos de altas. Cairam os preços do tomate (-22,75%), da batata inglesa (-20,70%), da cenoura (-18,60%) e do abacaxi (-7,09%).

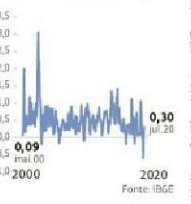
Nos índices regionais, só o Rio (-0,07%) teve deflação no IPCA-15 de julho.

Por outro lado, Curitiba registrou a maior inflação (5,76%).

No ano, o IPCA-15 acumula alta de 0,67%, e, nos últimos 12 meses, de 2,13%

Prévia da inflação acumula alta de 0,67% em 2020

Combustíveis pesam em julho



Fonte: IBGE

Via Plau 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Table with financial data for Via Plau 2 Empreendimentos e Participações S.A., including balance sheet and income statement items.

Via Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Table with financial data for Via Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A., including balance sheet and income statement items.

Via Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.

Table with financial data for Via Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A., including balance sheet and income statement items.

Via Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.

Table with financial data for Via Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A., including balance sheet and income statement items.

Via Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Table with financial data for Via Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A., including balance sheet and income statement items.

Via Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.

Table with financial data for Via Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A., including balance sheet and income statement items.

A lista de demonstrações financeiras, elaborada de acordo com o disposto no artigo 167 da Lei nº 6.402/2006, encontra-se disponível no site da Companhia.

A lista de demonstrações financeiras, elaborada de acordo com o disposto no artigo 167 da Lei nº 6.402/2006, encontra-se disponível no site da Companhia.

A lista de demonstrações financeiras, elaborada de acordo com o disposto no artigo 167 da Lei nº 6.402/2006, encontra-se disponível no site da Companhia.

# Sem reformas, sem futuro

Sem incluir o ICMS, a reforma tributária do governo é capenga

Rodrigo Zeidan

Professor da New York University Shanghai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFRJ

A reforma tributária que finalmente foi ao Congresso, infelizmente, não tem ao menos bode na sala. As duas políticas mais importantes em discussão no Brasil, hoje, são a reforma fiscal e a renda básica. Infelizmente, para uma, o governo apresenta algo ruim, e a outra, ignora.

Em relação à reforma tributária, há proposta no Congresso muito superior à CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que é a criação do governo. É a PEC 45, que está em tramitação na Câmara e substi-

tui cinco tributos federais, estaduais e municipais (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Não há menor sombra de dúvidas: a IBS é muito, mas muito melhor que a CBS. Politicamente, a IBS é mais difícil de ser aprovada, já que muda a distribuição de recursos para os estados ao englobar o ICMS. Mas, sem incluir o ICMS, a reforma do governo é capenga.

Capital político é limitado, e o governo tem que ser mui-

to inteligente no seu uso. Já vimos o que aconteceu no governo de Temer. Em vez de fazer a reforma mais importante primeiro, sua gestão preferiu começar pela reforma trabalhista. Acabou não conseguindo realizar a reforma da Previdência. Por sorte, o Congresso encampou e passou a reforma da Previdência.

O governo foi eleito com capital político para fazer reformas. Depois de várias promessas de envio das reformas "na semana que vem", a primeira proposta que vem à mesa é

uma decepção. Normalmente, o governo propõe algo ambicioso, incluindo um bode na sala, para que a negociação política crie algo possível. Contudo, temos agora uma proposta que já nasce sem grandes aspirações.

Ou seja, o governo está abdicando da sua responsabilidade de liderar o processo. Não há razão para o governo ter ignorado a PEC 45. Talvez seja ego, com gestores preferindo algo fraco, mas criado por eles.

Em relação à renda básica,

não há surpresas: gente do governo que sempre torceu o nariz para o Bolsa Família não vai, de forma alguma, liderar qualquer projeto para trazer renda aos mais pobres.

A proposta do Renda Brasil nada mais é que repaginar o Bolsa Família por razões ideológicas, retirando a marca criada por governos de esquerda.

A que estão fundamental da renda básica, que falta ser discutida, é o que se espera do projeto. Hoje, há evidências incontestes de que o Bolsa Família e outros programas de transferência de renda são excelentes mecanismos de erradicação da extrema pobreza. Mas o passo seguinte, diminuir a pobreza, é diferente.

Sabemos que a maior parte das famílias brasileiras está presa na armadilha da pobreza. Se escapar da pobreza requer capital (para investimento em educação, por exemplo),

quem começa sua vida sem dinheiro e crédito não consegue investir em capacitação e, portanto, não consegue ascender socialmente.

Como é processo de longo prazo, encontrar evidências para a armadilha da pobreza é difícil. Entretanto, artigo recente, de Clare Balboni e colegas, consegue fazê-lo, analisando programa de transferência de renda para mulheres pobres em Bangladesh.

A partir de um certo valor, a maior parte das mulheres consegue investir para acessar melhores empregos, mas suas colegas, que não receberam a mesma quantia, continuam presas à pobreza.

O potencial transformador da renda básica é imenso, se realizada de forma eficiente. Mas vamos ter que fazê-lo contra a vontade do governo. Quem diria que o Congresso seria a nossa fonte de esperança?

BOEM, Samuel Pessoa | SEG, Marcia Dessen | TER, Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA, Helio Beltrão | QUI, Cida Bento, Solange Srouf | SEX, Nelson Barbosa | SÁB, Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

# Credores da Latam Airlines se opõem a proposta de empréstimo

SÃO PAULO | REUTERS Uma proposta de empréstimo de US\$ 2,45 bilhões (R\$ 13 bilhões) para a companhia aérea em recuperação judicial Latam, a ser feita pela Oaktree Capital Management e pelos acionistas da companhia aérea, encontrou oposição dos credores, que afirmam que o financiamento é muito caro.

Os credores encaminharão objeção ao empréstimo na quinta-feira (23) ao tribunal que supervisiona a recupera-

ção judicial da Latam em Manhattan, segundo documentos vistos pela Reuters.

"É uma proposta muito grande, muito cara e não é suportada por um processo de divulgação justo e adequado", afirmou um comitê que representa credores sem garantia da companhia aérea nos documentos.

Os credores afirmam que a Latam deveria explorar empréstimos mais baratos. Eles também questionaram se a

Latam precisa mesmo dos US\$ 2,45 bilhões, citando que os assessores financeiros recomendaram US\$ 2,15 bilhões (R\$ 11 bilhões) em financiamento para a continuidade das operações da empresa.

Os credores também afirmaram que a Oaktree e outros participantes do financiamento proposto teriam direito a converter a dívida que possuem na Latam em participação na empresa com um desconto implícito de 32% quan-

do a companhia aérea deixar o processo de recuperação.

Depois que a Latam assegurou um financiamento inicial de US\$ 900 milhões (R\$ 4,6 bilhões) com os acionistas Cuelo Group e Qatar Airways, a companhia fez um novo anúncio dizendo que tinha como objetivo levantar até US\$ 2,45 bilhões para suas operações.

A empresa então anunciou o financiamento de US\$ 1,3 bilhão (R\$ 6,7 bilhões) com a Oaktree em neste mês, ao la-

do de um potencial adicional de US\$ 250 milhões (R\$ 1,29 bilhão) de outros acionistas.

A Latam busca reestruturar US\$ 8 bilhões (R\$ 42,8 bilhões) em dívida. A empresa é a maior companhia aérea do mundo até agora a buscar proteção contra credores na Justiça como consequência das medidas de distanciamento social.

Representantes da Latam e da Oaktree não comentaram o assunto.

## Voos na China recuperam 80% do nível pré-pandemia

As companhias aéreas chinesas operaram 13.059 voos de passageiros na quinta (23), informou a Caac (Administração de Aviação Civil da China). A indústria de aviação observa atentamente a capacidade na China como um indicador das tendências de recuperação da demanda.

folha.com/industria-em-debate

## semináriosfolha

# webinar Indústria em debate

### Custo Brasil e Reforma Tributária

No próximo **Seminário Folha**, lideranças empresariais e especialistas debaterão com Rodrigo Maia – presidente da Câmara dos Deputados – o peso dos impostos no custo Brasil e a importância de uma reforma tributária que possibilite o aumento da competitividade da indústria, bem como que contribua para uma retomada consistente e sustentável na economia nacional no pós-pandemia.

**Seminários Folha. O Brasil precisa ser discutido.**



**RODRIGO MAIA**  
presidente da Câmara dos Deputados



**ROBSON ANDRADE**  
presidente da CNI



**AFFONSO CELSO PASTORE**  
economista



**JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO**  
presidente da Abiplast e vice-presidente da Fiesp

#siga<sup>folha</sup>

- Caderno especial com cobertura do evento.
- Vídeos e reportagens no site da Folha.

**30 de julho**  
10h às 12h

**Evento gratuito**

Assista ao vivo em [folha.com/industria-em-debate](https://folha.com/industria-em-debate) pelo seu computador, tablet ou celular

**WhatsApp para perguntas ao vivo**  
11 99648-3478

Patrocínio:



PELO FUTURO DO TRABALHO

Realização:



NÃO DA PRA NÃO LER

Veículo: Estadão	
Data: 25 a 27.07.2020	Caderno: Economia



## Cadê a reforma tributária do governo?

É preciso mais humildade e diálogo do Ministério da Economia, sem o que ficará difícil de avançar

**Claudio Adilson Gonzalez, O Estado de S.Paulo**

27 de julho de 2020 | 05h00

Não sei se por arrogância, dificuldade de coordenação da equipe ou falta de experiência com políticas públicas, o Ministério da Economia, sob a batuta de Paulo Guedes, insiste em reinventar a roda. E, quando apresenta sua criação, vem com um objeto estranho, com contorno mais parecido com um polígono irregular do que com um círculo.

Foi assim na reforma da Previdência, só entregue à Câmara 50 dias após a posse de Bolsonaro, apesar de se tratar de tema muito maduro do ponto de vista técnico. Mas Guedes cismou com a implantação de um regime por capitalização impossível de ser financiado, dado o enorme buraco já existente para pagar os atuais benefícios.

Quando seus desejos não foram atendidos, e sem disposição para negociar, criticou duramente o trabalho do deputado Samuel Moreira, relator da matéria, chegando até mesmo a sugerir aos parlamentares que não aprovassem o relatório.

Ocorreu o mesmo com a chamada PEC emergencial, instrumento destinado a disparar medidas restritivas ao gasto público quando o cumprimento da regra de ouro estivesse em risco. O governo desconheceu completamente o fato de que a discussão do tema já estava bem avançada na Câmara, no âmbito da PEC 438/19, e entrou com uma medida nova no Senado, em vez de negociar alterações com os parlamentares na matéria já em curso.

Essa conduta se repete agora, com o Projeto de Lei 3.887/20, que institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), o IVA federal, pomposamente chamado pelo governo de primeira fase da reforma do sistema tributário brasileiro.

Não é que não haja méritos em substituir o atual PIS/Cofins por um tributo sobre o valor adicionado, com formato mais próximo do que se pratica na maior parte das economias avançadas do mundo. O problema é novamente passar por cima de uma reforma mais ampla, com discussão muito avançada na Câmara, a saber, a PEC 45/19, que cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Como se sabe, o IBS, além de abarcar a proposta federal para o PIS/Cofins, também extingue o IPI, o ISS (municipal) e o ICMS, este último, sem dúvida, o mais complexo, litigioso e ineficiente tributo do País.

O governo alega que não pretende entrar em questões de alçada dos Estados e municípios. Como assim? O desempenho da economia depende de todo o sistema tributário, nos três níveis federativos, e é exatamente função da União tentar coordenar o processo de reforma tributária em âmbito nacional.

E nunca se viu tanta disposição – não só no Congresso, como também entre governadores e prefeitos – para enfrentar, em seu conjunto, o problema tributário brasileiro.

Na quarta-feira (22/7), após reunião com o secretário especial da Receita Federal, José Tostes Neto, o presidente do Consefaz (conselho que reúne os secretários estaduais de Fazenda), Rafael Fonteles, defendeu que a proposta do governo de unificação do PIS/Cofins seja votada junto com as outras que tramitam no Legislativo para a unificação dos demais tributos estaduais e municipais sobre o consumo.

Além disso, a proposta federal para a CBS tem falhas graves e é inoportuna politicamente. Mantém muitas exceções e impostos monofásicos, propõe alíquota excessivamente elevada (12%), que muito provavelmente resultará em aumento da carga tributária, e, sem um mecanismo de transição suave como o da PEC 45/2019, eleva, no curto prazo, a tributação dos serviços, sabidamente o setor mais prejudicado pela crise econômica desencadeada pela pandemia de covid-19. Isso provocará enorme resistência de vários segmentos, dificultando muito a tramitação da matéria.

É preciso mais humildade e diálogo da parte do Ministério da Economia, sem o que ficará difícil avançar no processo de reformas econômicas. Infelizmente, essa atitude é rara de encontrar no governo Bolsonaro.

Veículo: Estadão	
Data: 25 a 27.07.2020	Caderno: Economia



## Os dados fiscais e a autodeterminação

Rebeca Drummond de Andrade Müller\*

27 de julho de 2020 | 07h00

Se nos anos 50 as informações eram valiosas para que países como os Estados Unidos investigassem livremente aqueles por eles eleitos como “antifascistas prematuros”, a exemplo de Charles Chaplin, os anos 2000 estabelecem um paradigma que realça a preciosidade dos dados a partir de uma releitura de direitos, como o sigilo, e de novas nuances dadas às garantias, como a intimidade e a privacidade.

Na virada do século, o mundo começou uma nova etapa, dessa vez baseada na revolução digital. Com a chegada da “Quarta Revolução Industrial”, lembrada por Klaus Schwab, líder do Fórum Econômico Mundial, os dados são elevados ao status de matéria-prima, tal como foi o ferro na era industrial. Vivemos na era da informação, do uso intensificado de big data por agentes privados e gestores públicos como uma ferramenta que oferece auxílio na tomada de decisões.

Nessa equação, nem o Brasil, tampouco os contribuintes, ficaram de fora. Vieram a Lei do Sigilo Bancário (LC 105/2001), com a previsão de compartilhamento de dados entre instituições financeiras e a Receita Federal sem a necessidade de uma decisão judicial prévia; e a

introdução do inciso XXII ao art. 37 da Constituição Federal, que prevê a atuação integrada da Administração Tributária.

PUBLICIDADE  
[Ads by Teads](#)



Rebeca Drummond de Andrade Müller. Foto: Acervo pessoal

Em 2016, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade do envio de informações pelas instituições financeiras à Receita Federal com base nos arts. 5º e 6º da LC 105/2001 e seus decretos regulamentadores. Em 2019, a Corte chancelou o compartilhamento amplo e irrestrito de dados entre a Receita e o Ministério Público Federal, para fins penais, e com o Coaf. Preponderou o interesse público – proteção da arrecadação tributária e o combate ao crime organizado – sobre o sigilo, a privacidade e a intimidade, tendo como premissa que a troca e o compartilhamento



dentro da estrutura pública seria uma transferência de sigilo, não a sua quebra.

A proteção dos dados no Brasil já não é mais uma novidade, embora as controvérsias ainda parem sobre ela. Temos a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) e até uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 17/2019) para alçar essa proteção, de forma expressa, ao patamar de garantia constitucional. Precisamos, agora, inserir os dados fiscais dos contribuintes nesse esforço protetivo, sobretudo os dados das empresas. Vale lembrar que a nossa LGPD não abarca pessoas jurídicas.

O esforço é necessário, porque vai além da massificação de dados. Após a sinalização favorável do STF, a cadeia do fluxo de troca e compartilhamento de dados e informações tem sido cada vez mais ampla. Exemplo disso é o envio para a CGU e ao TCU, para efeitos de controle externo, regulamentado pelo Decreto nº 10.209/2020. Mais recente é o convênio firmado em 20.07.2020, entre a CVM e a Receita Federal.

Sob a guarda do Fisco, a plataforma “Receita Data” reúne dados tributários e aduaneiros, uma estratégia de big data governamental que viabiliza o cruzamento de informações.

No caso do Ministério da Economia, o compartilhamento desses dados se dá por meio do uso do “lago de dados” – um repositório de armazenamento que exige um plano rígido de segurança cibernética. Nessa relação tecnológica, o SERPRO é uma espécie de intermediário na relação de repasse de informações entre a Receita e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Não nos esqueçamos que o nosso sistema

eletrônico de escrituração é moderno e unificado em boa parte por meio do SPED.

Nada obstante possamos encontrar balizas básicas na LC 105/2001 e nos Decretos 3.724/2001 e 4.489/2002, tais como punição ao servidor que vazar informações protegidas pelo sigilo, a existência de procedimento administrativo fiscal prévio, verdade é que o manejo de dados já não é mais como aquele previsto no início dos anos 2000.

Não se trata de impossibilitar o trânsito dos dados fiscais, mas de reconhecer que nem todos os contribuintes vivem de cometimento de ilícitos. Também, que vazamentos e o mau uso podem ocorrer, representando o fim de uma estrutura econômica ou até mesmo uma perseguição seletiva.

Qual a finalidade específica do uso dos dados fiscais requeridos pelo Estado? Por quanto tempo esses dados ficarão disponibilizados? Que tipo de governança será conferida a eles? Terceiros de alguma forma relacionadas podem ter seus dados acessados livremente? É possível despojar o particular de qualquer tipo de controle ou quanto ao uso, pelo Estado, de algo tão intrinsecamente ligado à sua própria identidade?

Esses questionamentos demonstram que a massificação dos dados há de acompanhar balizas protetivas modernas e transparentes. Se, por um lado, mitigamos o sigilo, é imprescindível que reflitamos sobre a necessidade de edição de uma lei federal que não apenas trate da proteção dos dados fiscais, mas que unifique os procedimentos e nos traga o equivalente funcional do sigilo, isto é, a autodeterminação

informativa, a reger essa relação cada vez mais intensa entre o particular e a Administração Pública.

Veículo: Estadão	
Data: 25 a 27.07.2020	Caderno: Economia



## Os impactos da (eventual) reforma constitucional tributária no agronegócio

Gabriel Hercos da Cunha\*

27 de julho de 2020 | 08h30

Uma das certezas trazidas pelo COVID-19 é que o agronegócio é essencial para o Brasil: seja alimentando a população, gerando riquezas ou empregando uma massa trabalhadora de um terço dos brasileiros. No campo, competimos de igual para igual com qualquer outro país do mundo. Mas existe um tema que atualmente tira o sono de qualquer pessoa ligada ao campo: os projetos sobre reforma constitucional tributária, em discussão no Congresso Nacional. A reforma tributária em trâmite no Legislativo trará vantagens para o setor? Ainda, é uma boa hora para discutirmos este assunto tão complexo? Embora impossível exaurir o tema, dado sua complexidade, são esses pontos que o presente artigo discute, com o objetivo de alertar os nossos Congressistas.

O agronegócio é o motor da economia brasileira. Apesar de quase todos os setores da economia terem apresentado forte retração por conta da pandemia, segundo dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Esalq/USP, no primeiro quadrimestre desse ano, o Produto Interno

Bruto do agronegócio brasileiro teve alta de 3,78%. Em síntese, o agronegócio é que está puxando o gigante do atoleiro.

Contudo, apesar de sua importância, o setor não está sendo ouvido sobre os impactos negativos, caso aprovado algum dos Projetos de Emenda à Constituição em discussão no Congresso Nacional (PECs 45/2019 e 110/2019). Com o pretexto de simplificar a “pandemia” tributária que vivemos no país – o que é um fato – as propostas causarão um efeito indesejado: a carga tributária para o setor aumentará consideravelmente, segundo estudos de entidades ligadas ao setor – o que é simples de se verificar pois atualmente há isenções, suspensões ou reduções de base de cálculo que deixarão de existir. A PEC 45/2019, por exemplo, estabelecerá alíquota única de 25% para todos os setores (sem nenhum tipo de benefício fiscal). Já a PEC 110/2019 traz algumas alíquotas (também sem benefícios fiscais).

#### PUBLICIDADE [Ads by Teads](#)

Além do aumento da carga tributária no setor, há um grande receio quanto à tomada dos referidos créditos dos insumos da cadeia do agronegócio. No que tange a PEC 45/2019, segundo seus idealizadores, o imposto seria totalmente não-cumulativo e o excedente seria devolvido ao contribuinte em 60 dias, colocando fim às infinitas discussões sobre o que o contribuinte pode ou não se creditar. A intenção é válida e bem-vinda, se fosse efetivada, mas no texto da norma não está claro que o crédito será automático. No mesmo sentido, não se acredita que o imposto seria devolvido em 60 dias – na prática já existem normas no atual sistema sobre devolução de crédito acumulado, mas o retorno ao caixa da empresa nunca é uma tarefa fácil, basta perguntar para qualquer empresário brasileiro.

Ressalta-se ainda o possível o aumento de gastos com compliance contábil-tributário. Em ambos os projetos, há um longo período de transição. Durante esse período de transição, haverá um aumento considerável de dinheiro despendido com compliance, tendo em vista que o sistema “antigo” estaria ainda vigente, bem como o novo entraria em vigor. Para se ter uma ideia, segundo dados do Banco Mundial, atualmente, as empresas já gastam 1.958 horas por ano para cumprirem as obrigações fiscais no Brasil. Imagina com mais um novo imposto durante o período de transição? Assim, o “caos” tributário que vivemos, seria apenas agravado. O que já é ruim, durante o período de transição, piorará e muito. Esse é um ponto atingirá todos os setores e não somente o agronegócio.

Será que a simplificação ventilada pelos defensores das reformas constitucionais tributárias em discussão no Congresso Nacional, trará mesmo benefícios para a sociedade brasileira e para um setor que está ajudando o Brasil a atravessar essa crise? Nem todo mal, vem para bem. Nesse caso, o mal virá para piorar a situação. Os produtos do agronegócio perderão competitividade internacional e isso trará sérias consequências ao setor. Não foram apresentados até o momento, pelos defensores das PECs, estudos que comprovam que não haveria aumento da carga tributária. Nenhuma planilha foi apresentada. E sem a demonstração de que não haverá aumento de tributos, as chances de as PECs irem adiante são bem pequenas.

Não bastassem os pontos suscitados, é a ocasião apropriada para discutir um assunto tão complexo, com pressa e o país passando por um delicado momento de saúde e de finanças públicas? Tudo indica que não. Os entes da Federação vão querer aumentar a “fatia do bolo” e

quem pagará a conta é o setor que está forte e sustentando o País, mesmo durante a crise. O agronegócio, infelizmente, “pagará o pato”.

Caso o Legislativo entenda que é o momento para alterações tributárias, o ideal seria uma reforma infraconstitucional. Geraldo Ataliba já dizia “imposto bom é imposto velho”. Essa corrente, de uma reforma infraconstitucional tributária, é defendida por renomados tributaristas brasileiros, como os Professores da Universidade de São Paulo, Fernando Scaff e Heleno Torres. Em vez de gastarmos tempo discutindo PECs que aumentarão a arrecadação e o estrangulamento das empresas brasileiras, principalmente as do agronegócio, seria relevante o Congresso Nacional discutir a reforma administrativa, que trará redução de despesas para os entes públicos. O nível de arrecadação não é o problema de nosso País, mas sim o tamanho da máquina pública e seus gastos desnecessários.

Resta claro, portanto, que os impactos de eventual reforma constitucional tributária para o agronegócio são negativos e é certo que o momento delicado vivido, não é o ideal para discutirmos o tema. O agronegócio é a locomotiva do país e ele não para, mas eventual reforma constitucional tributária, poderá puxar o freio do setor, que está em plena aceleração e com excelentes perspectivas de aumentar ainda mais seu crescimento, ajudando o Brasil a sair do atoleiro.

Veículo: Estadão	
Data: 25 a 27.07.2020	Caderno: Economia



## Reforma tributária pode aumentar os preços de produtos da cesta básica

Pelo projeto apresentado ao Congresso, empresas isentas do novo CBS não poderão mais usar créditos para compensar o pagamento de outros impostos; para Receita, medida evita aumento de alíquota

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

25 de julho de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - A proposta de **reforma tributária** do governo manteve a isenção de tributos da cesta básica, mas alterou uma regra que pode levar os fabricantes desses produtos a aumentar seus preços, segundo especialistas ouvidos pelo **Estadão**. Pelo projeto, as empresas isentas da nova **Contribuição Social sobre Operação com Bens e Serviços (CBS)** não poderão mais aproveitar créditos gerados ao longo da cadeia de produção para abater outros impostos.

A preocupação de a reforma tributária provocar alta dos preços ao consumidor e aumentar a inflação entrou no radar depois que o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, apresentou o projeto do governo **para substituir PIS/Cofins com alíquota única de 12%** – considerada elevada por empresas e acadêmicos.



Se o texto for aprovado da forma como está, as empresas que fabricam produtos que têm isenção, como os da cesta básica, terão de devolver esse crédito ao Fisco – estornar, na linguagem técnica. Esse tipo de crédito funciona, na prática, como dinheiro e é usado pelas empresas para abater o pagamento de outros tributos devidos à **Receita**.

A intenção do governo era acabar com a desoneração dos produtos da cesta básica, com a promessa de que parte do aumento da arrecadação seria devolvida aos mais pobres por meio do **Renda Brasil**, um novo programa de distribuição de renda. Na última hora, porém, o governo desistiu da proposta, mas acabou com a possibilidade de uso de créditos tributários.

A Receita não quis comentar o risco de as empresas aumentarem os preços e informou que a regra proibindo o aproveitamento do crédito foi pensada para limitar o benefício de isenção à etapa de produção do produto. Segundo o Fisco, a regra diminui a abrangência do benefício, evitando a necessidade de aumento da alíquota geral da CBS para além dos 12%.

“É um tiro no pé”, diz **Vinicius Jucá Alves, sócio da área tributária da Tozzini Freire Advogados**. A consequência, segundo o especialista, será um aumento da carga tributária sobre esses produtos, que pode ser repassado para o consumidor final. Alves dá como exemplo um fabricante de massa que compra farinha de trigo, produto isento, mas também precisa de outros insumos e equipamentos que não têm isenção. Sem poder usar o crédito para abater os impostos, o fabricante tende a incluir no preço final os 12% que pagou do novo imposto sobre esses itens.

“No modelo atual, empresa que vende um produto isento tem direito a manter o crédito do **PIS/Cofins** para compensar com **Imposto de**

**Renda** e outros tributos”, explica. “Esse crédito, que era dinheiro para a empresa, vai ter de ser jogado fora.”

O **presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), João Dornellas**, afirmou que o setor está analisando o impacto da proposta. Segundo ele, a carga tributária média sobre os alimentos, incluindo os da cesta básica, é de **23%** – “uma das maiores do mundo”, quando comparada a de países com desenvolvimento similar ao do **Brasil**, como **México** e **Turquia**. Ele diz que a média internacional é da ordem de **7%**. “Não podemos esquecer que alimento é essencial e tem impacto direto na renda das famílias brasileiras.”

Para **Luca Salvoni, sócio da área tributária do escritório Cascione Pulino Boulous**, a nova norma pode implicar aumento de carga se comparada à carga atual de PIS/Cofins (a alíquota atual é de 9,25%). “Poderá ser verificado um aumento da carga final do produtor de itens da cesta básica, considerando a impossibilidade de manutenção dos créditos decorrentes da venda desses produtos”, diz ele.

Já o **advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara, sócio da Bichara Advogados**, considera que o problema da regra foi feita para aumentar a arrecadação da nova contribuição proposta pelo governo. “É uma estratégia para aumentar a arrecadação, mas gera aumento (de preço) ao consumidor porque o custo do insumo que não gerou o crédito vai para o preço.”

Veículo: Estadão	
Data: 25 a 27.07.2020	Caderno: Economia



## Área técnica do TCU diz que ajuda a Estados e municípios deve ser registrada como despesa

Governo, inicialmente, computou repasses para ajuda com pandemia da covid-19 como transferência; após representação, ministro do TCU determinou que Economia, PGFN, AGU e CGU se manifestem sobre o tema em até 15 dias

**Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo**

26 de julho de 2020 | 15h52

BRASÍLIA – A Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) do Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou uma representação argumentando que as ajudas emergenciais de R\$ 76 bilhões do governo federal a Estados e municípios durante a pandemia de covid-19 devem ser contabilizadas como despesas da União e não como transferências aos entes. Com isso, esses gastos não poderiam ser deduzidos do cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) do Governo Central em 2020 e deveriam ser fiscalizados por órgãos federais, como o próprio TCU.



BrPara ajudar governadores e prefeitos a arcar com os custos do enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, o governo de Jair Bolsonaro editou a Medida Provisória 938 para transferir R\$ 16 bilhões aos governos regionais no começo de abril Foto: Werther Santana/Estadão

Após a representação da área técnica, o ministro do TCU, Bruno Dantas, determinou que o Ministério da Economia, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) se manifestem sobre o tema em até 15 dias.

Para ajudar governadores e prefeitos a arcar com os custos do enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, o governo de Jair Bolsonaro editou a Medida Provisória 938 para transferir R\$ 16 bilhões aos governos regionais no começo de abril. No fim de maio, o Congresso aprovou a Lei Complementar 173/2020 com um reforço adicional de R\$ 60 bilhões para os entes subnacionais.

A área técnica do TCU alerta que o Ministério da Economia já deduziu do cálculo da Receita Corrente Líquida federal o repasse de R\$ 16 bilhões em abril. O documento aponta que o governo ainda não informou se pretende deduzir da RCL também a segunda ajuda de R\$ 60 bilhões.

Para a Semag, esse abatimento da RCL não poderia ser feito. “A partir do exame empreendido nestes autos, conclui-se que os repasses dos auxílios financeiros em questão têm natureza jurídica federal, constituindo despesas próprias da União custeadas com recursos de fontes provenientes da emissão de títulos públicos (Fonte 144) da remuneração das disponibilidades do Tesouro nacional (Fonte 188), que, somados, chegam a R\$ 76 bilhões”, argumenta a área técnica do TCU.

A representação lembra que os recursos transferidos durante a pandemia tiveram destinações definidas pela própria União, sendo R\$ 10 bilhões para ações de Saúde e Assistência Social e outros R\$ 50 bilhões com aplicação restrita – não podendo, por exemplo, bancar reajustes de salários de servidores estaduais e municipais.

“Nos termos aprovados, não há razão plausível para que tais repasses sejam considerados recursos próprios dos entes subnacionais”, completa a representação.

Ainda para fundamentar o que classificou como “inequívoca natureza federal” dessas despesas, a área técnica alega que a repartição dos auxílios da União não teve como finalidade a redução das desigualdades sociais, que seria a razão de existir dos fundos de participação dos Estados (FPE) e dos municípios (FPM). Tanto que Estados mais ricos receberam maiores repasses por concentrarem uma parcela maior da população atingida pela pandemia.

“Essa distribuição demonstra-se coerente com as normas do Sistema Único de Saúde (SUS), pautada em critérios que consideram as necessidades de saúde da população, as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica, dentre outras”, acrescenta o documento.

Por fim, a Semag defende a competência do TCU e de outros órgãos federais para a fiscalização da aplicação desses recursos. Nesse sentido, os órgãos de controle locais poderiam atuar em “solidariedade ativa”, provocando a atuação dos órgãos federais em casos de indícios de irregularidades.

Veículo: Estadão	
Data: 25 a 27.07.2020	Caderno: Economia



## Com justiça e racionalidade

José César da Costa\*

27 de julho de 2020 | 07h00

José César da Costa. Foto: Divulgação

A discussão sobre a Reforma Tributária retornou aos holofotes essa semana quando o ministro Paulo Guedes entregou ao Congresso Nacional a proposta do Executivo para a reformulação do sistema tributário brasileiro.

Não é de hoje que o setor produtivo cobra das autoridades uma ação concreta de reformulação de um modelo esquizofrênico de cobrança de impostos e tributos. Pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC Brasil em abril desse ano mostra que para 92% dos empresários a reforma tributária precisa ser aprovada com urgência.

À época da pesquisa, a percepção da grande maioria dos empresários de comércio e serviços era de que a reforma teria efeitos bastante positivos sobre diversos aspectos da economia, sobretudo para o crescimento do PIB e o favorecimento às famílias de baixa renda, barateando a cesta básica e devolvendo os tributos pagos no consumo de produtos (83%).

Com a crise causada pela pandemia da covid-19, o debate se tornou ainda mais urgente. Afinal, como atravessar um momento tão grave com um sistema de tributação atrasado, injusto e de uma complexidade que só serve para onerar o empresário, estimular a sonegação e dificultar contratações.

Um dos pontos de consenso do setor que mais emprega no país é a necessidade de desoneração da folha de pagamentos. O comércio e o serviço foram duramente atingidos pelas medidas de isolamento social. Um país que já soma mais de 13 milhões de desempregados não pode mais se dar ao luxo de ter uma carga tributária de 20% sobre a folha de pagamentos. Reduzir esse peso é condição para que o setor produtivo mantenha os empregos e gere renda para a população.

Se o Brasil quiser superar a crise econômica e voltar a crescer de forma minimamente condizente com o seu tamanho, terá que voltar os olhos para as dores das micro e pequenas empresas. Nesse sentido, arrecadar de maneira justa e racional é um imperativo, assim como rejeitar qualquer forma de novos impostos, tenham eles o nome que tiverem.



## Sonegação fiscal e a lavagem de dinheiro

Necessária a existência de ações, que demonstrem a intenção do agente em dissimular ou ocultar a origem do valor

Por **Gabriela Cristina Silveira**

27/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Em novembro de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisão emblemática, na qual pacificou a possibilidade de criminalizar o não recolhimento intencional de ICMS cobrado de consumidor, conduta conhecida como apropriação indébita tributária.

A decisão deu novos contornos à política criminal no âmbito dos delitos tributários, que exigia até então, para sua ocorrência, a existência de fraudes específicas, como a inserção de dados falsos ou omissão ao Fisco de operações tributáveis. Entendia-se que deixar de recolher tributo devido, por si só, caracterizava atividade ilícita apenas sob o ponto de vista tributário.

**Necessária a existência de ações, que demonstrem a intenção do agente em dissimular ou ocultar a origem do valor**

A discussão que se pretende chamar a atenção envolve a lavagem de dinheiro nos crimes de sonegação fiscal, controvérsia ainda não definida nos tribunais brasileiros.

Um dos pontos centrais da questão é se o valor sonegado ao Fisco pode ou não ser considerado “produto de crime” para fins de enquadramento da lavagem de dinheiro.

Em 2012, houve mudança na Lei de Lavagem de Dinheiro, de modo que se passou a aceitar qualquer atividade delituosa como crime antecedente da lavagem de dinheiro. Antes da modificação legislativa, o rol de delitos precedentes era restrito, sendo limitado àqueles considerados de maior gravidade, dentre os quais não se inseria o de sonegação fiscal.

Na época, o legislador justificou a não inclusão desse crime porque não representava agregação ao patrimônio do agente, visto que o valor sonegado apenas permaneceria no caixa da empresa, não havendo diferença entre a quantia sonegada e o restante do patrimônio.

Apesar de ser esse o posicionamento defendido por grande parcela de juristas, os órgãos de persecução penal têm entendido que a sonegação fiscal constitui, efetivamente, em um acréscimo ao patrimônio do agente. Defende-se que, ainda que não represente um aumento imediato, caso houvesse o repasse ao Fisco, provocaria diminuição do capital, ou tornaria a atividade menos lucrativa.

A sonegação fiscal, então, ocorre justamente para que não haja a incidência/pagamento de tributos sobre determinadas transações, o que provoca maior lucratividade e renda ao agente que a praticou. Seriam os denominados “gastos economizados”, que correspondem à quantia de fato sonegada, nunca à totalidade do valor, o que permitiria, num primeiro momento, a caracterização da lavagem de dinheiro.

Em um segundo momento, o crime de lavagem de dinheiro, para que seja caracterizado, exige o exaurimento da via fiscal administrativa, isto é, que o débito tributário tenha sido definitivamente constituído. Trata-se de entendimento consolidado no STF pela Súmula Vinculante nº 24.

Caso ainda esteja em discussão, não haveria que se falar em sonegação fiscal e, logo, em lavagem de dinheiro, que exige o cometimento de um crime anterior.

Por fim, ainda há uma terceira polêmica envolvida, porque a lavagem de dinheiro pressupõe a existência de atos que mascarem, dissimulem ou ocultem o valor produto do crime, que seria o valor proveniente da sonegação fiscal.

Nesse ponto, importante esclarecer que o Direito não pune a simples utilização do produto de infração penal, porque isto é apenas o exaurimento do crime. Assim, a mera ocultação não gera responsabilização criminal, pois é necessário um processo, um esquema de lavagem.

O próprio STF já definiu que a lavagem pressupõe atos de ocultação autônomos do crime anteriormente praticado. Caso assim não fosse, seria, por exemplo, crime de lavagem esconder o dinheiro embaixo da cama, após um roubo.

Assim, é imprescindível atos concretos que evidenciem se tratarem de condutas autônomas e distintas.

A título de exemplo, a simples utilização direta do valor proveniente do crime fiscal na própria atividade empresarial não caracterizaria o branqueamento de capitais. Ninguém “sonega” para ficar com o dinheiro parado, sem utilizá-lo para qualquer finalidade.

Houve caso recente veiculado na mídia, em que, como foi constatado crescimento do patrimônio pessoal do fundador da empresa no período coincidente da apropriação indébita tributária, entendeu-se que restou caracterizada a lavagem de dinheiro, porque houve a ocultação e dissimulação dos valores provenientes da sonegação com transferência para seu patrimônio pessoal.

É, portanto, necessária a existência de ações, dentro de um processo, que demonstrem a intenção do agente em dissimular ou ocultar a origem espúria do valor, como a simulação de transações e de operações. Também a constituição de empresas “de fachada” para movimentar e dar aparência lícita aos valores. Não necessariamente operações complexas, mas que integrem um esquema típico de lavagem com suas fases correlatas, com a finalidade de ocultar e mascarar a origem ilícita do valor.

Não é demais ressaltar que o crime de lavagem de dinheiro exige a presença do dolo, de modo que não é admitida a modalidade culposa.

No geral, a questão é polêmica e complexa. Mas certo que a tendência, nos próximos anos, é que o desencadeamento de operações para apurar esse tipo de

crime associado ao de lavagem de dinheiro, se torne cada vez mais frequente, o que demonstra a necessidade de fomentar e aperfeiçoar o debate.

**Gabriela Cristina Silveira é advogada na área de Direito Penal Econômico, especialista em Direito Penal e Processual Penal (ABDConst) e mestranda em Direito, Justiça e Desenvolvimento (IDP).**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Você pode ter o Free com limite mínimo de R\$ 300  
SANTANDER

### LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club  
MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!  
MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

A FGV está ao seu lado com aulas a vivo. Saiba Mais.  
FGV

### LINK PATROCINADO

ERP: O que é, como funciona, vantagens e funcionalidades  
BLING

por taboola

---

**Leia em Valor Investe**

## Um teto para a elevada carga tributária brasileira

A ideia poderia ancorar expectativas, tal como fez o teto para as despesas do governo

27/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Tal como foi feito com as despesas do governo federal, seria importante fixar um teto para a carga tributária brasileira. As discussões no Congresso sobre medidas para enfrentar o aumento do desemprego e da pobreza produzidos pela pandemia vão exigir mais recursos públicos. Para viabilizá-los, há três soluções possíveis: aumentar o endividamento, cobrar mais impostos ou cortar outros gastos.

Com as medidas já contratadas para enfrentar os efeitos da crise, a dívida bruta se aproxima de 100% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano. O rombo das contas federais alcança a casa dos R\$ 800 bilhões. Persistir nessa linha é desastre certo.

A elevação da carga tributária é, portanto, um temor legítimo no “novo normal” que se estabeleceu na crise do coronavírus. O impacto econômico sobre famílias e empresas deu força à formulação de programas de assistência aos mais pobres, às crianças, aos desempregados, às microempresas. Debates como a expansão do Fundeb e a ameaça de derrubar o veto ao fim da desoneração da folha salarial são demonstrações da tendência no Congresso.

Elevar a carga tributária para fazer frente a novas despesas tem sido a solução preferencial nas últimas décadas. Tanto que os brasileiros suportam hoje uma carga de 33,1% do PIB, no dado de 2018. É um nível próximo da média dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 34,2%,

mas bem acima de países como a Austrália (28,5%), Estados Unidos (24,3%), Chile (21,1%) e México (16,1%).

Na semana que passou, o governo enviou ao Congresso a primeira parte de sua proposta de reforma tributária, com a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), resultado da reforma do PIS/Cofins.

A forma como a alíquota de 12% foi calculada, uma conta de chegada para mantê-la com o mesmo desempenho arrecadatório do PIS/Cofins, deixou muita gente com a pulga atrás da orelha. Mostrou que a calibragem desse tributo pode, no futuro, ser usada para fechar outros buracos nas contas fiscais.

O atual governo, porém, estabeleceu como diretriz que não haverá aumento de carga tributária. Isso já pauta as discussões da equipe econômica.

No entanto, está em consideração dar um passo a mais, segundo informou a este jornal o secretário especial de Receita, José Barroso Tostes Neto. O limite à carga poderia ser institucionalizado, num formato que ainda está em estudo. Uma hipótese é colocar um comando na lei, ou na Constituição.

A inédita fixação de um teto para a carga tributária poderia ancorar expectativas, tal como fez o teto para as despesas do governo. E daria força à terceira opção: atender às novas demandas sociais com remanejamento de recursos. É o que está sendo analisado, por exemplo, para a formação do Renda Brasil.

Essa é uma via difícil, politizada, cheia de tabus e evitada desde a década de 1990. Mas, no tabuleiro montado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, vai sobrando como a saída possível. Os dois tetos, o dos gastos e o da carga, forçariam o debate nessa direção.

A limitação da carga tributária também atenderia, com alguma boa vontade interpretativa, a uma determinação do presidente Jair Bolsonaro, de não criar novos impostos.

Guedes quer insistir na Contribuição sobre Pagamentos (CP), uma versão turbinada da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). Mas, como

tem argumentado nos bastidores, essa seria uma contrapartida à desoneração da folha, cuja tributação é perversa e onerosa à criação de empregos. Não traria receita adicional, e sim uma substituição.

A desoneração da folha é o meio pelo qual o governo poderá superar as resistências do setor de serviços à criação da CBS. A proposta será complementada com reformas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda.

O Congresso, porém, vai analisar as iniciativas do governo junto com outras duas propostas de emenda à Constituição (PECs) de reforma tributária. Criação da CP, desoneração da folha, programa de renda mínima, pacto federativo e o Orçamento de 2021 vão acabar se emaranhando em algum momento com esse debate. E o encontro com as urnas está logo ali, com as eleições municipais.

Com tudo isso, será sorte se o cidadão brasileiro não tiver de pagar uma conta adicional. Colocar um limite formal na carga tributária é uma ideia bem-vinda. Assim como o convite para discutir a qualidade do gasto e a razão de ser de benefícios e incentivos fiscais.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito  
SANTANDER FREE

### LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club  
MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!  
MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

A FGV está ao seu lado com aulas a vivo. Saiba Mais.

# Reforma tímida não levanta economia, diz Appy

Reforma ideal deveria abranger todos os tributos sobre o consumo, diz economista

Por Ana Conceição — De São Paulo

27/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Bernard Appy, diretor do CCIF e ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda: governo deveria aproveitar o momento histórico e propor uma reforma ampla dos tributos sobre o consumo — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O governo deveria aproveitar o momento - histórico - para propor uma reforma ampla dos tributos sobre o consumo, algo que ganhou ainda mais relevância diante dos estragos econômicos causados pela pandemia da covid-19, afirma o economista



Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e ex-secretário-executivo e de Política Econômica do Ministério da Fazenda de 2003 a 2009.

É a primeira vez desde a Constituinte (1987-1988) que há uma chance de a federação - União Estados e municípios - e o Congresso, chegarem a um acordo sobre o tema. Há pouco mais de dez anos era uma discussão restrita a pouquíssimas pessoas, diz. “Hoje, é diferente. Uma reforma ampla pode sair”.

## Os tributos que podem mudar

O que há em cada proposta

Tributo	CBS - governo federal	PEC 45 - Câmara	PEC 110 - Senado
PIS-Cofins	Unificar os impostos com alíquota de 12%	São unificados para formar o IBS.	São unificados no IBS. E mais
IPI	Não há	Estimativa é de uma alíquota de 25%	salário-educação,
ICMS e ISS	Não há		Cide-Combustíveis e IOF

### Linha do tempo tributária

- 1922 — Criação do Imposto de Renda
- 1966 — Instituídos ICM, ISS e IPI
- 1968 — Criação da Receita Federal
- 1970 — Criação do PIS-Pasep
- 1988 — Ampliação da base do ICM, que se torna ICMS
- 1991 — Criação da Cofins

Carga tributária do Brasil chega a **33,2%** do PIB

Fontes: Tesouro e Congresso Nacional

E, diz Appy, uma reforma ampla, junto a outras iniciativas, como o controle dos gastos, pode ser capaz de incentivar o crescimento econômico, estabilizar e reduzir a trajetória da dívida pública, que pode chegar a quase 100% do PIB em 2021.



Sozinha, a Contribuição Social sobre Operações de Bens e Serviços (CBS), proposta pelo governo federal na semana passada, não teria essa força. O novo tributo, não-cumulativo, substituiria o PIS-Pasep e a Cofins com uma alíquota única de 12%. A proposta deixa de lado impostos sobre o consumo cobrados por Estados e municípios. Desoneração da folha e mudança no Imposto de Renda ficam para depois.

Estudo feito pelo economista Bráulio Borges, da LCA Consultores, a pedido do CCI, e divulgado no mês passado pelo **Valor** mostra que o PIB potencial do país poderia aumentar 20% em 15 anos com uma reforma ampla. “Uma proposta que leve em conta apenas PIS/Cofins representa de 10% a 20% desse impacto”, diz Appy, um dos autores do texto que serviu de base para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, em tramitação na Câmara desde abril do ano passado. Essa PEC propõe a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em substituição a cinco tributos sobre o consumo: ICMS, ISS, IPI, além do PIS-Pasep e da Cofins. Outra PEC, a 110, tramita no Senado e propõe a junção desses cinco e mais quatro. *(ver no quadro ao lado).*

No aspecto técnico, Appy considera alta a alíquota de 12% da CBS, o que talvez seja uma compensação das isenções concedidas a produtos da cesta básica, transporte público, entre outros segmentos. O economista também vê problemas na falta de transição para o novo tributo. O período proposto, de seis meses após a aprovação da lei, seria muito curto para adequar sistemas de governo e empresas.

No lado positivo, a CBS simplificaria a legislação do PIS/Cofins, que tem mais de mil páginas e 70 mil processos em análise na Receita Federal, dá mais transparência à cobrança do tributo e tenta ser mais equilibrada entre os setores. Leia, a seguir, os principais pontos da entrevista.

## **Impacto econômico**

A tributária é a reforma mais importante do país para as próximas duas décadas, segundo Appy. Se alcançar todos os impostos sobre bens e serviços, teria forte impacto sobre o crescimento da economia. O que vai ser necessário para aumentar a arrecadação, ao mesmo tempo em que se mantém a carga tributária, e ajudar a estabilizar e reduzir a dívida pública, que disparou com as medidas de auxílio adotadas por causa da pandemia. Com a dívida se aproximando dos 100% do PIB, a questão nos próximos anos será colocar essa relação de volta a uma trajetória de queda. “Há três formas de garantir isso: conter despesas, e aí também entra a reforma administrativa, fazer uma reforma tributária ampla ou aumentar a carga tributária”, diz Appy. Só a contenção de despesas não será suficiente. O estudo do economista Bráulio Borges citado acima simula a manutenção do teto dos gastos até 2036 com uma pequena flexibilização em 2027, em que, em vez de a despesa crescer só pela inflação, seria ajustada pela inflação mais o crescimento da população, hoje em torno de 1% ao ano. Mesmo mantendo essa regra, “duríssima”, a dívida flutuaria em torno de 100% do PIB. Mantido o teto com a flexibilização, mas realizando uma reforma nos moldes da PEC 45, a dívida cairia até 2036 para perto de 30% do PIB. “O país precisa de medidas que aumentem o potencial da economia. E entre elas a reforma ampla tributária é a mais importante num horizonte de 10 a 20 anos. Honestamente, sem isso, é melhor ter aumento de carga do que uma dívida crescendo de forma explosiva”.

## **Timing**

Para esse esforço que não é trivial, o governo poderia aproveitar o momento, inédito na visão de Appy, em que o debate sobre a reforma está amadurecido, tanto em termos setoriais quanto federativos. “Existe disposição do Congresso e boa parte das questões federativas estão encaminhadas. Os Estados apoiam uma proposta que acaba com benefícios fiscais e substitui o ICMS por um imposto cobrado no destino. Há reação dos grandes municípios, mas que pode ser resolvida com negociação política”, diz. “É uma unanimidade inédita desde a Constituinte”. A discussão sobre a reforma, da qual o governo estava ausente até apresentar a CBS,

ganhou corpo e participantes desde o ano passado. “Em 2008, quando participei de discussão similar, era algo restrito a pouquíssimas pessoas”, afirma ele. Para o governo federal, a relação custo-benefício uma reforma ampla seria “claramente favorável”, diz Appy, porque haveria um crescimento da economia que geraria mais arrecadação de impostos. Do ponto de vista setorial, o custo político para o governo, neste caso, seria o mesmo.

### **Críticas à CBS**

A CBS já está sendo criticada por vários segmentos dos serviços, que reclamam do aumento da carga, uma reação agravada pela falta de um período de transição para o novo tributo. “Pode se gastar um capital político que tornaria inviável para este governo aprovar algo mais amplo”. Para os setores econômicos, vale o mesmo raciocínio do custo-benefício. “Em termos relativos alguns segmentos podem ser menos beneficiados, mas em termos absolutos todos ganham”, defende. O setor de serviços, diz, é o que mais deve se beneficiar, já que o aumento de renda tende a afetar mais a demanda por serviços que por bens.

### **Alíquota alta**

Analisada à parte de uma reforma mais ampla, a CBS melhora a legislação do PIS/Cofins e tenta ser mais equilibrada entre os setores econômicos. Mas deve haver um aumento de carga tributária, uma vez que a alíquota parece ter sido calibrada para cima, diz Appy. O governo não divulgou como chegou aos 12% de cobrança. Simulações feitas no âmbito da PEC 45 e considerando um IBS de 25%, alto em termos internacionais, a cobrança relativa ao PIS/Cofins seria de 8%. Cálculos sobre outras propostas de IBS ficam entre 8% e 9%. A calibragem da CBS pode estar relacionada às isenções previstas na nova regra e que terão que ser compensadas, como a manutenção da desoneração da cesta básica, que nas contas do economista representa 0,4 ponto percentual na alíquota da CBS. Na PEC 45, a cesta é onerada, mas o imposto é devolvido para as famílias de baixa renda. “Mesmo considerando as exceções, a alíquota está calibrada para cima. Se for aprovada, haverá um aumento de carga tributária”, diz Appy, que sugere um dispositivo de redução automática de alíquota caso haja um aumento de carga.

### **Falta de transição**

Outra crítica se refere ao tempo de transição para o tributo, inexistente. Segundo a proposta da CBS, o recolhimento se iniciaria seis meses após a promulgação da lei.

“O governo e as empresas não conseguem se preparar num período tão curto. Isso exige um complexo ajuste de sistemas”, diz Appy. Outro ponto é combinar a CBS, se aprovada, a um eventual imposto que junta tributos estaduais e municipais, com um período de transição mais longo. “Complicam a vida das empresas esses diferentes tempos de transição entre uma fase e outra da reforma”. O governo defende que a CBS pode ser “acoplada” depois às propostas que já tramitam no Congresso. Do ponto vista técnico, seria melhor que a reforma tratasse, simultaneamente, de tributos municipais, estaduais e federais. “A proposta do governo só deveria ser considerada uma alternativa num eventual fracasso de uma reforma mais ampla”, diz, acrescentando que mesmo o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário da Receita, José Tostes, sinalizaram não ser contrários a uma reforma abrangente. “E nem faria sentido, é algo extremamente positivo”. Nesse sentido, o pedido de urgência para o projeto de lei da CBS pode ser um complicador nas discussões do Congresso. Depois de 45 dias, o projeto passa a trancar a pauta da Câmara. “Mas isso deve dar uma boa ideia para onde o Congresso vai andar”, pondera Appy.

### **Seis por meia dúzia**

Apresentada a proposta da CBS, representantes dos serviços condicionaram o apoio ao novo tributo à desoneração da folha de pagamentos, já que boa parte do setor é intensiva em mão de obra. O governo deve insistir na criação de um imposto sobre transações eletrônicas, similar a uma CPMF. Para Appy, com isso o governo trocaria uma tributação altamente distorciva, a da folha, por outra, a CPMF. “A questão sobre como financiar a desoneração é: vamos criar um tributo ruim ou corrigir as distorções distributivas e alocativas existentes sobre a tributação de renda?”. Eliminar benefícios fiscais, que chegam a cerca de R\$ 500 bilhões por ano, seria outro caminho. A ideia vendida pelo governo, afirma ele, de que a recriação da CPMF é o único meio de fazer uma desoneração é uma indicação equivocada para o debate sobre as alternativas existentes.

---

## **Saiba Mais**

---

[Propostas criam versão '4.0' do IVA, diz professor](#)

---

## Propostas criam versão '4.0' do IVA, diz professor

Ideias em discussão de reforma tributária apontam para versão mais moderna do imposto sobre valor agregado, diz Isaías Coelho, da FGV

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

27/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



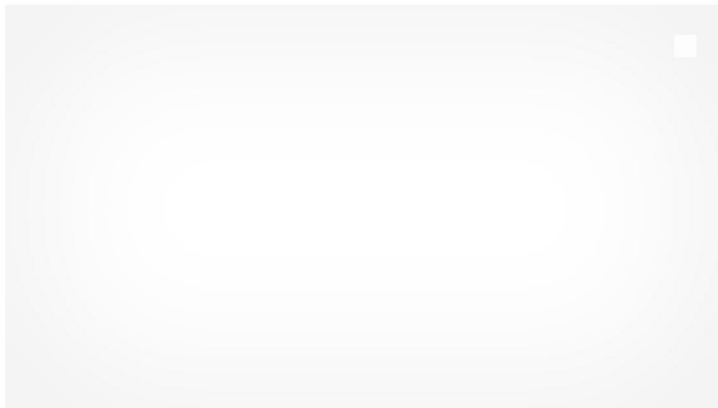
Isaías Coelho: proposta do governo vai na direção correta, mas é limitada — Foto: Luis Ushirobira/Valor

As propostas de reforma tributária em análise no Congresso Nacional, inclusive a do governo, criam a versão “4.0” do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), disse ao **Valor** o professor Isaías Coelho, da Fundação Getulio Vargas (FGV), e ex-chefe do Departamento de Políticas Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Hoje, estaríamos nas versões “1.0” e “2.0” do tributo. O novo desenho é classificado dessa forma porque alcança serviços e plataformas digitais, como é feito na Nova Zelândia, na Austrália em outros países que implantaram esse tipo de tributação mais recentemente, como a Bósnia-Herzegovina. Essa versão mais moderna ainda está em discussão na Europa, por exemplo.

Os IVAs de primeira geração são aqueles cobrados apenas sobre mercadorias. Na segunda geração, são incorporados serviços. A versão “3.0” é caracterizada pelo cálculo dos créditos tributários pelo critério financeiro. E a “4.0”, pelo alcance das plataformas digitais. São chamados “de valor agregado” porque são cobrados a cada etapa de produção, descontando o imposto pago na fase anterior.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O PIS/Cofins, cuja reforma foi proposta na semana passada pelo governo federal com a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), é um IVA do tipo “2.0”. A proposta busca modernizá-la. Por exemplo, modificando a forma de cálculo para que não seja necessário diferenciar, dentro de uma empresa, se a energia elétrica e a água consumidas foram utilizadas na produção ou na área administrativa. Ou se um tecido foi comprado para fabricar roupas para serem comercializadas ou para fazer uniforme dos funcionários. “É maluquice”, disse Coelho. Isso acontece porque o PIS/Cofins permite que as empresas se creditem do tributo pago na compra de insumos para a produção. Mas não no que adquirem para suas atividades-meio.

A proposta do governo transforma esse cálculo de crédito, chamado físico, em crédito financeiro: a empresa pode se creditar de tudo o que comprar. A descomplicação dá um “upgrade” no tributo para a versão “3.0”. Como a ideia é taxar serviços digitais, o CBS brasileiro passa para a versão “4.0”.

Na visão do professor, cuja presença em reuniões na pasta da Economia consta da agenda oficial recente do ministro Paulo Guedes, a proposta do governo dá um passo na direção correta, mas é limitada, porque se aplica apenas a tributos federais. Câmara e Senado analisam desenhos mais ambiciosos, que incorporam também os tributos estaduais e municipais no IVA, formando o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O Legislativo analisa desenhos mais próximos do adotado em 160 países do mundo e que Guedes chama, ironicamente, de “o belo”, por ser o mais defendido por especialistas. O governo, porém, optou por outro caminho na tentativa de evitar que a discussão empaque na reforma do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), como tem ocorrido nas três últimas décadas.

“O ICMS é muito pior [em termos de complicação] do que o PIS/Cofins”, afirmou Coelho. “Mas é difícil de resolver porque esbarra na questão federativa.” Ele disse que a dificuldade na criação do IBS não é de natureza técnica, pois o tributo já é consagrado e cobrado na maior parte do planeta. O empecilho está no debate político.

O ICMS é um IVA da geração “1.0”, porque tributa só mercadorias. Serviços são tributados pelo Imposto Sobre Serviços (ISS), municipal. “Os outros países juntam tudo num só”, disse Coelho. A divisão gera controvérsias. “Restaurante vende mercadoria ou serviço?”, exemplifica. “Muito da confusão que temos é por separarmos bens de serviços.”

O governo também trabalha na reforma do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Trata-se de um IVA de geração “1.0, pois tributa apenas mercadorias. E ainda utiliza um conceito antigo: o da essencialidade, pelo qual produtos básicos pagam menos imposto do que os supérfluos.



“É muito arbitrário”, disse Coelho. “Batom tem tributação alta, mas é essencial ou não? Para algumas pessoas, é bem de primeira necessidade.”

No padrão internacional, o governo cobra um Imposto Seletivo sobre produtos cujo consumo pretende desestimular. É o caso de bebidas e cigarros. Combustíveis fósseis também são tributados, pela produção de gases do efeito estufa e por seu potencial arrecadatário. As discussões do governo caminham nessa direção, a julgar por declarações dadas por Guedes.

A proposta de reforma tributária do governo federal é complementada com a reforma do Imposto de Renda de pessoas físicas e pessoas jurídicas, e com a desoneração da folha, financiada por um novo tributo sobre transações.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

A FGV está ao seu lado com aulas a vivo. Saiba Mais.

FGV

### LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.

PROST+ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Compre seu carro em 80 meses, sem entrada e sem pagar juros.

EMBRACON

## **Inflação de serviços em 12 meses está no menor nível em mais de duas décadas**

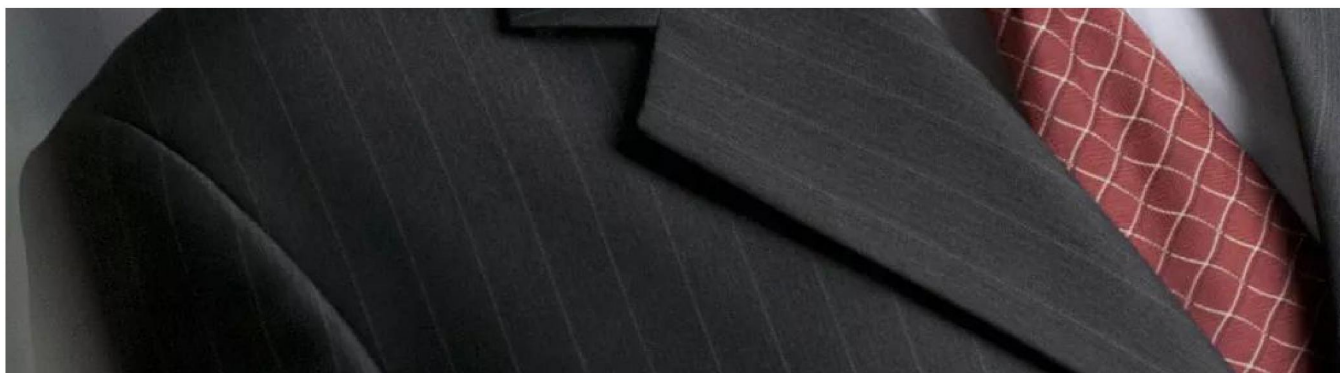
Ritmo de recuperação da economia é bastante lento e aponta para preços deprimidos de forma mais prolongada

**Por Anaís Fernandes** — De São Paulo

27/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---





Fábio Romão: prévia da inflação de julho traduz efeitos da atividade fraca — Foto: Silvia Costanti/Valor

POIS DA PUBLICIDADE

Economistas se surpreenderam com a prévia da inflação de julho, que trouxe números muito abaixo do esperado de forma generalizada e preços de serviços rodando em níveis especialmente baixos. A avaliação é que, mesmo com a continuidade do processo de reabertura das atividades em junho e julho, o ritmo de recuperação da economia é bastante lento e aponta para preços deprimidos de forma mais prolongada. Medidas de núcleo acumuladas em 12 meses rondam 2%, enquanto a inflação dos serviços atinge o menor patamar em pouco mais de duas décadas.

Como esperado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) acelerou em julho, para 0,30%, ante 0,02% no mês anterior. A mediana das estimativas reunidas pelo **Valor Dat** a, porém, apontava alta de 0,51%. Desvios relevantes ocorreram em alimentação e transportes, apontam especialistas. Mas eles dizem que a surpresa foi grande porque mesmo medidas de núcleo, que tentam neutralizar o efeito de itens voláteis dentro dos grupos, apresentaram diferenças significativas e demonstraram patamares muito baixos.

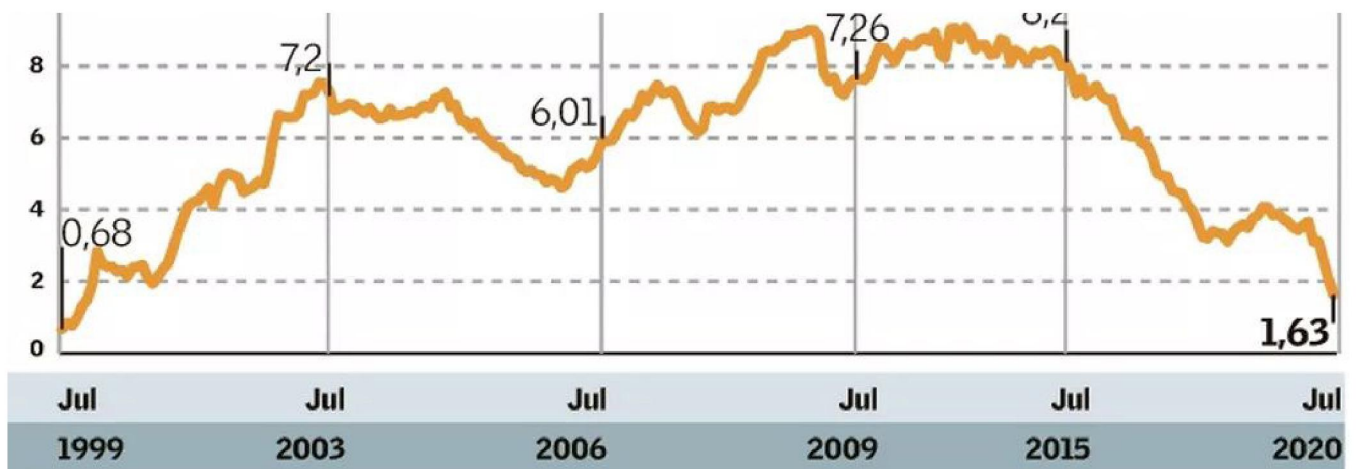
## Sem fôlego

Inflação acumulada por serviços é a menor em mais de duas décadas

— Preços de serviços no IPCA-15, acumulados em 12 meses, em %

10

20



**2,62%**

foi a inflação dos serviços subjacentes no IPCA-15 de julho, acumulada em 12 meses, a menor pelo menos desde 2013

**2,01%**

foi a média dos cinco núcleos de inflação acompanhados pelo BC no IPCA-15 de julho, acumulada em 12 meses

Fonte: MCM Consultores

No setor de serviços, que tem peso de 38% no índice geral, cálculos da MCM Consultores apontam que a inflação recuou de 2,07% nos 12 meses até junho para 1,63% em julho, o menor patamar desde dezembro de 1999 (+1,49%). Na base mensal, economistas projetavam ligeira alta em julho, após queda de 0,28% no mês anterior, mas os preços dos serviços recuaram 0,06%, “denotando a fraqueza do setor”, segundo Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

Esse indicador inclui, por exemplo, passagens aéreas, cuja expectativa era de alta depois do tombo de 26% em junho, mas os preços seguiram caindo em julho (-4,16%). Considerando apenas serviços subjacentes - mais sensíveis ao ciclo econômico ao excluírem cursos, comunicação, serviços domésticos e turismo -, a inflação em 12 meses permaneceu em 2,6%, a mais baixa em quase duas décadas, de acordo com relatório do Barclays.

O Itaú Unibanco esperava alta de 0,09% para os serviços em julho e de 0,15% para os serviços subjacentes, que recuaram 0,10% no mês. “Muitas vezes, conseguimos explicar desvios na projeção com poucos itens. Mas olhando a abertura de julho, a surpresa foi bastante para baixo e muito espalhada”, diz Julia Passabom, economista do Itaú.

A média dos cinco núcleos acompanhados pelo Banco Central, conforme atualização do Relatório de Inflação do segundo trimestre, avançou de 0,01% em junho para 0,11% julho, segundo a MCM. Em 12 meses, porém, ficou praticamente estável, em 2,01% - abaixo do piso da banda de tolerância da meta deste ano, de 2,5%. "Foram 10 pontos-base [0,1 ponto percentual] de surpresa entre o que esperávamos para julho e o apurado na média dos núcleos observados pelo BC. Isso não é comum, porque o núcleo mostra o comportamento mais estrutural da inflação e o que ele está me dizendo é que está estruturalmente baixo", afirma Sanchez.

No geral, para itens em que se esperava desaceleração no IPCA-15 de julho, a queda se mostrou mais intensa. Foi o caso do grupo de alimentação e bebidas, que recuou 0,13%, após alta de 0,47% em junho. "Prevíamos desaceleração, rumando para pequena deflação no fechamento de julho, mas não esperávamos uma deflação já", afirma Fábio Romão, da LCA Consultores. Já em itens para os quais a expectativa era de aceleração, as altas acabaram sendo menos fortes. O grupo de transportes passou para o campo positivo (+1,11%), puxado pela gasolina que, após quatro meses consecutivos de queda, subiu 4,47% - mas muitas casas esperavam uma alta mais próxima de 5%. "Vemos espriados pela inflação os efeitos de uma atividade combatida", diz Romão.

"É um regresso ainda fraco da economia", resume Sanchez, da Ativa, que revisou preliminarmente sua previsão para o IPCA cheio de julho de 0,41% para 0,30% e colocou viés de baixa na projeção de 1,1% para o ano. Reconhecendo que está na ponta mais baixa das expectativas para 2020, Sanchez diz esperar que mais casas se aproximem da sua estimativa.

Com o resultado do IPCA-15 de julho, Romão, da LCA, também reviu sua projeção para julho de 0,50% para 0,34% e reduziu a previsão para a inflação no ano de 1,6% para 1,4%. Para agosto, o economista prevê um número bem baixo (0,03%), refletindo descontos nas mensalidades escolares. "Nesse terceiro trimestre, devemos acumular alta de 0,48%, é muito pouco", afirma.

Após a divulgação do IBGE, o Credit Suisse revisou sua projeção para inflação em 2020 de 1,7% para 1,5%. Em relatório, Leonardo Fonseca e Lucas Vilela citam que o resultado de julho "reforça a expectativa de que o cenário favorável à inflação observado em no primeiro semestre de 2020 será mantido no segundo semestre".

# Caio Megale vai deixar equipe de Paulo Guedes

A distância da família, que vive em São Paulo, e o desejo de voltar para a iniciativa privada são os motivos alegados a interlocutores pelo diretor de Programas da Secretaria Especial de Fazenda

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

27/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O diretor de Programas da Secretaria Especial de Fazenda, Caio Megale, deixará a equipe do ministro Paulo Guedes. A distância da família, que vive em São Paulo, e o desejo de voltar para a iniciativa privada são as principais razões apresentadas por ele, segundo interlocutores.

Com isso, chega a três o número de integrantes que deixam o time em julho. No início do mês, Mansueto Almeida deixou a secretaria do Tesouro Nacional e foi substituído por Bruno Funchal. Na última sexta-feira, foi a vez de o presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, anunciar sua demissão.

Megale integra a equipe de Guedes desde o início do governo de Jair Bolsonaro, mas já ocupou três posições diferentes no ministério. Primeiro, foi secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, onde cuidava da interlocução com empresas. Depois, passou a trabalhar como assessor de Guedes. Uma de suas incumbências era igualmente fazer a ponte com o empresariado. Finalmente, atuava como diretor de Programas da área de Fazenda.

# BNDES e Caixa votam contra o interesse da União na Petrobras

Bancos públicos votaram antes da AGO da estatal e depois reviram posição

Por Francisco Góes, André Ramalho, Juliana Schincariol e Talita Moreira — Do Rio e de São Paulo

27/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





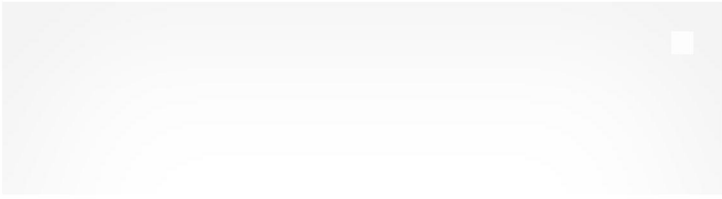
Costa e Silva: “Não houve manipulação na AGO e o resultado final é justo” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A confusa assembleia de acionistas da Petrobras, que se estendeu por 11h40 entre a tarde de quarta e a madrugada de quinta-feira, evidenciou a falta de articulação de dois grandes bancos públicos - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa - com os interesses da União na petroleira. A ausência de alinhamento dos bancos motivou questionamentos de representantes da União, uma vez que os minoritários conseguiram aumentar com facilidade o número de assentos no conselho de administração da Petrobras em detrimento do governo, que ainda controla a companhia.

A desarticulação dos bancos públicos com o governo na Petrobras se deu de duas maneiras. De forma prévia à reunião anual de acionistas, o BNDES apoiou o voto múltiplo na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Petrobras, dia 22. Foi a instauração do voto múltiplo que permitiu aos minoritários eleger um candidato, o advogado Leonardo Antonelli, tirando vaga da União no conselho de administração da estatal. Para instalar o voto múltiplo, é preciso reunir 5% das ações ordinárias da companhia. Uma vez instaurado o sistema, as chapas eleitorais são dissolvidas e os acionistas depositam os votos individualmente em cada candidato. É um tipo de eleição que não interessa ao controlador.

No caso da Caixa, os fundos de investimento administrados pela instituição se manifestaram também de forma antecipada à assembleia com a intenção de votar em Antonelli, mas sem o conhecimento prévio do banco. A Caixa terminou retirando o apoio à Antonelli na assembleia e se absteve de votar. O BNDES solicitou na AGO para voltar atrás no apoio ao voto múltiplo, o que foi negado pela mesa, com o pedido registrado em ata.





BNDES e Caixa se valeram do boletim de voto a distância (BVD) para se pronunciar antes da assembleia. Trata-se de um mecanismo muito usado por minoritários no exterior, mas também no Brasil para manifestar intenção de voto de forma prévia às assembleias.

Uma vez concluída a AGO, depois das 2h de quinta-feira - o encontro havia começado às 15h de quarta -, o resultado foi considerado uma derrota para a União e uma vitória do grupo de minoritários ligado ao banqueiro Juca Abdalla, que, com o apoio de investidores estrangeiros, conseguiu indicar dois dos três minoritários no conselho da Petrobras (além de Antonelli, o grupo fez conselheiro o advogado Rodrigo Mesquita).

Antes da AGO, a União tinha sete vagas preenchidas no conselho de administração e um assento vago que, pelo estatuto, também cabe ao governo. Havia ainda duas vagas de minoritários e uma ocupada pelos trabalhadores da Petrobras, total de 11. O governo foi para a assembleia com chapa de oito candidatos, mas conseguiu eleger sete e os minoritários garantiram três assentos.

Problemas técnicos e procedimentais tornaram a assembleia caótica. A Petrobras se defende ao argumentar que foi a primeira assembleia virtual em que se realizou o voto múltiplo. Uma primeira votação teve que ser anulada pois se percebeu que havia erro na tabela usada para base de cálculo. O equívoco ficou evidente quando se percebeu que a União havia eleito só dois candidatos e que o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, e o presidente do conselho de administração, Eduardo Bacellar, haviam ficado de fora. Houve críticas à decisão de refazer a votação e insinuações, em chat da AGO, de suposta manipulação do pleito. Ao refazer a votação, a União elegeu cinco nomes. Ficaram três candidatos do governo para duas vagas na segunda rodada pois estava claro, desde o início, que Leonardo Antonelli seria eleito.

O advogado Francisco Costa e Silva, que presidiu os trabalhos da AGO, afastou qualquer hipótese de irregularidade: "Não houve nenhuma tentativa de

manipulação na AGO, mas sim falhas técnicas. O resultado final é 'fair' [justo]. O único minoritário que disputava vaga pelo voto múltiplo [Antonelli] foi eleito", disse Costa e Silva.

O BNDES considera que o voto múltiplo seria garantido de qualquer maneira, mesmo sem o seu apoio. "Independentemente da manifestação da BNDESPar, o processo de voto múltiplo já estava aprovado", disse o banco. O apoio ao voto múltiplo, via BVD, foi do conselheiro indicado pela BNDESPar na Petrobras, Ricardo Viegas. Procurado, Viegas não retornou para explicar a razão do apoio ao voto múltiplo antes da AGO. "O BNDES reforça que houve um erro de manuseio do sistema na votação. Durante a realização da Assembleia os representantes da BNDESPar fizeram o esclarecimento do erro técnico e o pedido formal de retratação do voto múltiplo, o qual consta em ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Petrobras S.A."

O BNDES disse ainda que Costa e Silva questionou o representante do banco na assembleia acerca da utilidade do pedido de retratação do voto uma vez que, pela contagem dos votos até aquele momento, independentemente da manifestação da BNDESPar, havia sido atingido o percentual mínimo de quórum para aprovação do voto múltiplo. A BNDESPar tem 0,24% das ações ordinárias de Petrobras.

Os fundos da Caixa, por sua vez, recuaram do apoio a Antonelli na assembleia. O banco é responsável pela gestão do fundo FMP-FGTS, que detém 1,45% do capital da estatal. Na condição de gestor dessas carteiras, a Caixa havia sinalizado voto em Antonelli, acompanhando a indicação dos minoritários. Entretanto, o nome foi barrado pelos controles internos do banco por razões de governança. O advogado moveu ação contra a Petrobras e a leitura é que seria inadequado tê-lo como representante no conselho. Assim, o apoio foi retirado. A Caixa não comenta o caso.

Uma fonte afirmou que não havia sido feita checagem adequada sobre Antonelli pelo fundo, instância em que essas indicações se davam de forma quase automática. A Caixa, porém, vem adotando novas práticas de governança, que agora são estendidas à área de gestão de recursos. Com esse objetivo, foi deslocado para a vice-presidência de recursos de terceiros o executivo Alexandre Ywatta, que era o responsável pela área de riscos e compliance do banco.

Com a retirada dos votos a Antonelli, o fundo da Caixa levantou outros nomes, mas, no tumulto que marcou a reunião, não conseguiu fazê-lo. Mesmo sem a Caixa, Antonelli tinha votos para se eleger. Outro interlocutor disse que não foi intencional o posicionamento que acabou prejudicando a União. A fonte disse, porém, que o fundo é minoritário da companhia e segue uma régua de governança e, portanto, não necessariamente precisa acompanhar a União nas votações.

Antonelli havia dito ao **Valor**, depois da AGO, que não existe conflito de interesses entre a atuação dele como advogado e a indicação de seu nome para o conselho da Petrobras. “Todavia, para que não parem dúvidas, todos os candidatos ao Conselho de Administração da Petrobras devem cumprir as orientações do Comitê de Pessoas, o qual apontou em relação a diversos candidatos medidas mitigatórias as quais, creio, serão por todos cumpridas”, afirmou.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

A FGV está ao seu lado com aulas a vivo. Saiba Mais.

FGV

### LINK PATROCINADO

Todo mundo está falando sobre este novo treino de 12min que queima mais de 300 calorias

APP RQX SYSTEM

### LINK PATROCINADO

ERP: O que é, como funciona, vantagens e funcionalidades

BLING